

DIARIO



Empreza Industrial Melhoramentos no
Brasil.
Rua Primeiro de Março n. 153.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO LV—28° DA REPUBLICA—N. 104

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1916

AVISO

As encomendas de obras que não forem acompanhadas do porte do Correio não serão attendidas; assim como não se póde acceitar em pagamento de obras ou de exemplares do «Diario Official» sello do Correio ou estampilhas do sello adhesivo.

SUMMARIO

DIARIO OFFICIAL:

Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da nona legislatura pelo Exmo. Sr. Presidente da Republica, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Guerra — Expediente — Acta da Comissão de Promoções.

Ministerio da Viação e Obras Publicas — Expediente da Directoria Geral de Contabilidade e Correios.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — Portarias — Expediente das Directorias Gerais de Industria e Commercio e Contabilidade.

Diario dos Tribunaes — Noticiario — Editaes e avisos — Annuncios.

DIARIO OFFICIAL

Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, na abertura da segunda sessão da nona legislatura, pelo Exmo. Sr. Presidente da Republica.

Senhores Membros do Congresso Nacional

Em cumprimento do que preceitua a Constituição, venho pela segunda vez dar-vos conta da situação do Paiz e indicar-vos as providencias e reformas que me parecem convenientes e opportunas.

Foi, como sabeis, em periodo muito delicado da vida nacional que, cedendo á imposição do mandato que me foi conferido, assumi o Governo da Republica.

Desde o inicio de minha administração encontrei dificuldades sem par na nossa historia, quer da ordem politica, quer da ordem economico-financeira.

Eram e são muitas dellas de feição a não poderem ser solvidas dentro do limitado prazo decorrido.

Moldando a administração pela mais severa moralidade; agindo com o maior respeito á lei; fazendo justiça sem indagar de quem se trata; collocando a gestão dos negocios publicos acima dos interesses partidarios, reiterei em minha primeira Mensagem o appello que havia feito na plataforma. a todos os chefes politicos, a todos os brasileiros para a grande obra do conagraçamento, necessaria á solução dos graves problemas nacionaes.

Tenho o prazer de confessar que meu appello foi correspondido pela grande maioria da Nação, que, compenetrada de seus altos deveres no momento excepcional, em que nos achamos, tem apoiado o Governo no desempenho de sua ardua missão.

Si nem tudo quanto desejara fazer, foi feito; si nem todos os problemas nacionaes tiveram solução, foi porque não se resolve em um ou dous annos uma profunda crise que vem, ha cerca de tres lustros, minando o organismo nacional, tornando-se cada vez mais complexa e mais difficil de solução.

Além disso, cumpre assignalar que a nossa crise financeira aggravou-se com a crise mundial.

Não obstante, o periodo de anno e meio de minha administração póde apresentar resultados abonadores de sua dedicação á causa publica.

Poderia citar o regulamento de custas, que tem defeitos, mas attendeu a velha aspiração geral; a promulgação do Codigo Civil; a reforma do ensino; a regulamentação de muitos serviços publicos; o desempenho difficil mas estricto de nossos deveres de Paiz neutro; as grandes economias realizadas em todos os ramos da administração; as providencias de ordem economica, especialmente sob o ponto de vista da pecuaria.

Quanto a economias, não raro se ouve que Governo e Congresso ficaram muito aquem das que exigia a situação.

Ha ainda, por certo, economias a fazer; mas em abono dos Poderes Publicos, justo é que se faça um rapido confronto entre as despesas de annos anteriores com as deste anno.

Em 1912 despendeu-se realmente 788.000:000\$, e, em 1913, 762.000:000\$, redução feita ao cambio de 16 d.

O orçamento da despesa deste anno consigna o total de 84.000:000\$, ouro, e 409.000:000\$, papel; e subordinou-se a administração ao regimen dos duodecimos.

Si ainda é elevado o orçamento da despesa deste anno, deve ser o facto levado á conta da inclusão no orçamento das verbas para todos os serviços (o que anteriormente não se fazia) e do grande augmento do serviço de juros, determinado pelas emissões de titulos para a liquidação dos exercicios anteriores a 1915 e resgate da metade dos titulos-ouro tambem emitidos para os fins acima indicados.

A extraordinaria elevação de preços dos productos estrangeiros, especialmente do carvão; a dos fretes e seguros maritimos determinará com segurança a necessidade de alguns creditos supplementares. Não fôra isso, a administração federal ficaria dentro das verbas votadas, quanto á quasi totalidade destas.

Na minha primeira Mensagem ao Congresso tive oportunidade de accentuar, como o faço agora, a absoluta necessidade de uma reforma eleitoral capaz de produzir os resultados por que aneia a opinião publica do Brasil.

Disse alli:

«Não ha duvidar: esta reforma se impõe hoje mais do que nunca.

«Precisamos garantir o alistamento e a eleição contra os assaltos dos defraudadores; precisamos impedir as duplicatas e triplicatas de actas e de juntas apuradoras.

«É tambem indispensavel que a apuração, e o reconhecimento sejam a expressão da verdade eleitoral.

«De nada valerão, porém, taes medidas, por melhores que sejam, si não houver a elevação moral e patriótica dos que têm a missão de cumprir a lei eleitoral.

«Não fechemos os olhos á evidencia: o actual regimen eleitoral não póde continuar; a Nação está a exigir do Congresso a reforma eleitoral, e o cumprimento exacto dessa reforma por parte de

todos, mas especialmente dos Membros do Congresso que devem dar o exemplo.»

Dous assumptos de transcendental importancia reclamam tambem a vossa attenção: a construcção naval, e o aproveitamento do nosso carvão.

Não se comprehende que até hoje tenhamos atirado para segundo plano, sinão completamente esquecido, problemas vitaes como os supra indicados.

Relativamente ás providencias que a situação financeira exige, direi em capitulo especial.

RELAÇÕES EXTERIORES

Com a satisfacção de poder registrar que permanecem felizmente inalteradas as nossas boas relações com todos os Estados estrangeiros, tenho a deplorar, entretanto, ainda uma vez, a luta armada em que continuam empenhadas as grandes Potencias da Europa.

No anno transcorrido da ultima Mensagem que tive a honra de dirigir ao Congresso Nacional, e em consequencia de novas declarações de guerra entre varios Estados europeus, foram expedidos decretos mandando observar completa neutralidade nas guerras declaradas entre o Reino da Italia e o Imperio Austro-Hungaro (decreto n. 11.590, de 24 de maio de 1915); entre o Reino da Italia e o Imperio Turco (decreto n. 11.684, de 24 de agosto de 1915); entre o Imperio Britannico e o Reino da Bulgaria (decreto n. 11.751, de 22 de outubro de 1915); entre os Reinos da Italia e da Bulgaria (decreto n. 11.763, de 27 de outubro de 1915); entre a Republica Portugueza e o Imperio da Allemanha (decreto n. 11.984, de 10 de março de 1916).

Esse formidavel conflicto internacional, que perdura desde mais de anno e meio, além do profundo sentimento de pesar que nos causa pelos soffrimentos de tantas Nações amigas, acarreta-nos graves perturbações de ordem economica e financeira, dificultando sensivelmente o nosso commercio maritimo pela deficiencia e insegurança dos transportes.

Cabe-me dar-vos conta da acção desenvolvida pelo Governo para o fim de manter inviolada a nossa neutralidade e ainda para salvaguardar valiosos interesses nacionaes.

Já na minha Mensagem de 3 de maio do anno passado assim me exprimi:

«Desde o inicio da guerra que o Governo Ingles

fez sentir que, de modo algum, consentia no commercio entre os seus inimigos e seus subditos; após a Nota circular allemã de 4 de fevereiro de 1915, notificando o bloqueio da Mancha, os Governos Francez e Inglez fizeram a declaração constante da Nota colectiva de 1 de março deste anno de que «se julgam com liberdade de acção para capturar e conduzir aos respectivos portos os navios que transportam mercadorias suspeitas de destino, propriedade ou origem inimiga».

«Equivale essa declaração anglo-franceza á revogação do principio internacional, adoptado pela declaração de Paris, de 1856, de que a bandeira neutra cobre a carga

«Essa medida geral prejudica consideravelmente o commercio dos Paizes neutros.

«O Governo Brasileiro, procurando resguardar os seus direitos de neutro e sabendo cumprir os deveres que delles decorrem, tem se abtido de discutir, no momento de paixões, as providencias e represalias alternativamente tomadas pelos belligerantes e susceptíveis de serem consideradas em divergencia com as convenções existentes, ou com os principios geralmente acceitos do Direito Internacional, reservando-se, no entanto, para fazer valer os seus direitos e os dos seus nacionaes nos casos concretos em que possam ser attingidos.»

Infelizmente, ao envez de diminuir, mais se têm aggravado as exigencias e difficuldades impostas aos neutros pelos Paizes belligerantes.

A escassez crescente dos meios de transporte aggravada pela recrudescencia destruidora da acção dos submarinos; o bloqueio decretado para as mercadorias procedentes dos Imperios Centraes ou a elles destinadas; as restricções decretadas pelos Governos belligerantes á exportação dos productos do seu solo e da sua industria,— tões as causas, na mór parte irremoviveis, que se oppõem á satisfacção das nossas necessidades commerciaes e industriaes, determinando uma consequente diminuição das nossas rendas publicas.

A importação de productos de origem allemã e austriaca está paralyzada, sendo impossivel o transporte por mar de mercadorias encommendadas depois de 1 de março do anno passado. Para o recebimento de mercadorias compradas e expedidas antes daquella data, o commercio brasileiro tem lutado com difficuldades, devendo valer-se da intervenção diplomatica, para conseguir o transbordo e reexpedição de cargas existentes a bordo de navios allemães refugiados em portos europeus.

De accôrdo com a doutrina anglo-franceza, que exigia ser o importador um negociante ou firma

commercial provadamente neutra, era necessario que o pagamento de taes mercadorias estivesse effectuado antes de 1 de março, por meio de saque tomado em banco neutro. A 1 de novembro do anno passado, porém, cessou em absoluto o transporte das mercadorias de procedencia allemã.

Muito se preoccupou o Governo Federal com as mercadorias destinadas ao nosso commercio, conservadas a bordo de vapores allemães que, no começo das hostilidades, se acolheram a portos neutros, como os da Hespanha e Portugal.

A principio, os interessados, para obterem o transbordo dessas mercadorias para outro navio que as transportasse aos respectivos destinos, trataram directamente com as agencias e directorias das companhias de navegação; mas essas negociações, após muitas delongas, não lograram resultado satisfactorio.

Sciende das queixas dos importadores brasileiros, teve o Governo que agir por seu Ministerio das Relações Exteriores e, naturalmente, começou por negociar, por intermedio da nossa Legação em Berlim, o modo de solverem elles os seus compromissos sobre fretes e taxas de arribada forçada com as companhias proprietarias dos vapores, accôrdo esse que só foi ultimado a 26 de maio do anno passado, ficando estatuido que o transbordo das mercadorias se fizesse até 30 de junho seguinte.

Consultados então os Governos alliados sobre o livre transitto dessas mercadorias, responderam que só era possivel fazendo-se o exame de cada caso concreto, em face da prova de estarem satisfeitas as condições exigidas para o dito transporte de mercadorias allemãs compradas antes de 1 de março de 1915.

Sómente os importadores que exhibiram taes provas obtiveram o livre transitto das suas encomendas. O Governo Federal, porém, não accitou sem discussão a doutrina anglo-franceza e esforça-se por conseguir o transbordo e transporte desses carregamentos mediante accôrdo.

Com a requisição pelo Governo Portuguez dos vapores allemães, acolhidos nos portos de Portugal e suas possessões, houve o temor, logo dissipado, de medidas especiaes para as alludidas mercadorias, por parte daquelle Governo, que, respondendo á consulta feita pelo Governo do Brasil, declarou não se oppôr ao transporte dellas e estar prompto a isental-as de quaesquer direitos aduancieiros, mesmo os de armazenagem.

É bem sensivel que ainda não hajam chegado a bom exito as negociações entabuladas com os Go-

vern timeros belligerantes para a importação das anilinas, de que muito necessitam as nossas fabricas de tecidos. O Governo tudo tem feito e continúa a fazer no sentido de uma solução favoravel, si bem que no assumpto a intransigencia dos belligerantes tenha sido constante, para todos os Paizes que, como nós, têm desejado fazer essa importação.

Nossa exportação não podia deixar de soffrer os effeitos da conflagração européa. O café, carecendo de transporte, está privado de grande numero de mercados consumidores e sujeito ainda a apprehensões por parte dos belligerantes, em alguns casos.

O Ministerio das Relações Exteriores teve occasião de intervir em varias apprehensões. Os motivos allegados são, na maioria dos casos, suspeições levantadas contra os consignatarios ou suspeitas oriundas da nacionalidade dos socios das casas exportadoras estabelecidas no Brasil.

A este respeito, não deixa de ter actualidade a transcripção do seguinte trecho da Mensagem de 3 de maio do anno passado:

«As nossas relações commerciaes com os Paizes europeus soffreram as inevitaveis consequencias da guerra; os belligerantes fizeram saber aos Paizes neutros quaes os productos considerados como contrabando de guerra, mas essa declaração se tornou arbitraria e exaggerada pelo prisma por que encararam os contrabandos condicionaes, tornando instavel o commercio internacional e sujeito ás interpretações as mais diversas dos respectivos tribunales de presas.

«Pela legislação vigente, conforme nesse ponto aos principios do Direito Mercantil do Occidente, o Governo Brasileiro sempre considerou como brasileiras as sociedades commerciaes constituídas com sede no Brasil e com os respectivos contractos commerciaes registrados nas juntas commerciaes brasileiras, com abstracção completa da nacionalidade dos individuos componentes das mesmas.

«Embora dahi resulte que a personalidade juridica dessas sociedades seja distincta da personalidade de seus membros, todavia o Governo Brasileiro não presta apoio ás reclamações que sociedades mercantis, compostas de individuos de nacionalidade estrangeira, levantem contra actos de qualquer das Nações belligerantes, sinão quando, pelo prévio exame dos factos e detida apreciação das circumstancias, estiver convencido não só do seu absoluto fundamento, como de que a acção dessas sociedades é extreme de quaesquer intuitos politicos.

«Quer o Governo Brasileiro, por essa forma,

evitar que um principio juridico, verdadeiro e fecundo nas relações pacificas, possa ser desviado dos seus intuitos normaes de tutela e organização para acobertar actos que se não ajustem á neutralidade que o Brasil tem rigorosamente mantido.

«Seguindo este criterio teve o Governo Brasileiro occasião de intervir junto ás Potencias belligerantes no sentido de serem desembaraçadas apprehensões feitas de mercadorias brasileiras.

«Com satisfacção posso assegurar ao Congresso Nacional que a acção da nossa diplomacia foi coroada de exito na maioria dos casos concretos em que interveio.»

Por intermedio de nossa Legação em Londres, obtivemos que o café deixasse de ser considerado contrabando absoluto e passasse a ser incluído na categoria dos artigos de contrabando condicional.

Em outubro do anno passado, recebemos do Governo de Sua Magestade Britannica a communicação da lista das firmas importadoras de café, estabelecidas nos portos do mar do Norte e do Baltico, que não eram suspeitas ao mesmo Governo. Essa lista, porém, já não pôde servir de criterio para a segurança do nosso commercio de exportação, visto como aquelle Governo já a declarou officialmente obsoleta.

Além disso, resolveu o mesmo Governo restringir o commercio dos Paizes neutros do Norte da Europa á média da importação nelles realizada durante os ultimos annos anteriores á declaração de guerra.

Estas restricções feitas ao nosso commercio de café foram e são applicadas aos demais artigos de producção brasileira, como dos demais Paizes neutros.

Logo no começo das hostilidades, foi pelo Governo do Estado de S. Paulo solicitada a intervenção do Governo Federal junto ao do Imperio Allemão, afim de ser evitada uma possivel requisição dos cafés da valorização existentes em Hamburgo e em Bremen, e, posteriormente, dos que se achavam em Trieste e em Antuerpia; aquelles depositados no nome de firmas allemãs e estes ultimos no de firmas de Paizes seus inimigos.

As negociações foram bem succedidas e o nosso café foi vendido ao preço de 65 marcos por saca de 50 kilos de café, do typo superior, preço excepcionalmente vantajoso naquelle momento.

O producto das vendas operadas foi collocado num banco de Berlim.

O Governo Allemão havia, porém, decretado medidas rigorosas para vedar a sahida do ouro, mesmo para Paizes neutros.

Em taes circumstancias, de accôrdo com o Governo do Estado de S. Paulo, o Ministerio das Relações Exteriores fez sentir ao Governo Allemão a sua responsabilidade decorrente da prohibição de sahida da avultada somma produzida pela venda do nosso café, e não se tendo chegado a accôrdo sobre varios alvitres suggeridos, definimos aquellas responsabilidades pedindo:

— O reconhecimento da responsabilidade do Governo Allemão pelo effectivo e oppôrto pagamento desse deposito;

— A fixação de um cambio da moeda allemã para o effeito do pagamento final; e a

— Elevação do juro do deposito.

Dessas seguranças, além de outras questões de detalhe, a primeira e principal já foi dada pelo Governo Allemão e, quanto ás demais, estão sendo devidamente estudadas e discutidas.

Quanto ao café depositado no Havre, tivemos noticias, em janeiro do corrente anno, de que se estudava a conveniencia de requisital-o, mediante um preço fixado pela commissão militar de compras. Por intermedio da nossa Legação em Paris, pôde o Governo Brasileiro obter a segurança de que o da Republica Franceza nenhuma medida tomaria no assumpto, sem prévio conhecimento do Estado de S. Paulo.

Em março ultimo, uma forte corrente de opinião, no parlamento e nos circulos commerciaes, suggeriu em França o alvitre de ser suspensa a importação do café, bem como na Inglaterra, sob os fundamentos de se acharem aquelles Paizes providos em quantidade superior á média do consumo annual e de ser urgente a utilização de todos os transportes maritimos para a introdução do trigo e do açúcar, cuja falta se fazia sentir. Novos esforços empregou o Governo Brasileiro e com exito até agora para que tal medida não fosse adoptada.

Foram feitas na Inglaterra varias apprehensões de carregamentos de fumo exportados da Bahia, mas os nossos exportadores na quasi sua totalidade tiveram os seus direitos attendidos pelas providencias tomadas pelo Governo Federal. Ultimamente, foi prohibida na Grã-Bretanha a importação do fumo, assim como a de artigos de luxo.

Quanto ao cacão brasileiro, a sua exportação tem sido assás difficultada, de um lado pela preferencia dada em certos Paizes belligerantes ao cacão proveniente das respectivas colonias, de outro pelo temor da reexportação para os Imperios Centraes. No anno passado, teve o Ministerio das Re-

lações Exteriores, de accôrdo com o Governo Suisso, de intervir junto ao Governo Francez contra certas prohibições decretadas para o livre transitio do nosso cacão exportado para a Suissa, ficando permittida a livre passagem de 20.000 quintaes mensaes de cacão brasileiro, por accôrdo que agradecemos.

O Governo Brasileiro muito se interessa pela exportação da borrachia nacional, principal producto dos nossos dous Estados do extremo Norte. Dada a concorrência do producto similar procedente da Asia, embora de qualidade reconhecidamente inferior, e as suspeições lançadas a casas exportadoras, a exportação desse producto tende a se tornar cada vez mais restricta. Não obstante, o Ministerio das Relações Exteriores, attendendo a justos reclamos, continuará as negociações para minorar os prejuizos das praças do Pará e de Manãos, e o Governo Brasileiro cogita de providencias que lhe permittam fornecer vapores para auxiliar o transporte desse producto.

Ao lado desses factos, praz-me consignar o incremento que vac tendo a exportação das nossas carnes congeladas, dos couros e de outros productos nacionaes, assim como o desenvolvimento de industrias que vão nos fornecendo artigos que eram, antes da guerra, monopolio de fabricantes estrangeiros.

Nosso intercambio maritimo diminuiu muito e tende a escassear ainda mais; os vapores estrangeiros aos poucos vão abandonando os portos neutros; os pertencentes ás frotas mercantes dos Paizes belligerantes são successivamente requisitados para os respectivos serviços de guerra; as companhias de navegação succas e o Lloyd Real Holandez estão com as suas viagens reduzidas, para não dizer quasi suspensas.

Com prazer registro os esforços das empresas nacionaes de navegação para minorar a nossa crise de transporte, salientando o Lloyd Brasileiro e as Companhias de Commercio e Navegação e Nacional Costeira, cuja actividade tem sido notavel, quer no serviço de nossa cabotagem, quer no nosso commercio internacional. A esta ultima companhia o Governo Inglez deu, attenciosamente, a pedido do do Brasil, permissão para a retirada de dous navios que alli tinha em construcção e que já estavam sujeitos á requisição para o serviço daquelle Governo.

O Lloyd Brasileiro tem prestado reaes serviços ao transporte de café para os Estados Unidos, e a Companhia Commercio e Navegação já enviou varios vapores com carregamentos de café para os

portos europeus, especialmente scandinavos. Devo, porém, consignar que as exigencias dos belligerantes na verificação dos carregamentos são tão minuciosas que impõem aos vapores grande perda de tempo e consequentes prejuizos.

O Governo Brasileiro, conscio de que cumpriu um dever nacional, expediu o decreto n. 11.806, de 9 de dezembro de 1915, sujeitando á expropriação por utilidade publica todos os navios mercantes brasileiros, medida essa que impediu maiores difficuldades ao nosso commercio.

Aos Governos belligerantes reconhece o Governo Brasileiro e agradece o tratamento amistoso e as atenções recebidas, apesar dos embaraços e prejuizos que lhe tem causado a presente guerra.

O Governo Brasileiro não podia deixar em desamparo o commercio de exportação da herva-mate nacional, producto este que tem grande consumo nos paizes do Prata e do qual se faz actualmente extensa propaganda na Europa.

Attendendo ao appello dos productores e exportadores brasileiros, o Ministerio das Relações Exteriores alcançou que nas Republicas Argentina e Oriental do Uruguay fossem adiadas para mais detido estudo medidas planejadas por aquelles paizes e que seriam prejudiciaes ao nosso commercio.

O Congresso Nacional já está no conhecimento do resultado da acção conjuncta levada a effeito pelo Brasil e Republicas Argentina, do Chile, Uruguay, Guatemala e Bolivia para o restabelecimento das relações entre os Estados Unidos da America e os Estados Unidos Mexicanos.

Faço sinceros votos para que cessem completamente as lutas que vêm perturbando o regular exercicio das instituições na Republica dos Estados Unidos Mexicanos.

Além do navio-escola «Presidente Sarmiento» que, em setembro do anno passado, visitou os portos do Rio de Janeiro e de Santa Catharina, em viagem de instrucção, aqui tivemos, a 15 de novembro, o cruzador argentino «Nueve de Julio», em missão especial, para commemorar o anniversario do advento da Republica.

Por occasião da posse do actual Presidente do Chile, S. Ex. o Sr. Juan Luis Sanfuentes, desejando o Governo do Brasil dar novo testemunho de amizade á Nação Chilena e tambem de apreço pessoal ao seu

primeiro magistrado, determinou que os Ministros Diplomaticos Srs. Luis Rodrigues de Lorena Ferreira e Luis Martins de Souza Dantas assistissem á solemnidade, em meu nome, no character de Embaixadores Extraordinarios. Procurei assim retribuir igual demonstração amistosa feita ao Brasil no acto de minha investidura.

Realizou-se, em 5 de outubro do anno passado, com a presença do Sr. Regis de Oliveira, nosso Embaixador em Lisboa e acreditado em missão especial, a posse do Presidente da Republica Portuguesa, o Exm. Sr. Dr. Bernardino Machado, que tão gratas recordações deixou entre nós, como Embaixador da sua Patria.

Á solemne coroação do Imperador Yoshihito do Japão, que teve logar a 10 de novembro de 1915, em Kyoto, associou-se o Governo Brasileiro por uma Embaixada sua e por honras especiaes ao pavilhão japonês.

A visita official do nosso Ministro de Estado das Relações Exteriores ás Republicas do Uruguay, Argentina e Chile, a convite dos respectivos Governos, veio sem duvida fortalecer ainda mais os sentimentos cordiaes que ligam entre si o Brasil e essas nações do nosso Continente. E é com especial agrado que, neste momento, renovo a expressão do vivo reconhecimento do Governo e do Povo Brasileiro pela carinhosa acolhida que recebeu no seio dos paizes amigos o representante do Brasil.

No dia 9 de maio, o representante do Brasil e o da Republica Oriental do Uruguay, que, por uma especial gentileza, foi o proprio Presidente, S. Ex. o Sr. Feliciano Viera, inauguraram solemnemente o marco internacional da cochilha do Aceguá, o ultimo da linha divisoria agora demarcada e no qual foi collocada uma placa de bronze com o busto do Ministro Rio-Branco, o iniciador do Tratado de 30 de outubro de 1909, que estabeleceu a nova linha fronteira entre os dous paizes.

Dahi dirigiu-se o Ministro Lauro Müller para Montevidéo, onde permaneceu de 10 a 13 de maio, recebendo as mais captivantes demonstrações de sympathia e apreço. Na noite de 13, partiu para Buenos-Aires, a bordo de um navio da Armada argentina, sendo alli festivamente recebido; e a 15, em companhia do Ministro das Relações Exteriores da Argentina, o Sr. Dr. José Luiz Murature, seguiu pela córdilheira para Santiago do Chile. A visita á capital chilena estendeu-se da tarde de 17 á noite de 20 de maio, não sendo menos effusiva e penhorante a sua recepção. De Santiago regressaram os

Ministros, com o seu collega chileno, o Sr. Dr. Alejandro Lyra, a Buenos-Aires na noite de 22. Quiz assim o nosso Ministro das Relações Exteriores estar presente ás festas de maio commemorativas da independencia e fundação da Republica Argentina. Até o dia 28, permaneceu o Sr. Lauro Müller na capital platina, cercado das mais sollicitas demonstrações de apreço e de affectuosa sympathia, que tambem se estenderam á officialidade e guarnição do — scout — «Bahia», que alli foi saudar o pavilhão argentino, em 25 de maio.

Foi então que os tres Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Argentina e Chile, Plenipotenciarios dos seus respectivos Governos, firmaram o tratado que o Congresso Nacional já approvou, o qual, affirmando a estreita e intima amizade existente entre os tres paizes, facilita, para a sua constancia inalteravel no futuro, a solução pacifica das controversias internacionaes.

O Embaixador do Brasil em Washington, o Sr. Domicio da Gama, acaba de receber dos Governos de Guatemala e dos Estados Unidos da America a honrosa designação de Commissario estrangeiro, por parte do primeiro ou do segundo desses dous paizes, nas Comissões Permanentes de investigação creadas pelos tratados de 20 de setembro de 1913 e 15 de setembro de 1914, respectivamente celebrados pelo Governo Americano com a Republica de Guatemala e com o Imperio Britannico.

Semelhante distincção já havia recebido anteriormente o Sr. Dr. José Carlos Rodrigues, nomeado para igual funcção em outra Comissão Permanente, pelo Governo dos Estados Unidos da America.

A Conferencia Financeira Pan-Americana, promovida pelo Governo dos Estados Unidos com o intuito de procurar estabelecer mais estreitas e efficazes relações financeiras entre as nações do Continente e, outrosim, de estudar em commum os assumptos bancarios, de transportes e commercio em geral, effectuou a sua reunião inaugural em Washington, de 24 a 29 de maio de 1915. A ella compareceu o Brasil, representado por seu Delegado o Sr. Dr. Amaro Cavalcanti.

De accôrdo com a deliberação alli tomada, já se organizou no Brasil a Alta Comissão Internacional, que funciona nesta Capital, sob a presidencia do Ministro da Fazenda.

A 2ª Conferencia Financeira Pan-Americana acaba de reunir-se no mez passado em Buenos-Aires, tendo sido a nossa Delegação presidida pelo Ministro da Fazenda, Sr. Dr. João Pandiá Calogeras.

A Delegação dos Estados Unidos da America, chefiada pelo Secretario do Thesouro, o Sr. William Mc. Adoo, em seu trajecto para Buenos-Aires, a bordo do cruzador couraçado «Tennessee», desembarcou no Rio de Janeiro, entre 24 e 27 de março, dando-nos o prazer e a honra de sua visita.

O corpo diplomatico brasileiro teve a deplorar a perda do nosso Embaixador em Lisboa, o Sr. Dr. Francisco Regis de Oliveira, occorrida inopinadamente a 22 de janeiro.

O Governo Portuguez decretou que lhe fossem prestadas as honras fúnebres de Chefe de Estado e ainda offereceu um navio de guerra para a transladação do corpo até o Brasil. Esta ultima homenagem não pôde ser acceita pelo Governo do Brasil, porque havia recommendação do finado para que seu corpo fosse sepultado na Italia, em mausoléo da familia.

Em 20 de novembro, falleceu o Sr. Pedro Maximow, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Imperio da Russia, acreditado desde 6 de maio de 1910 junto ao Governo Brasileiro, que, deplorando o triste facto, prestou ao illustre extinto as devidas homenagens.

A 10 de fevereiro, passou o 4º anniversario da morte do inolvidavel Ministro Rio-Branco. Em visita especial, que fiz nesse dia ao Ministerio das Relações Exteriores, tive o prazer de inaugurar a — Bibliotheca do Barão do Rio-Branco — e, na propria sala em que se finou o grande brasileiro, a collecção de objectos d'arte que lhe pertenceram e foram adquiridos pelo Governo. Associei-me assim á feliz inspiração de memorar e perpetuar, de fôrma tão sympathica, a passagem de Rio-Branco no Palacio Itamaraty.

O Director Geral, Sr. Frederico Affonso de Carvalho, após mais de 48 annos de bons serviços ininterruptos, requereu a sua aposentadoria em agosto do anno passado; e, por esse motivo, pediu tambem dispensa do cargo de Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores, que vinha exercendo, em comissão, desde 16 de março de 1914. Tendo-lhe sido concedida a dispensa, em 20 de agosto do anno passado, foi para esse cargo nomeado, na mesma data, o Sr. Dr. Gastão da Cunha, nosso representante diplomatico na Hespanha.

A Comissão de Limites do Brasil com a Bolivia occupou-se, durante o anno de 1915, com os trabalhos de escriptorio concernentes á demarcação da fronteira Norte entre os dous paizes, na bacia do

Amazonas, executada em virtude do que determinou o Tratado de Petropolis, de 17 de novembro de 1903, com as modificações do Accôrdo de Petropolis, de 10 de fevereiro de 1911. O Chefe da Comissão entregou o seu Relatorio e 26 cartas e mappas relativos a esse serviço.

Quanto á fronteira com a Republica Oriental do Uruguay, a Comissão Mixta já ultimou definitivamente os serviços de campo na Lagôa Mirim e Rio Jaguarão, e, bem assim, os trabalhos de escriptorio dessa demarcação relativos á execução do Tratado de 30 de outubro de 1909. Dentro em breve, devem ser assignadas as actas de encerramento das operações, as cartas dos levantamentos executados e a carta geral da fronteira modificada.

A mesma Comissão estava tambem incumbida de executar o disposto na Convenção de 7 de maio de 1913, demarcando a linha divisoria actual, pelo arroio S. Miguel, desde a bocca até o Passo-Geral. Por esse lado, a Comissão Brasileira tambem já concluiu os trabalhos de campo e os de escriptorio.

Continuam suspensos os trabalhos de demarcação na fronteira com o Perú, em virtude das notas de 16 e 19 de agosto de 1914, trocadas nesta cidade. Nesse accôrdo ficou estabellecido que os trabalhos assim adiados só poderiam recommear, em época préviamente fixada, mediante novo accôrdo entre os dous Governos interessados.

Como resultado da suspensão desse serviço foi dispensada a Comissão Brasileira. O seu Chefe, porém, já tinha apresentado ao Ministerio o Relatorio do serviço feito e, bem assim, os graphics dos levantamentos executados.

Na fronteira com os Estados Unidos de Venezuela, a Comissão Mixta conseguiu executar o Protocollo de Caracas, de 29 de fevereiro de 1912, que mandou demarcar de novo a linha geodesica Rio Negro-Maturacá, e, em Conferencias de 23 de janeiro e 23 de fevereiro de 1915, declarou concluidos os respectivos trabalhos de campo e encerrados os referentes a esse Protocollo.

A Comissão Brasileira já concluiu tambem os seus serviços de escriptorio e o respectivo Chefe apresentou ao Ministerio o Relatorio geral, que assim poz termos aos trabalhos dessa Comissão.

Continúa dependendo de vossa aprovação o Protocollo de 28 de dezembro de 1912, assignado nesta cidade, entre o Brasil e a Bolívia, para declarar de nenhum effeito o anterior Protocollo de 14 de novembro de 1910, ambos referentes a novos traçados do Ramal da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

indicado no art. VII do Tratado de Petropolis, de 17 de novembro de 1903. O Acto de 1910 já fôra aprovado pelo Legislativo, em resolução de 29 de maio de 1912, sancionada e publicada pelo decreto n. 2.579, de 7 de junho desse anno, quando, a instancias do Governo Boliviano, foi negociado e concluido o Accôrdo de 1912, para estabelecer terceiro traçado, mais recommendavel por varias razões de ordem economica e technica.

Estão iniciadas as negociações, entre os Governos Brasileiro e Uruguayo, para a construcção e uso de uma ponte sobre o Rio Jaguarão, com o fim de ligar a cidade brasileira de Jaguarão, na margem esquerda, á Villa Rio-Branco (antiga Artigas), na margem direita do rio.

Sobre direitos autoraes, em materia de propriedade litteraria, scientifica e artistica, por depender da troca das Ratificações entre os dous Governos, ainda não foi promulgada a Convenção do Rio de Janeiro, de 15 de dezembro de 1913, concluida com a Republica Franceza, e já ratificada pelo Governo Brasileiro desde 22 de abril de 1915.

Tendo sido depositada, no dia 5 de maio do anno passado, a Ratificação brasileira da Convenção de Buenos-Aires, de 11 de agosto de 1910, foi essa Convenção aqui promulgada, pelo decreto n. 11.588, de 19 de maio do anno findo.

Foi promulgada, pelo decreto n. 12.030, de 19 de abril ultimo, a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e o Reino da Dinamarca, concluida e assignada em Copenhague, a 27 de novembro de 1911. Com essa promulgação, ascendeu a 25 o numero de Actos dessa natureza actualmente em vigor; havendo mais seis já ratificados pelo Governo Brasileiro, mas cuja vigencia ainda depende da troca dos respectivos instrumentos de ratificação com a outra Parte Contractante e da subsequente promulgação.

Foram apresentados ao Congresso, em 28 e 30 de junho de 1915, dous Tratados assignados pelo Brasil com outros paizes americanos: — o primeiro, celebrado em Washington, a 24 de julho de 1914, com os Estados Unidos da America, para o arranjo amigavel de qualquer difficuldade que possa surgir entre os dous paizes; — o segundo, convencionado com a Republica Argentina e o Chile, em Buenos-Aires, a 25 de maio de 1915, para facilitar a solução amigavel de questões não incluidas nos Tratados de arbitragem permanente já vigentes entre os mesmos paizes. Approvados, foram sancionados pelos decretos ns. 3.018 e 3.019, de 10 de novembro ultimo.

Pelo Tratado de Washington, as duas Altas Partes Contractantes assentam em submeter á investigação de uma Comissão Permanente, que sobre ellas dará parecer, todas as difficuldades de character internacional que surjam entre ellas e não possam ser directamente resolvidas por via diplomatica, nem caibam nos termos da Convenção de Arbitramento existente entre ambas; e accordam em não declarar guerra uma á outra nem começar hostilidades enquanto não fôr apresentado o resultado dessa investigação.

Pelo Tratado de Buenos-Aires, as controversias que no futuro se suscitarem, qualquer que seja a sua origem, entre os tres paizes, ou entre dous delles, e que não puderem ser resolvidas por via diplomatica, nem submittidas a arbitramento segundo os Tratados existentes ou outros posteriores, serão submittidas ao exame e parecer de uma Comissão Permanente, composta de um Delegado de cada paiz e que se reunirá em Montevideo. As tres Potencias obrigam-se a não praticar actos de hostilidade, enquanto a mencionada Comissão não tiver apresentado o seu Parecer, ou enquanto não houver decorrido o prazo de um anno, a contar da data da constituição daquella Comissão; e declaram mantidos os compromissos estabelecidos pelos alludidos Tratados de Arbitramento, actuaes ou futuros, e, bem assim, a obrigação de cumprir os laudos arbitraes nas questões que tenham sido ou forem resolvidas, de conformidade com os mesmos Tratados.

Ainda não foi fixada a época de convocação da 5ª Conferencia Internacional Americana, a reunir-se em Santiago do Chile. Perduram os motivos que determinaram seu adiamento indefinido, desde novembro de 1914.

Com relação á 4ª Conferencia Pan-Americana, de Buenos-Aires em 1910, já estão devidamente promulgadas (decreto n. 11.588, de 19 de maio de 1915), as respectivas Convenções, a saber:

— Convenção de 11 de agosto de 1910, sobre Propriedade Litteraria e Artistica;

— Convenção da mesma data, sobre Reclamações Pecuniarias;

— Convenção de 20 do mesmo mez, sobre Patentes de Invenção, Desenhos e Modelos Industriais; e

— Convenção desta ultima data, sobre Marcas de Fabrica e de Commercio.

As Resoluções assignadas nessa Conferencia não exigiam as formalidades de ratificação e subsequente archivo dos respectivos instrumentos. Dentre as 19

então subscriptas, 10 havia que, pelo assumpto, também dispensavam a formalidade da aprovação legislativa. As outras 11 foram submittidas á apreciação do Congresso, juntamente com aquellas quatro Convenções (mensagem de 30 de julho de 1913); e, tendo sido esses 15 Actos approvados pela resolução legislativa de 31 de outubro de 1914, foi esta sancionada e publicada pelo decreto n. 2.881, de 9 de novembro.

Depois de expedido o decreto de promulgação daquellas Convenções, foi publicada a adhesão da Bolivia a todos os Actos da Conferencia de Buenos-Aires (decreto n. 11.591, de 26 de maio de 1915).

Quanto aos actos assignados na 3ª Conferencia Internacional Americana (Rio de Janeiro, 1906), cumpre lembrar o que já assignalei na Mensagem precedente, relativamente ás tres Resoluções que acompanharam a mensagem de 16 de novembro de 1909, e sobre as quaes ainda se não pronunciou o Poder Legislativo.

A Resolução de 7 de agosto de 1906, relativa á reorganização da Secretaria Internacional das Rep. publicas Americanas (actual União Pan-Americana, órgão da União das Republicas Americanas), com sede em Washington, já ficou prejudicada e não poderá ter seguimento, pelo facto de haverem sido approvadas pelo Congresso duas Resoluções (6ª e 7ª) de 11 de agosto de 1910, da 4ª Conferencia, cujas disposições modificaram ou autorizaram a modificar o plano adoptado em 1906.

Por outro lado, a Resolução (3ª), de 13 de agosto de 1906, que recommendou a criação de Secções especiaes (Commissões Pan-Americanas), determinando as suas funcções, já está implicitamente approvada por aquella decisão do Congresso; por isso que a materia nella comprehendida foi reproduzida no art. 10 da 6ª Resolução de 1910 e, bem assim, no art. III do Projecto de Convenção recommendado pela 7ª Resolução do mesmo anno. Isso, entretanto, não prejudica a nova aprovação especial dessa materia, em confirmação do voto anterior.

Finalmente, até agora continúa sem solução a Resolução (10ª), de 23 de agosto de 1906, que recommenda aos Governos a celebração de uma Conferencia Internacional Americana, com sede na cidade de S. Paulo.

A Comissão Internacional de Jurisconsultos, creada pela 3ª Convenção da 3ª Conferencia Pan-Americana, para preparar dous Codigos, um de Direito Internacional Publico e outro de Direito Internacional Privado, destinados a reger as relações

entre os paizes americanos, celebrou a sua primeira reunião nesta Capital e aqui tambem deve ser effectuada a segunda.

As seis Sub-Commissões especiaes, em que foi dividida a comissão geral, com sédes em diversas cidades do Continente, não apresentaram ainda os resultados finaes dos seus trabalhos. Subsiste, portanto, o motivo que determinou o novo adiamento da 2ª reunião para a época que fôr designada pelo Governo Brasileiro, em combinação com a que fôr tambem novamente fixada para a celebração da 5ª Conferencia Internacional Americana. Essa deliberação foi tomada, em sessão da União Pan-Americana, realizada em Washington, a 8 de abril de 1915.

A deficiencia da verba votada para Congressos, Conferencias e Exposições internacionais e ainda as difficuldades do actual momento levaram o Governo a restringir o mais que pôde a sua participação nessas reuniões. Não lhe sendo, entretanto, possível recusar systematicamente todos os convites recebidos, enviou Delegados ás seguintes: Congresso Medico Pan-Americano, realizado em S. Francisco da California, de 17 a 21 de junho de 1915; 19º Congresso Internacional dos Americanistas, celebrado em Washington, de 27 a 31 de dezembro do mesmo anno; 2º Congresso Scientifico Pan-Americano, reunido, ainda em Washington, de 27 de dezembro de 1915 a 8 de janeiro do corrente; e 1ª Conferencia Aeronautica Pan-Americana, promovida pelo Aero-Club do Chile, recentemente effectuada, em Santiago, de 9 a 11 de março.

Já foram promulgadas (decreto n. 11.587, de 19 de maio de 1915) as tres Convenções assignadas em 10 de maio de 1913, na Conferencia Internacional Sul-Americana de Defesa Agricola, reunida em Montevideo.

A primeira, concluida entre nove paizes, estabeleceu uma regulamentação internacional para a defesa da agricultura contra males que a flagellam; a segunda, relativa á exploração dos focos de origem de gafanhotos (*Shistocerca paranensis*), foi subscripta apenas por cinco Estados; a terceira, que interessa a oito paizes, estabeleceu medidas defensivas contra a irrupção de males desconhecidos que possam prejudicar a agricultura.

De accôrdo com o disposto no art. 8º da 1ª Convenção, o Governo Argentino convocou a 2ª reunião da Conferencia para a cidade de Buenos-Aires, em junho do corrente anno.

Continuamos ligados ao Instituto Internacional de Agricultura de Roma, creado pela Convenção

Internacional de 7 de junho de 1905, concluida na mesma cidade. Contribuimos para a sua manutenção e nelle estamos representados por um Delegado Brasileiro.

Depois de detidos estudos no Ministerio das Relações Exteriores, no da Fazenda e no da Justiça e Negocios Interiores, foram remettidos á Camara dos Deputados (mensagem de 3 de novembro de 1915), os seguintes Actos concluidos na Conferencia Internacional da Haya sobre Direito Cambial, na sessão de 1912:

— Convenção sobre a Unificação do Direito relativo a Letras de Cambio e a Notas Promissórias, assignada em 23 de julho de 1912 pelos Delegados de 27 paizes;

— Regulamentação uniforme desses titulos de credito, destinada a servir de Lei Universal na especie (annexa á Convenção, mas sem data e não subscripta pelos Delegados).

O Protocollo de encerramento da Conferencia, da mesma data da Convenção e subscripto pelos Delegados de 30 paizes, não exige a formalidade de sua apresentação ao Congresso.

Não teve andamento o projecto relativo ao Cheque; e, na época actual, seria impossivel dar-lhe seguimento pela convocação de uma nova sessão da Conferencia.

Sobre direito maritimo, nada ha que accrescentar ao que foi communicado na minha anterior Mensagem, por não se ter realizado a projectada sessão geral da Conferencia de Direito Maritimo Internacional de Bruxellas.

Quanto á Policia Sanitaria pendem ainda da vossa approvação:

— Convenção Sanitaria Internacional, assignada em Paris, a 17 de janeiro de 1912, entre 40 paizes (mensagem de 21 de outubro de 1914). Apesar de ratificada por alguns Governos, ainda não vigora, por não ter sido lavrada a Acta Geral do deposito ou archivo das ratificações;

— Convenção Sanitaria Internacional, assignada em Montevideo, a 21 de abril de 1914, entre o Brasil e as Republicas Argentina, do Paraguay e Oriental do Uruguay (mensagem de 24 de setembro de 1914);

— Convenção Internacional Sul-Americana de Policia Veterinaria, concluida em Montevideo, a 8 de maio de 1912, entre o Brasil, Republica Argentina, Chile, Paraguay e Republica Oriental do Uruguay (mensagem de 30 de junho de 1914).

Dessas tres Convenções, a de Paris, de 1912, deve substituir a anterior, de 1903, por ella revista e modificada.

Na cidade do Rio de Janeiro, deve reunir-se a 2ª Conferencia Internacional Sul-Americana de Policia Veterinaria, conforme o voto unanime da primeira e no intervallo maximó de quatro annos; mas, é prematuro tratar da sua reunião, por não estar ainda vigorando a respectiva Convenção.

Apesar de estarem pelo Governo Brasileiro promulgados (decreto n. 11.481, de 10 de fevereiro de 1915), ainda não entraram em vigor os dous Actos de 23 de janeiro de 1912, concluidos na primeira Conferencia Internacional do Opio, realizada na Haya:—a respectiva Convenção Internacional e o Protocollo de encerramento da Conferencia. Subscriptos a principio por 12 Estados, depois receberam as assignaturas de mais 30, por meio de um Protocollo supplementar, e, bem assim, a de numerosas colonias e possessões.

Duas outras Conferencias, reunidas na mesma cidade, em 1913 e 1914, examinaram a questão da possibilidade de fazer entrar em vigor a Convenção, havendo a terceira resolvido o caso pela affirmativa e declarado que a Convenção entraria em vigor, para todos os signatarios, quando todos a tivessem ratificado. Decidiu, porém, que, si até o dia 31 de dezembro de 1914 todos elles não houvessem depositado as suas ratificações, seria licito aos que tivessem preenchido essa formalidade fazer entrar em vigor o mesmo Acto, conferida tambem essa faculdade aos que posteriormente depositassem os seus instrumentos de ratificação; para o que ficaria aberto na Haya um Protocollo especial, destinado a receber as assignaturas dos que desejassem auferir a mesma vantagem.

O Governo Brasileiro não usou dessa faculdade, nem lhe consta que outros o hajam feito.

Para que a Convenção do Opio possa ser efficazmente executada no Brasil, tornam-se necessarias algumas medidas administrativas e outras de competencia legislativa; e, para esse ultimo ponto, tenho a honra de chamar a vossa esclarecida attenção.

Ultimamente, foram communicadas e publicadas as seguintes adhesões de Governos estrangeiros aos Actos vigentes sobre propriedade industrial:—

— A Convenção da União de Paris, de 20 de março de 1883, para a protecção da Propriedade Industrial, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911 — da Grã-Bretanha, pelas suas possessões, Dominio da

Nova Zelandia, Colonia de Ceylão, e Colonia de Trindade e Tobago, a partir de 20 de junho de 1913 (decreto n. 11.728, de 6 de outubro de 1915) — do Imperio Allemão, pelos paizes sob o seu protectorado, a partir de 1 de maio de 1913 (decreto n. 11.729 da mesma data do anterior);

— Ao Accôrdo de Madrid, de 14 de abril de 1891, concernente á repressão das falsas indicações de procedencia sobre as mercadorias, revisto em Washington, a 2 de junho de 1911 — da Grã-Bretanha, pelas suas Colonias de Ceylão, e de Trindade e Tobago, a partir de 1 de setembro de 1913 (decreto n. 11.730, de 6 de outubro de 1915); — do mesmo Governo Britannico, pelo Dominio da Nova Zelandia, a partir de 20 de junho de 1913 (decreto n. 11.784, de 24 de novembro de 1915).

As relações entre os diferentes membros da União Telegraphica Internacional são actualmente regidas pela — Convenção Telegraphica Internacional — assignada em S. Petersburgo, a 10/22 de julho de 1875, completada pelas disposições do regulamento do serviço internacional annexo á mesma Convenção, o qual tem soffrido diversas modificações, autorizadas pelo art. 13 da Convenção, em successivas revisões, feitas em Conferencias posteriores á de S. Petersburgo; vigorando presentemente a ultima revisão desse texto, de 11 de junho de 1908, adoptada na Conferencia de Lishôa.

Foi ultimamente communicada e publicada a adhesão da França a esses dous Actos, pela Colonia da Costa Franceza de Somalis (decreto n. 11.975, de 23 de fevereiro de 1916).

O Brasil não é signatario da Convenção, mas ligou-se a ella pouco depois da sua entrada em vigor (1 de janeiro de 1876), pelas Declarações de accessão e de accitação, de 4/16 de julho de 1877, trocadas em S. Petersburgo (decreto n. 6.701, de 1 de outubro de 1877), nas quaes estão consignadas as condições da adhesão, no tocante a taxas. A ultima revisão do regulamento, que aqui entrou em vigor em 1 de julho de 1909, foi approvada pelo decreto n. 7.349, de 4 de março desse anno.

Em additamento ao que expuz na Mensagem anterior, cabe-me communicar que continuam em vigor os Accôrdos celebrados pelo Brasil com a Grã-Bretanha e a França, permittindo, durante a actual guerra, a permuta de telegrammas commerciaes redigidos em determinados codigos. Posteriormente, foram concluidos Accôrdos semelhantes com a Republica de Portugal e o Reino de Italia, tendo sido tambem ampliados os anteriores, com a admissão de outros codigos.

Ao Congresso já foram apresentados, com a mensagem de 16 de março de 1915, os seguintes Actos, que trazem a data de 25 de outubro de 1913 e foram concluídos na 2ª Conferencia Internacional da Hora, reunida em Paris:

— Convenção Internacional da Hora, subscripta a principio por 18 paizes, e posteriormente por mais oito;

— Estatutos organicos para funcionamento da Associação Internacional da Hora annexos á Convenção e com o mesmo numero de signatarios;

— Acta de assignatura da Convenção, subscripta sómente pelos 18 primeiros signatarios desta.

Taes Actos ainda não foram approvados; mas o Congresso, mesmo antes de os receber, julgou a materia de utilidade publica, na sessão de 1914, incluindo na lei da despesa para o exercicio de 1915 (art. 78, verba 12ª, tit. II), a consignação — Subvenção á Commissão Internacional da Hora, etc.—.

Tambem assim o julgou o meu antecessor, soliditando, na mensagem de 13 de novembro de 1914, o credito necessario para manter na ilha Fernando de Noronha a Estação Radio-telegraphica destinada á transmissão da hora universal.

Quanto aos Actos geraes relativos á Radio-telegraphia, assignados em 5 de julho de 1912, na Conferencia de Londres, — Convenção Radio-telegraphica Internacional, Protocollo Final e regulamento de serviço a ella annexo, — já aqui promulgados têm sido recebidas diversas communicações do « Foreign Office », por intermedio da Legação Britanica nesta Capital, indicando os Governos que já effectuarão o deposito das ratificações e as adhesões verificadas, além de outras annotações referentes á extensão daquellas ratificações aos dominios e colonias de varios Estados, e, bem assim, ás reservas até agora declaradas.

Quanto a assumptos postaes, foi celebrado um Accôrdo particular, de caracter administrativo, com o Governo Italiano, para a troca de correspondencia diplomatica, em malas especiaes, estando entabuladas diversas negociações com outros Governos para accôrds similares.

A Convenção de 31 de outubro de 1914, concluida com a Republica Argentina para a permuta de encomendas postaes sem valor declarado, aguarda approvação legislativa (mensagem de 4 de novembro de 1914).

Em relação aos Actos Postaes de Roma, de 26

de maio de 1906, foram recebidas as seguintes communicações já devidamente publicadas:

— De deposito das Ratificações da Convenção Principal, pelas Republicas de Guatemala e do Paraguay (decreto n. 11.619, de 30 de junho de 1915);

— De deposito das Ratificações da mesma Convenção, pelas Republicas do Ecuador e de Honduras (decreto n. 11.651, de 28 de julho de 1915);

— De deposito das Ratificações, pela Republica do Perú, da Convenção Principal e do Accôrdo para o serviço de vales postaes (decreto n. 11.650, de 28 de julho de 1915);

— De adhesão da Grã-Bretanha, pelos Estados Federados Malayos (Negri, Sembilan, Pahang, Perak e Selangor), á Convenção Principal e ao Accôrdo relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado; este ultimo limitado ás cartas (decreto n. 11.592, de 26 de maio de 1915);

— De adhesão da Grã-Bretanha: á Convenção Principal, em nome dos Estados Malayos não federados de Kedah e Kelantan (inclusive tambem os Estados de Perlis e de Brunei); — e ao Accôrdo relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado, porém limitado ás cartas, em nome do Estado de Kedah (decreto n. 11.911, de 20 de janeiro de 1916).

Pelo decreto n. 11.867, de 12 de janeiro ultimo, expedido pelo Ministerio da Fazenda, foi renovada para o actual exercicio, a partir de 1 de janeiro, a redução de direitos de importação, já outras vezes concedida, a alguns artigos de producção dos Estados Unidos da America, em compensação de concessões feitas a generos de producção brasileira. Tal redução foi autorizada pelo art. 2º, alinea X, § 1º da lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915.

Foi novamente prorogado, até 31 de dezembro de 1917, o Accôrdo commercial provisorio aqui concluido com a Italia, resultante das Notas trocadas em 5 de julho de 1900, entre este Governo e a Legação Italiana.

Para dar cumprimento ao disposto no art. 20 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro do corrente anno, foi expedido o decreto n. 11.976, de 23 de fevereiro, determinando que a tabella de emolumentos consulares, annexa ao decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, fique substituida pela nova tabella que acompanha aquelle decreto, devendo esta entrar em vigor no dia 1 de abril e sendo observado, em sua execução, o disposto nas instrucções da mesma data, annexas ao referido decreto.

JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

O acontecimento de relevancia maior que teve lugar ultimamente e se relaciona com a pasta da Justiça e Negocios Interiores, foi a votação final e consequente promulgação do Código Civil Brasileiro.

Imprimiu-se especial realce á solemnidade da assignatura do grande monumento juridico, afim de patentear o interesse que o Governo tomava pela realização de antiga aspiração nacional.

Não esmorece o Governo no seu proposito de conseguir justiça prompta e pouco dispendiosa.

Urge pôr termo aos embargos a accórdãos de decisões sobre agravos e outros recursos protelatorios introduzidos na justiça do Districto Federal.

Em boa hora o Congresso iniciou a revisão da lei de organização judiciaria e dos projectos de código do processo civil e criminal.

Concluidos estes trabalhos, teremos tornado mais segura e celere a marcha dos feitos no fôro local.

Secundando a acção do Poder Legislativo, o Executivo promulgou o decreto n. 11.842, de 29 de dezembro de 1915, que approvou o novo Regimento de Custas para a Justiça do Districto Federal, do que provém notavel redução nos emolumentos até então cobrados aos litigantes.

Começa enfim o tribunal do jury a cumprir a sua missão de defesa social contra o crime: raras as absolvições injustificaveis, condemnados quasi todos os culpados. Em regra as absolvições não excedem de 10% do numero dos réos, algarismo este que outr'ora correspondia ao das condemnações. Por sua vez o Governo é cauteloso em conceder indultos, afim de não animar pela longanimidade a pratica dos delictos.

Reproduziram-se em 1915, porém cada vez com intensidade menor, as tentativas de perturbação da ordem, juguladas pelo Governo em novembro de 1914.

Houve, entretanto, dous factos de excepcional gravidade, que causaram grande emoção no Paiz.

No saguão de um dos principaes hotéis do Rio de Janeiro, foi morto, com uma punhalada vibrada traiçoeiramente, o vice-presidente do Senado, general José Gomes Pinheiro Machado. Foi preso o assassino, séguindo o processo os tramites legaes para apurar responsabilidades.

Mais de 200 sargentos da guarnição desta Capital tentaram um levante da tropa visando subverter a ordem constitucional e auferir vantagens individuais. Descobertos a tempo, graças á vigilancia e

energia das autoridades militares e civis, foram rigorosamente punidos, de accôrdo com a lei.

Ainda ultimamente, houve nova tentativa de perturbação da ordem publica, que fracassou pela vigilancia das autoridades civis.

Manteve-se o Governo Federal nos limites rigorosos das normas constitucionaes em suas relações com os Estados.

Relativamente ao Estado do Espirito Santo e por ocasião da apuração da eleição presidencial, teve necessidade de enviar para alli uma força de 50 praças do Exército. Este acto foi mal comprehendido por uma parte da imprensa e pelo proprio governo local.

Uma nota official dada, immediatamente, pela Secretaria da Presidencia esclareceu o alcance da medida.

Eil-a:

«Tendo sido informado, por telegramma do delegado fiscal e do inspector da Alfandega da cidade de Victoria, de que a guarda desta ultima repartição era dada muito irregularmente, e conhecedor de que a dos Correios fôra retirada, o Governo Federal, ante a noticia que lhe foi officialmente transmittida de que se procurava forçar a entrega de actas eleitoraes, dirigidas á junta apuradora, ao presidente da Camara Municipal da capital, resolveu usar do direito que lhe assiste, fazendo seguir para aquelle Estado uma pequena força, afim de garantir ás repartições publicas federaes o seu perfeito funcionamento.

Que a situação naquella circumscripção da Republica é delicada affirmam os adversarios do governo local, que se queixam de perseguições e vexames, e dil-o o proprio presidente, assegurando que ha um plano revolucionario para depôl-o. Em taes condições, era medida de cautelosa prudencia o Governo Federal adoptar providencias que lhe permittam manter com regularidade os serviços da União.

Quem conhece o feitio moral do Sr. Presidente da Republica sabe perfeitamente bem que S. Ex. não exorbitará, em hypothese alguma, das normas que lhe são traçadas pela Constituição. Neste, como em qualquer outro caso, S. Ex. agirá com a serenidade de sempre.

Foi o Nordeste assolado por terrivel secca, o que obrigou o Thesouro a socorrer os flagellados, promovendo obras regionaes, distribuindo sementes ao reaparecerem as chuvas, transportando famintos e mais tarde restituindo-òs aos seus lares.

O altruismo dos particulares muito auxiliou o poder publico, promovendo festas de caridade em todo o Paiz e remettendo viveres e dinheiro para os patricios perseguidos pelo flagello regional.

Estando o Congresso Nacional reunido, e competindo-lhe resolver a respeito, conforme o espirito da Constituição da Republica, submetti-lhe, em mensagem de 10 de junho de 1915, a questão relativa á dualidade de governo no Estado das Alagôas.

Quanto ao do Rio de Janeiro, de que me occupei na minha anterior Mensagem, teve fim este caso pelo archivamento da respectiva mensagem sobre a intervenção no alludido Estado.

Cada vez mais se torna necessaria, como já vos disse, uma nova lei, que venha garantir a verdade nas eleições, precedidas de um alistamento regular, sem as fallhas que se notam nos actuaes, cujo processo deve ser reformado. Nutro fundada esperança de que o Congresso Nacional, dentro em breve, leve a termo esse importante e inadiavel assumpto, de interesse geral, porque só com as medidas de tal ordem poderão os cidadãos concorrer ás urnas, confiantes nos resultados do pleito.

O Governo tomou a peito pôr termo ás desordens que, por occasião dos pleitos eleitoraes, rebaixavam a Capital da Republica ao nivel de qualquer aldeia sertaneja.

Duas eleições se fizeram sem que a ordem publica fosse seriamente perturbada.

Resta ao Congresso completar a obra, não permitindo que fiquem impunes os autores de abusos commettidos nos recintos onde a policia não tem ingresso.

Foi satisfactorio o estado sanitario da Capital da Republica, no anno de 1915. O coeeficiente annual da mortandade foi de 22,54 por 1.000 habitantes. No grupo das molestias evitaveis ha que assignalar a terminação da epidemia da variola do anno anterior e o incremento do numero de casos fataes de febre typhoide e doenças paratyphicas, superior ao anno de 1914, e, por isso exigindo maior somma de trabalho da repartição encarregada de velar pela saúde da collectividade.

É preciso, porém, fazer notar que as origens do mal, para serem efficientemente destruidas, exigem obras federaes e municipaes de certo alcance financeiro, como sejam as que se relacionam com a distribuição da rêde de esgotos a zonas urbanas e sub-urbanas que ainda a não possuem, e a regularização

do leito de rios e vallaes, e seu capeamento na parte habitada.

A tuberculose manteve elevado, em 1915, o seu quinhão mortuario, tendo sido de 4.438 o numero de obitos. O Governo não se descurou do seu dever relativamente a este assumpto, e, si ainda não pôde enfrentar o problema no seu conjuncto, o que demanda grandes sommas, procurou attenuar os maleficios da peste branca, autorizando o isolamento, em pavilhões especiaes, de quantos nelles coubessem regulamentarmente, convindo que o Congresso Nacional habilite o Poder Executivo, para este effeito, com os precisos creditos.

Iniciou o Governo o pagamento pontual á Santa Casa de Misericordia da metade das despesas com a manutenção de um hospital para mulheres tuberculosas em Cascadura, em virtude de lei. Abriu quatro arejadas e espaçosas enfermarias para tuberculosos abertos no Hospital S. Sebastião, permitindo a admissão de quantos doentes alli se apresentem. Installou, em cada delegacia de saúde, um dispensario, de modo que o tuberculoso tenha perto de sua casa o medico, os remedios e outros auxilios de urgencia. Pretende mais ainda, porém depende isso de autorização do Congresso: em vez de obrigar os desgraçados a recolherem-se ao hospital quando estiverem mais ou menos perdidos, franquear aos chamados tuberculosos fechados um retiro saudavel, alegre sanatorio, onde reconstituam as forças e se salvem emquanto fôr tempo.

Para esse fim altamente humano poderá servir o hospital de Jurujuba, si o Congresso não preferir conservar os alienados na ilha do Governador e installar os tuberculosos curaveis nos pavilhões já existentes em Jacarépaguá.

Assim ficará o problema da tuberculose atacado por quasi todas as suas faces: dispensario, sanatorio, hospitalização. A parte referente ás habitações e aos alimentos é mais da alçada da Prefeitura, com a qual combinará a acção a Directoria Geral de Saúde Publica.

Entre os problemas sanitarios que aguardam solução radical, por motivo dos dispendios especiaes que são reclamados, cumpre-me suscitar a vossa attenção para o da extincção da febre amarella em cidades brasileiras que ainda soffrem desse mal evitavel. De tal facto se origina a necessidade da defesa permanente desta Capital contra a possivel invasão da molestia epidemica que tanto contribuiu para seu descredito, acarretando graves empecilhos ás relações commerciaes entre os Estados da Federação. Não ha duvida que urge pôr um paradeiro definitivo a mal tamanho, pela execução da prophylaxia específica,

já coroada de éxito em toda parte em que foi integralmente obedecida. Para isto solicito a vossa especial atenção, convindo conceder ao Governo os necessarios créditos.

Os convenios sanitarios internacionaes de Paris e Montevideó, assignados pelos representantes do Brasil, este em 1914 e aquelle em 1912, nos obrigaram a manter os nossos portos sufficientemente organizados e providos do competente material sanitario. Para corresponder a tal compromisso, torna-se preciso que o Governo fique devidamente habilitado.

Tendo a malária reapparecido em Jacarépaguá, na zona pantanosa, e tendo ficado provado, durante a formidável erupção epidémica de principios de 1915, que a causa principal do alastramento da molestia provém da falta de medicamentos, resolveu o Governo custear, com a verba exigua de soccorros publicos, a manutenção de um posto medico e distribuição gratuita de remedios na zona flagellada. Por sua vez a Prefeitura tomou as providencias que lhe cabiam, para desobstruir brejos e lagôas, onde são gerados os mosquitos transmissores do impaludismo.

No regulamento da marinha mercante e de navegação de cabotagem, approvedo pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, poderiam ser feitas, mediante autorização legislativa, algumas modificações, no sentido de melhorar a sua execução, principalmente na parte relativa á interferência da Directoria Geral de Saúde Publica.

Infelizmente, em virtude das actuaes condições financeiras do Paiz, acham-se suspensas as obras do Instituto Oswaldo Cruz, onde estão por concluir a bibliotheca, o museu e a sala de cursos, e paralyzadas a construcção do hospital e o acabamento do aquario, agora de grande necessidade para inicio dos estudos de biologia marinha, os quaes serão feitos naquello importante estabelecimento, visto que se deu a extincção do departamento que, no Ministerio da Agricultura, tinha a seu cargo taes pesquisas.

Estou certo que o Congresso Nacional, logo que se offereça oportunidade, autorizará a concessão dos créditos necessarios para a terminação dessas importantes obras.

Por entender que infringe o preccito constitucional, invadindo a esphera das attribuições privativas do Poder Executivo, deixei de dar cumprimento ao art. 13 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro ultimo, sobre a nomeação effectiva, com inobservancia das respectivas disposições regulamentares, de um assistente interino desse instituto.

Continúa a merecer a atenção do Governo o Territorio do Acre, onde foram feitas algumas substituições nos cargos de prefeito.

Urge uma lei geral, remodeladora da justiça e da administração do Territorio, visto que a organização actual é defeituosissima, dá margem aos maiores abusos e cria para o Executivo Federal serias e constantes difficuldades.

De accôrdo com a autorização constante do art. 7º, n. VI, da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, orçamento da despesa, foram organizadas as policias militar e civil das diversas prefeituras, dentro dos limites alli estabelecidos.

Por não ter, ainda, sido approvedo pelo Congresso Nacional o capitulo VI do titulo II do decreto n. 9.831, de 23 de outubro de 1912, conforme dispõe o art. 432 e foi solicitado pelo Poder Executivo, em mensagem de 2 de dezembro de 1914, houve necessidade de nomear novos vogaes para os conselhos municipaes no Territorio do Acre, visto estar findo o prazo de tres annos estabelecido no art. 430 do alludido decreto.

Dependente ainda de vossa approvação está, desde já, produzindo bons resultados o decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, pelo qual foram reorganizados o ensino secundario e o superior na Republica.

Restabeleceu-se o antigo rigor nos exames de preparatorios em todo o Brasil, de sorte que diminuiu de mais de 60 % o numero dos matriculados nas academias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Recife. Dos que escapavam das primeiras provas, ainda muitos foram eliminados pelo exame vestibular, que constitue um segundo crivo, para apurar as incompetencias e repellil-as dos cursos superiores.

Segue rigoroso e normal o processo de equiparação dos institutos aos congeneres federaes. Graças a uma disposição inserta na Reforma do Ensino, foi possível enfrentar o problema inadiável da construcção do edificio para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que será pago com as rendas do proprio instituto, mediante um credito de 3.000.000\$, aberto pelo Banco da Republica. Tambem com o producto da propria renda, não mais distribuida quasi totalmente entre os prof. res. o Collegio Pedro II concluirá as obras do edificio do Externato.

Completando a organização dada á Bibliotheca Nacional pelo decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911, foi creado, pela lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916 (art. 2º, n. 28), mais um logar de bibliotheca.

cario é supprimido um de sub-bibliothecario. Esta providencia fez desaparecer a anomalia de ser uma das secções dirigida por um funcionario de categoria inferior á dos demais directores.

Foi reorganizada, com proveito para o ensino e sem augmento de despesa, a Escola Nacional de Bellas Artes, que teve novo regulamento, expedido com o decreto n. 11.749, de 13 de outubro de 1915.

O regimento interno, de que trata o art. 48, letra —f— do alludido regulamento, foi approvedo pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, em portaria de 21 de janeiro do corrente anno.

Pelo decreto n. 11.748, de 13 de outubro ultimo, e em virtude da autorização constante do art. 3º, § 6º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, foi reorganizado o Instituto Nacional de Musica, dando-se-lhe novo regulamento, sem augmento de despesa.

Continúa a Brigada Policial a sua antiga tracção, defensora irreductivel da autoridade constituida. Foi reorganizada, por decreto n. 12.014, de 29 de março ultimo, reduzindo-se o pessoal distraido para serviços alheios ao policiamento, supprimindo disposições irritantes dos anteriores regulamentos e cercando de garantias os bons elementos.

GUERRA

De accôrdo com as autorizações dadas pela lei n. 2.924, de 5 de janeiro do anno findo, foram remodelados os diversos departamentos administrativos e technicos do Exercito, supprimindo-se no quadro dos funcionarios de algumas repartições os cargos dispensaveis, respeitadas os direitos dos actuaes serventuarios. Essas suppressões produziram uma economia de 69:600\$000.

A remodelação teve em vista, principalmente, definir melhor as attribuições de cada repartição, estabelecendo de modo mais preciso as intimas relações existentes, tanto entre o Gabinete do Ministro e a Directoria de Expediente, como entre a Directoria de Contabilidade e os Ministerios da Guerra e da Fazenda, evitadas aqui todas e quaesquer collisões entre os preceitos das duas subordinações a que esta directoria está sujeita.

No Departamento da Guerra, foi preciso separar os serviços de ordem puramente technica e relativos á engenharia, artilharia e saúde, dos referentes exclusivamente ao pessoal, dos quaes passou elle a se encarregar. Assim foram creadas as tres directorias de serviços technicos: de Engenharia, Matéria Bellico e Saúde.

Ainda com o fim de definir attribuições, cuja complexidade dificultava a execução dos serviços, foram creadas a Directoria de Administração e a Intendencia da Guerra, duas repartições que surgiram do desdobramento dos serviços do extincto Departamento da Administração. Não houve accrescimento de despesa com essas separações, antes produzindo-se a economia acima referida, porque a translação dos serviços acarretou necessariamente uma translação do pessoal e do material nelles empregados.

A remodelação geral dos serviços do Ministerio da Guerra está contida nos nove regulamentos approvedos pelo decreto n. 11.853 A, de 31 de dezembro de 1915.

Proseguindo na execução do plano de remodelação do Exercito, de accôrdo com as autorizações da lei n. 2.924 já citada, foram creadas as Inspeções de Armas e de Serviços, dotando-se, desse modo, o Alto Commando com os órgãos necessarios para tornar effectiva, sobre todas as forças, a sua acção fiscalizadora, e assegurar o preparo e a efficiencia da tropa para a guerra.

Pelo decreto n. 11.540, de 7 de abril de 1915, foi approvedo o regulamento para os grandes commandos, commandos de Brigada e de Circumscripção Militar, ficando desse modo especificadas as attribuições dos órgãos de que dispõe o Alto Commando para exercitar sua autoridade e acção directora e administrativa.

Integrada, dessa maneira, com a nova regulamentação das repartições, a remodelação a que se refere a Mensagem apresentada ao Congresso no anno findo, e na qual se instituiu a organização divisoria para a ordem de batalha do Exercito, vão sendo tomadas as medidas preparatorias para dotar a Nação com reservas instruidas e em numero sufficiente, meio unico de, com um pequeno Exercito como o nosso, assegurarmos a defesa efficaç do Paiz.

Uniformizadas as datas de praça dos homens actualmente nas fileiras, e dos que se venham a alistar, a incorporação, como a exclusão, será feita em época fixa, o que facilitará a instrucção do contingente, tornando mais efficaç o trabalho dos officiaes.

A renovação da classe sob as bandeiras terá inicio no fim do corrente anno, facilitada, como foi, essa operação, pela lei de fixação de forças, que restringiu a permanencia nas fileiras, por meio de engajamentos.

Tomadas essas e outras medidas preparatorias, serão preenchidos, em novembro futuro, os claros do Exercito por meio do voluntariado sem premio.

na forma do § 4º do art. 87 da Constituição, e do art. 10 do regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio de 1908, e, si este não bastar, será o effectivo orçamentario completado pela incorporação dos cidadãos alistados de accordo com a lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908.

Urge que tenha execução o sorteio militar.

Afim de dotar o Exercito com os meios necessarios á instrucção efficiente da tropa foram mandadas adaptar as fazendas de Sapopemba e Gericinó, pertencentes ao Ministerio da Guerra, para campo de instrucção das forças da guarnição desta Capital, cedendo o Ministerio da Fazenda o campo de Santo Agostinho, no Curato de Santa Cruz, para os exercicios da Escola Pratica do Exercito.

Pelo decreto n. 11.459, de 27 de janeiro de 1915, ficou regulamentada a promoção ao primeiro posto no quadro de intendentes, estabelecido para isso o concurso entre os sargentos-ajudantes e 1ºs sargentos com menos de 35 annos de idade e que alliem á robustez physica bom comportamento.

Terminadas as operações de guerra no Contestado, tornou-se necessario deixar ali um forte destacamento das tres armas, afim de apoiar a acção das policias dos dous Estados, no restabelecimento da ordem; mas, surgindo continuas queixas de um e de outro lado, e a imminencia de serio encontro de forças de um e de outro Estado, foi preciso entregar á tropa federal o policiamento da região comprehendida entre os rios Timbó e Paciencia, com inteira exclusão das forças estaduais. Essas providencias acarretam, porém, augmento de despesas, principalmente nas verbas de transporte e de etapas.

A guerra actual, que conflagrou quasi toda a Europa, impedindo-nos o recebimento de artigos indispensaveis ás nossas necessidades militares, veio pôr em evidencia que precisamos tomar providencias, de modo a prover os estabelecimentos fabris militares com os nossos proprios recursos, ao menos no essencial.

É, pois, urgente desenvolver e completar a Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra, afim de podermos preparar completamente e na quantidade necessaria a munição de infantaria, e pôr o Arsenal desta Capital em condições de fabricar os projectis para a artilharia.

O deposito de remonta organizado na Coudelaria Nacional de Saycan vac produzindo bons resultados, auxiliando, por meio de seus reproductores, o melhoramento da raça cavallar, para o que tem attendido aos pedidos de diversos criadores. Disposto

de reproductores dos dous sexos, de puro sangue inglez e arabe, a Coudelaria vac obtendo novos reproductores.

Todas as despesas, tanto da Coudelaria, como do deposito annexo, são custeadas com as suas proprias rendas.

A instrucção da tropa tem melhorado constantemente, o mesmo se dando com o preparo dos officiaes nas escolas militares.

É tambem bastante sensivel o resurgimento das sociedades de tiro, diversas já se tendo reorganizado, e outras augmentado o numero de seus socios.

As vantagens da instrucção militar nos collegios e nos outros estabelecimentos civis de instrucção vão sendo comprehendidas, tendo no anno findo muitos delles pedido instructores militares.

A disciplina da tropa, que se mantinha em condições lisonjeiras, foi infelizmente perturbada, no fim do anno passado, como já vos disse, por um grande numero de sargentos da guarnição desta Capital.

Esses inferiores, cedendo á suggestão de pessoas extranhas ao Exercito, e sob o pretexto de trabalharem a favor de um projecto de lei, a elles referente, apresentado á Camara dos Deputados, tomaram parte em reuniões, nas quaes se discutiam questões politicas e se preparava um movimento de perturbação da ordem publica.

A vigilancia das autoridades militares, secundada pela das autoridades civis, não permittiu que se dêsse começo á execução dos planos, que incontestavelmente trariam graves perturbações e sacrificios de vida, sem contudo haver probabilidades de exito final.

Foram presos os primeiros indicados como fazendo parte do movimento, e aberto um inquerito, que provou estarem nelle envolvidos, com maior ou menor culpabilidade, 243 sargentos e 14 praças de menor graduacão. O numero, embora grande, em absoluto, é todavia menor do que a metade dos sargentos em serviço nos corpos desta Capital, onde havia mais de 600 inferiores.

Não se tendo chegado a iniciar o movimento sedicioso, foram essas praças castigadas com o maximo das penas disciplinares, e, em seguida, excluidas, por não conyir á disciplina do Exercito sua permanencia nas fileiras.

É, por certo, lamentavel esse acto de indisciplina, mas conyem notar, para honra do Exercito, que sendo os sargentos os intermediarios entre os

officiaes e as praças, não conseguiram interessar nos seus planos um unico official, nem tiveram prestigio para arrastar os soldados de suas unidades, que se conservaram fieis aos seus deveres, cumprindo sem vacillações todas as ordens relativas á prisão e escolta dos sargentos culpados; mesmo um destes, que tentou sublevar a guarda que comandava, foi nisso obstado pelo cabo da mesma.

No tocante ás despesas, apresenta o Ministerio da Guerra sensível concurso para o equilibrio das finanças publicas, com a accentuada differença para menos, não só quanto a seus creditos orçamentarios, como em relação aos supplementares.

E maior ainda não é tal decrescimo, dada a circumstancia de necessitar o Governo da conservação, em operações de guerra no Contestado, de grande parte de suas forças de terra, o que acarretou a continuação inevitavel de um effectivo superior ao orçamentario, além das despesas avultadas e imprescindiveis decorrentes da mobilização e manutenção de numerosa força em pé de guerra. Dahi ter sido precisa, no anno proximo passado, a concessão do credito supplementar ao orçamento de 1915, de 6.577.684\$009.

Entretanto, apesar dessa situação anormal, felizmente conjurada, a demonstração infra das dotações orçamentarias e supplementares concedidas ao Ministerio da Guerra, nos ultimos seis annos, de 1910 a 1915, prova exuberantemente a asserção da redução consideravel nas despesas com o Exercito Nacional.

Despesas globaes, orçamentarias e supplementares, por exercicio:

1910:		
Papel.	• • • • •	68.369:309\$025
Ouro.	• • • • •	750:000\$000
1911:		
Papel.	• • • • •	90.437:612\$351
Ouro.	• • • • •	1.300:000\$000
1912:		
Papel.	• • • • •	84.735:946\$290
Ouro.	• • • • •	300:000\$000
1913:		
Papel.	• • • • •	81.152:567\$709
Ouro.	• • • • •	300:000\$000
1914:		
Papel.	• • • • •	76.317:012\$656
Ouro.	• • • • •	250:000\$000
1915:		
Papel.	• • • • •	71.053:927\$228
Ouro.	• • • • •	Não houve.

Para o anno corrente, o orçamento é o seguinte:

Papel.	• • • • •	64.814:031\$410
Ouro.	• • • • •	50:000\$000

MARINHA

A administração da Marinha exercceu-se com regularidade e, si não houve grandes progressos a assignalar, o que não era possível em face do momento financeiro, comtudo foi de notar, como todos comprehenderam, a directriz traçada pelo Governo para redução das despesas. Devo chamar vossa attenção para a elaboração do orçamento neste exercicio; a experiencia de annos anteriores induz a essa observação. O exercicio de 1915 exigiu um credito supplementar de 7.737:000\$, o que fez montar o exercicio á cifra total de 43.746:000\$000. Para o exercicio corrente o orçamento votado foi de 35.066:000\$, quantia até certo ponto insufficiente em comparação com as da ultima decada; os limites a que póde attingir a redução da despesa estão ultrapassados em muitas verbas.

E' conveniente fazer sobresahir a quanto montam as reduções feitas nas verbas que correspondem ao tratamento do material, comparando-se o periodo de 1907 a 1916, em que a vida do Paiz apresentava aspectos differentes.

Aquellas reduções foram: ita verba — Munições Navacs — de 33 % a 60 %; na de — Combustivel — 33,3 % a 44,5 %, e na de — Material de Construcção Naval — de 40 % a 70 %, isto comparados apenas os numeros das dotações orçamentarias.

Si se accentuar as fluctuações dos preços nos mercados, quer do Paiz, quer do estrangeiro, concluir-se-ha que as porcentagens referidas elevaram-se a muito mais.

O carvão, por exemplo, está sendo vendido por preços exorbitantes em todo Paiz, além de haver relativa falta nos mercados. Em periodo normal, no anno de 1914, o Ministerio da Marinha fez contracto para acquisição de 50.000 toneladas a 37 «shillings» cada uma ou 27\$750 em nossa moeda.

Pela cotação actual de 120\$ a tonelada e a dotação orçamentaria já reduzida relativamente a outros exercicios, não será possível adquirir mais de 8.333 toneladas de carvão, o que é por certo, absolutamente insufficiente. Esta cifra representa na verba — Combustivel — a extraordinaria redução de 83,3 %. Esta circumstancia deve, pois, ser levada em conta na preparação dos orçamentos.

Para completar a organização administrativa, diversos regulamentos foram promulgados, todos tendentes a manter a unidade administrativa que foi o espirito da remodelação executada pela actual administração. Outros estão em estudos e ser-vos-hão.

apresentados no correr da presente sessão legislativa. Como mais importante destaca-se o que deve pôr em execução a fusão dos quadros de officiaes de Marinha e engenheiros-machinistas, já adoptada na Inglaterra e Estados Unidos ha longo tempo com resultados satisfactorios. Si os principios em que a idéa repousa são por si bastantes para recomendar-a, o exemplo da economia que se espera obter, cerca de 1.500:000\$, confirma o desejo de vê-la realizada.

Ao lado desse regulamento, tereis oportunidade de vos manifestar sobre os que se referem a promoções e quadro de reserva.

O ensino naval, organizado em vista das necessidades da Marinha teve um funcionamento regular; os resultados obtidos foram satisfactorios. Como complemento, a esquadra esteve em movimento para tirocinio a todo pessoal dos navios. Pela primeira vez foram realizados exercicios de conjunto com os submersiveis, dos quaes resultou a esperança de que não longe estará o tempo em que poderemos nos orgulhar de nossa efficiencia naval. Além dos exercicios feitos, na medida dos recursos orçamentarios, ainda outros navios estiveram em movimento para garantia da neutralidade que o Governo decretou em face do conflicto europeu. Esse serviço tem tido exito completo. Para manutenção das boas relações internacionaes, de que é ciosa a politica do Governo, o cruzador «Bahia» fez uma viagem a Buenos-Aires em maio para assistir as festas da independencia Argentina.

O navio-escola «Benjamin Constant» fez uma longa viagem pela costa do Brasil para attender ás exigencias da instrucção dos futuros officiaes.

Ha conveniencia no proseguimento dessas viagens e exercicios. Para este fim deveis contemplar o orçamento da Marinha com as verbas necessarias; ao lado da exigencia da redução das despesas, é preciso ter em conta o preço a que vai attingindo o material em consequencia de circumstancias varias.

As dotações orçamentarias devem estar na proporção deste augmento.

Ainda sobre a movimentação dos navios, deve ser referido o aproveitamento dos transportes de guerra para condução de mercadorias a portos estrangeiros e aquisição ali de sobresalentes necessários ao serviço da Marinha. E' assim que o transporte «Sargento Albuquerque» está terminando sua primeira viagem desse genero com resultados animadores. O transporte «Carlos Gomes»

está terminando os concertos indispensaveis para ser utilizado do mesmo modo.

Parte do material fluctuante necessita de reparos urgentes e de material necessario para substituição da tubulação de oito contra-torpedeiros que, estando em regular estado de conservação, podem ainda ter vida por mais cinco annos, si fôr feito quanto antes esse serviço. Os dois — scouts — que são o «Rio Grande do Sul» e o «Bahia» e os — destroyers — «Santa Catharina» e «Parahyba» substituíram os tubos de suas caldeiras e fizeram reparo em suas turbinas. Os demais navios têm soffrido os reparos periodicos que são indispensaveis. Tudo tem sido feito no limite das dotações orçamentarias. Melhores resultados poderiam ser obtidos si o aparelhamento do Arsenal de Marinha estivesse na altura dos serviços exigidos. Infelizmente ainda por algum tempo não se poderá dar solução ao problema do preparo de nossos arsenaes; entretanto, nos limites dos orçamentos votados, diversos melhoramentos têm sido introduzidos, quer quanto á aquisição de machinismos aperfeiçoados, quer quanto ao arranjo e electrificação das officinas, com o que se obtém maior rendimento.

Sabeis que estava resolvida a construcção de um arsenal na ilha das Cobras; os trabalhos de preparação do dique, cáes e carreira tinham sido, por contracto, concedidos á «Société Française d'Entreprises au Brésil»; o contracto foi rescindido.

Como vêdes, embora com orçamentos limitados, a administração naval não tem estado inactiva. Diversas medidas têm sido postas em pratica; outras estão em estudos. Citei-vos algumas: a distribuição dos officiaes de accôrdo com as respectivas patentes, evitando o abono de gratificações superiores, a regularização do serviço de aquisição de materiaes, a revisão das lotações dos navios e estabelecimentos, a unificação de todos os foguistas numa classe dependente do Corpo de Marinheiros Nacionaes serão outras que concorrerão para se poder organizar um projecto de orçamento que seja a expressão da verdade.

A economia foi o escopo da administração naval. Mas, é preciso notar: economia não é só não despendar, é, sobretudo, utilizar-se conveniente e sabiamente dos recursos disponiveis. A Marinha tem contribuido vantajosamente para o equilibrio financeiro; a redução de suas despesas tem attingido a milhares de contos de réis; só em pessoal houve uma redução de mais de 5.000 praças. O aparelhamento da defesa naval de um paiz exige

despesas vultuosas. E' certo que o momento não comporta a solução de todos os problemas, mas devemos não esmorecer em procurar dar-lhes inicio. Póde-se dizer que os primeiros passos estão dados; é necessario proseguir.

VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Na Mensagem que tive a honra de vos dirigir ao ser installada a sessão legislativa do anno passado, accentuei a imperiosa necessidade que havia e que subsiste ainda de retardar ou suspender a execução de varios serviços a cargo do Ministerio da Viação e Obras Publicas, dada a situação delicada de nossas finanças, accrescentando que, si providencias nesse sentido podiam ser, como foram, facilmente adoptadas quanto ás obras que estavam sendo executadas por administração, outro tanto não succedia em relação áquellas sobre as quaes tinham sido firmados contractos. No tocante a estas era indispensavel que, conhecidas e examinadas préviamente as responsabilidades exactas que haviamos assumido, procurássemos as soluções mais convenientes, harmonizando do melhor modo os direitos dos contractantes e os interesses do Thesouro.

Havia, portanto, um trabalho preliminar a fazer, que era apurar a extensão real de nossos compromissos, especialmente sobre viação ferrea e portos, os que mais pesam sobre o orçamento.

Em 31 de dezembro de 1914, os nossos encargos, neste particular, eram os seguintes:

Relativamente a estradas:

Em £:	Titulos das emissões	Capital circulante
	« Rescission Bonds »	12.935.486
	Estradas do Ceará	2.400.000
		15.335.486
Em francos:		
	Itapura a Corumbá	98.785.000
	Estrada de Ferro de Goyaz	98.404.500
	Viação Bahiana	60.000.000
		257.249.500

ou, ao todo, £ 25.625.460, a que ainda é necessario addicionar £ 600.000, antecipação da emissão de £ 2.400.000 a fazer, nos termos da clausula LX do decreto n. 9.155, de 29 de novembro de 1911, e accôrdo firmado com a Companhia Estrada de Ferro de Santa Catharina, em 26 de dezembro do mesmo anno.

Ao cambio de 12 d., essa importancia representa em moeda nacional 524.509:200\$000.

A emissão de apolices da divida interna para aquisição e construcção de estradas subia, na mesma época, a 196.983:000\$000.

Quanto a portos:

Em £:		
Porto do Rio de Janeiro (1903)	8.500.000	
" " " " " (1911)	4.500.000	
" " Recife (1913)	3.500.000	
	16.500.000	
Em francos:		
Porto do Recife (1909)	40.000.000	

ou, ao todo, £ 18.100.000.

O capital circulante desses empréstimos é de £ 16.841.000, que, ao cambio de 12 d., representam 336.820:000\$000.

Em 1903, houve tambem uma emissão de apolices da divida interna de 17.300:000\$ para as obras do porto do Rio de Janeiro.

Sommando as parcellas indicadas, encontramos 1.075.612:200\$, compromisso que não era e não é susceptivel de redução, exigindo avultadas importancias para o serviço de juros e amortização.

Mas, além delle, muitos outros existiam e existem, a saber: em relação a estradas, os de garantias de juros, os de novas emissões de apolices para dar cumprimento a contractos em vigor e os decorrentes da necessidade de obter novos recursos para os pagamentos a effectuar em dinheiro, uma vez que os saldos dos empréstimos anteriormente realizados seriam insufficientes, em alguns casos, para fazer face ás despesas a que nos obrigaramos.

No que diz respeito a portos: os de garantias de juros a empresas constructoras e arrendatarias e os advindos de obras em andamento, como, por exemplo, as da barra do Rio Grande do Sul, para as quaes não tinhamos recorrido a operações de credito.

As dotações orçamentarias para esse serviço foram, nos seis ultimos annos, as seguintes:

Annos	Total-papel	Total-ouro
1910	1.814:500\$324	5.104:063\$353
1911	1.862:380\$056	5.999:903\$353
1912	953:902\$613	2.999:951\$676
1913	1.858:780\$060	8.415:336\$780
1914	1.993:780\$056	8.056:672\$770
1915	1.993:780\$056	8.674:072\$770

Sendo a dotação orçamentaria de 953:902\$613, papel, e 2.999:951\$676, ouro, insufficiente para o pagamento das garantias de juros referentes ao anno de 1912, foi de accôrdo com o decreto legislativo n. 2.737, de 2 de janeiro de 1913, e o decreto do Poder Executivo, n. 9.984, da mesma data, aberto o credito suplementar de 904:850\$413, papel, e 5.405:121\$094, ouro.

Reduzida a papel, ao cambio de 12 d., a parte-ouro, verifica-se que se elevam a mais de 21.000:000\$.

da nossa moeda as despesas annuaes com garantias de juros, que só cessarão depois de decorrido o prazo de 30 annos. Continuando as construcções, outros depositos seriam necessarios e a despesa tenderia sempre a crescer, durante muitos annos, pois as garantias já effectivas estão, em geral, ainda longe de seu termo.

Novas emissões de apolices:

Segundo o relatório da Inspectoria Federal das Estradas, relativo ao anno de 1914, as novas emissões de apolices seriam approximadamente de 190.000:000\$; mas, attentos os precedentes conhecidos da Madeira-Mamoré, S. Luiz a Caxias e outras estradas, é natural que se tenha duvida quanto ao acerto da previsão.

Pagamentos em dinheiro:

Os dados officiaes indicavam que, além dos pagamentos a effectuar pelos saldos dos emprestimos já feitos, seriam ainda necessarios para occorrer ás despesas em dinheiro com a execução integral dos contractos existentes cerca de 300.000:000\$000.

Garantias de juros a empresas constructoras e arrendatarias de portos:

Não é possível em relação a estas fixar sommas exactas: as responsabilidades são ora maiores ora menores, correspondendo, como correspondem, á differença entre a renda liquida das taxas arrecadadas e os juros a pagar.

O quadro que se segue dá bem uma idéa das alternativas a que estão sujeitos os pagamentos:

ANNOS	PORTOS		
	Pará	Bahia	Rio Grande do Sul
1911	1.064:726\$563	418:085\$797	392:117\$091
1912	1.327:801\$301	723:432\$179	555:427\$701
1913	2.433:467\$598	831:052\$485	1.010:517\$522
1914	4.102:224\$131	814:797\$015	1.409:087\$493

Estes pagamentos são em ouro.

Ha ainda a addicionar-lhes os do porto da Victória que, no exercicio de 1913, por exemplo, montaram a 197:819\$608, papel.

Existem as da barra do Rio Grande do Sul, contractadas por 18.000:000\$, ouro, dos quaes a primeira prestação, no valor de 5.400:000\$, já se tornou exigível e as do porto do Recife, que muito provavelmente não poderão ser concluidas com os recursos dos emprestimos realizados.

Foi depois de conhecer em detalhes a situação que ali fica esboçada, apenas em parte, que o Governo iniciou o trabalho de revisão de contractos, sem duvida o mais importante e proveitoso de quan-

tos, no Ministerio da Viação e Obras Publicas, reclamavam a sua carinhosa solicitude.

A tarefa era ardua e ingrata. Tinhamos praticado, sem cautelosa moderação, uma larga politica de melhoramentos materiaes, deixando de calcular providentemente os sacrificios a que ella nos arrastaria, e dahi os maiores embarços a vencer no momento em que tivemos de modificá-la: estavamos presos á letra dos contractos e precisavamos contrariar as resistencias de todos a quem se acenou com melhoramentos que se tornaram irrealizaveis.

Isto, por um lado. Por outro, a necessidade de estudar com segurança os accórdos a fazer, de modo a não perder e inutilizar de todo os esforços despendidos: a não realização da despesa nem sempre importa em bem entendida economia. Felizmente, o exito da acção do Governo vai se accentuando a cada dia que passa. Entramos francamente na phase das combinações finaes.

A solução de velhas reclamações, como as da Madeira-Mamoré; as revisões de contractos, como os das estradas de S. Paulo-Rio Grande, Theresopolis e linhas complementares do Rio Grande, e de companhias de navegação, como a Maranhense, a Pernambuco e a Costeira; a rescisão de contractos, como o de Barbará & Filhos; o exame de contractos não ultimados legalmente, como os dos portos de Jaraguá, Corumbá e prolongamento do caes desta Capital, ora affectos ao conhecimento e resolução do Congresso Nacional; a liquidação de contractos de obras e fornecimentos á Central do Brasil e Oeste de Minas, no valor de mais de 80.000:000\$; a verificação de contas da Noroeste do Brasil pela construção da Itapura a Corumbá, apurando-se um saldo a favor do Thesouro de mais de 15.000:000\$; a limitação de depositos por parte de empresas que gosam de garantias de juros; a regularização de questões pendentes quanto a pagamentos de quotas de arrendamento e fiscalização assim como de tomadas de contas; accórdos de resultados vantajosos, como o que foi feito com as Docas de Santos, para marcar o inicio do prazo depois do qual é possível a encampação das obras do porto; o estudo completo de contractos como os da Norte do Brasil, S. Luiz a Caxias, Timbó a Propriá, Viação Bahiana, Victoria a Minas, Goyaz, Santa Catharina e Constructora, em relação a alguns dos quaes já estão sendo redigidas as cláusulas para a revisão; são, entre outros, actos que demonstram a sinceridade e firmeza com que o Governo procura executar o programma que se traçou.

E, no meio desses actos de que resultaram economias e cessação de responsabilidades avultadissimas, tratando-se de contractos que sobem a cen-

tenas de milhares de contos, conforme algarismos constantes da exposição que me apresentou o Sr. Ministro da Viação em 15 de novembro do anno passado, só um provocou protesto judicial dos interessados: foi o que decretou a caducidade do contracto de construção da Rêde Cearense. Mas, ainda neste particular, agi de accôrdo com clausulas expressas do mesmo contracto e forçado pela desidia e incapacidade da companhia, que, fallida, não podia satisfazer ás obrigações que contrahira.

O quadro que se segue indica os credits orçamentarios votados e as despesas por elles realizadas nos cinco ultimos exercicios:

ANNOS	PAPEL		OURO	
	Dotação orçamentaria	Saldo	Dotação orçamentaria	Saldo
1911	114.324:616\$353	6.220:559\$555	10.038:933\$300	339\$261
1912	121.810 390\$235	6.430:313\$793	12.878:023\$377	125:662\$385
1913	130.283-950\$360	6.683:558\$323	12.913:712\$100	235\$698
1914	121.153:037\$353	1.916:220\$250	10.632:050\$136	\$351
1915	101.325:230\$556	1.315:957\$902	11.036:015\$136	11:209\$362

Credits e pagamentos em apolices:

Annos	Credito aberto	Despesa paga
1911	35.000:000\$000	34.925:071\$098
1912	50.000:000\$000	49.780:409\$548
1913	55.000:000\$000	48.607:349\$374
1914	20.000:000\$000	19.975:000\$000
1915	25.000:000\$000	22.484:479\$753

Credits extra-orçamentarios:

ANNOS	CREDITOS SUPPLEMENTARES		CREDITOS EXTRAORDINARIOS E ESPECIAES	
	Papel	Ouro	Papel	Ouro
1911	3.768:103\$337	50:630\$174	24.076:380\$332	245:623\$313
1912	1.280:621\$112	5.405:121\$001	45.515:071\$333	—
1913	—	—	7.951:757\$101	1.372:175\$318
1914	1.190:174\$310	519:335\$207	70.230:000\$300	—
1915	1.315:203\$997	—	13.817:153\$314 (*)	910:727\$326

(*) Inclusive 7.200:000\$ para obras na zona flagellada.

É de notar que algumas despesas existem que não figuravam nos orçamentos, como, por exemplo, as que correm por depositos especiaes e as que são custeadas pela caixa de portos. Estas ultimas já foram, em parte, incluídas no orçamento em vigor; mas a medida deve ser generalizada, de modo a que, embora elevadas, as cifras correspondam com exactidão ás despesas que terão de ser realmente feitas.

De accôrdo com as autorizações constantes da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, foram reformados os regulamentos da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas pelo decreto n. 11.442, de 13 de janeiro de 1915; da Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial pelo decreto n. 11.456,

de 20 de janeiro; da Inspectoria Geral de Illuminação pelo decreto n. 11.457, da mesma data; da Inspectoria Federal das Estradas pelo decreto n. 11.469, de 27 de janeiro; da Inspectoria de Obras contra as Seccas pelo decreto n. 11.474, de 3 de fevereiro; da Repartição de Aguas e Obras Publicas pelo decreto n. 11.515, de 4 de março; da Repartição Geral dos Telegraphos pelo decreto n. 11.520, de 10 de março; da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes pelo decreto n. 11.526, de 17 de março, e da Inspectoria de Esgotos da Capital Federal pelo decreto n. 11.565, de 28 de abril de 1915.

As despesas com o pessoal da Secretaria de Estado, Inspectoria Federal de Estradas, Inspectoria de Obras contra as Seccas, Inspectoria Geral de Illuminação, Repartição Geral dos Telegraphos, Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial, Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes e Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro, Inspectoria de Esgotos da Capital Federal e Repartição de Aguas e Obras Publicas, que se elevavam a 22.273:090\$ ficaram reduzidas a 19.667:465\$, o que demonstra uma differença para menos de 2.605:625\$000.

Durante o anno de 1915, nas vias ferreas fiscalizadas pela Inspectoria Federal das Estradas, os serviços das linhas em trafego foram effectuados sem occurrencias dignas de nota.

Nas linhas em construção o proseguimento das obras resentiu-se das circumstancias especiaes decorrentes da conflagração européa, importando as medições provisórias de obras contractadas em quantia sensivelmente inferior ao total dos certificados expedidos em 1914, conforme se verifica do quadro a seguir:

1914	Em apolices	35.826:700\$608:
	» dinheiro	19.510:960\$897
	Total	51.337:661\$505-
1915	Em apolices	17.492:848\$277
	» dinheiro	6.298:505\$397
	» ouro, £, & Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.	899.250

Resulta que o novo onus do Thesouro corresponde tão sómente aos juros das novas apolices emittidas para o pagamento de 17.492:848\$277, importancia muito inferior aos dos exercicios anteriores.

As quotas de arrendamento apuradas no exercicio de 1914 importaram em 4.439:901\$794, não computada a da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré correspondente ao 2º semestre.

Ainda não puderam ser verificadas nem foram arrecadadas todas as quotas referentes ao anno

de 1915, estando apenas apuradas as de algumas estradas na importância total de 1.322.597\$475. Cumpre, entretanto, notar que estas importâncias podem ainda soffrer alterações, devido a terem sido annulladas para verificações mais precisas as tomadas de contas da «Great Western of Brazil Railway Company» referentes aos dous semestres de 1914 e a do 2º semestre de 1915.

Como consequencia de inaugurações a extensão total da Viação Geral da Republica e das linhas fiscalizadas pela Inspectoria Federal das Estradas passou a ser respectivamente de 15.005km,976 e 26.281km,823, contra 14.786km,533 e 26.062km,380 em 1914.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré acha-se em regimen de trafego normal em toda a sua extensão embora não estejam ainda concluidas todas as dependencias, funcionando algumas estações em edificios provisórios, restando proceder-se á medição para liquidação definitiva das contas de construcção.

E nesse intuito submetti á apreciação do Congresso Nacional, em mensagem de 23 de junho de 1915, a exposição que me fôra apresentada pelo Ministro da Viação e Obras Publicas quanto á necessidade de ser sollicitada a precisa autorização para ser aberto um credito extraordinario na importancia de 150:000\$, assim de ser effectuada a medição final dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Depende, assim, de resolução do Congresso Nacional, a execução desses serviços.

A Estrada de Ferro do Tocantins continúa, como no anno anterior, a manter apenas em trafego uma extensão de 45 kilometros.

A construcção dos 376km,436 da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias proseguiu, executada simultaneamente em diversos trechos, estando a via permanente assentada na extensão de 251km,900, em segmentos distanciados uns dos outros.

Tendo a «South American», arrendataria da Rêde Cearense, cuja extensão em trafego é de 758km,864, deixado de attender a tollas as providencias de ordem administrativa, para dar exacto cumprimento ás obrigações contractuaes, especialmente na parte relativa á construcção, cujas obras foram por ella suspensas, tornou-se indispensavel que o Governo agisse a bem dos interesses da União, decretando a caducidade do respectivo contracto, sob os fundamentos constantes do decreto n. 11.692, de 25 de agosto de 1915.

As obras dos prolongamentos passaram a ser feitas administrativamente, correndo as despesas

por conta do deposito destinado a esses trabalhos, e o serviço do trafego ficou sendo custeado por conta da renda arrecadada nas suas linhas, conforme é declarado no decreto n. 11.750, de 22 de outubro, até que o Congresso Nacional resolvesse sobre o assumpto, o que fez no orçamento em vigor.

A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte continúa a manter em trafego a extensão de 144km,308, estando em construcção 65, sendo 38 kilometros de Lages a Caicó e 27 de Lages a Macau, já se tendo procedido á inauguração da grande ponte metallica sobre o rio Potengy.

Na rêde a cargo da «Great Western of Brazil Railway Company», que dispõe de 1.617km,412 de linhas em trafego, continuam paralyzados os trabalhos de construcção.

Na Rêde de Viação Geral da Bahia, com a extensão total de 1.708km,543 em trafego, de 442km,325 em construcção e 1.808km,049 com estudos approvados, foram entregues ao trafego 84km,569, durante o anno de 1915, sendo 73km,119 entre Rosario e Propriá e 11km,450 do ramal de Murta a Capella.

Acham-se em trafego na Estrada de Ferro Victoriosa a Minas 590km,678, em construcção 41km,984, com estudos approvados 248km,512.

O prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá a Iguaba Grande, com 65km,690 de extensão, já se acha concluido, estando actualmente em trafego 131km,590 dessa estrada.

Na Estrada de Ferro Theresopolis, em virtude da revisão do seu contracto, vac ser reconstruida a linha actualmente em trafego, que será prolongada apenas até Sebastiana. Foram já approvados os estudos de reconstrucção entre Raiz da Serra e Theresopolis e de um pequeno trecho de Theresopolis a Varzea. A revisão teve por principal objectivo reduzir os grandes encargos para a União decorrentes do primitivo projecto.

A extensão total das linhas que constituem a Estrada de Ferro de Goyaz é de 1.546km,229, estando em trafego 471km,621, em construcção 571km,035 e com estudos approvados 503km,573.

Attingiu a 1.249km,671 a extensão em trafego na Rêde Sul Mineira em 1915, tendo sido nesse periodo terminada a construcção do trecho de 29km,300 entre Guaxupé e Biguatinga. No ramal de Tres Corações a Lavras ficou concluido o preparo do leito e foram assentados mais 16 kilometros de via permanente, achando-se em construcção nas diversas linhas 242km,792.

Na rêde a cargo da Companhia S. Paulo-Rio Grande foi entregue ao trafego o trecho de 53 kilo-

metros entre Jaguarihyva e S. José da Boa Vista, do ramal de Paranapanema, e foram concluídos os trabalhos de reforço das pontes que já não offereciam a necessaria segurança dada a distribuição de carga resultante do peso do material rodante e de tracção e da composição de trens actualmente reclamada pelo serviço do trafego. A revisão do contracto desta companhia permittiu reduzir os compromissos assumidos pelo Governo, sendo consolidadas pelo decreto n. 11.905, de 19 de janeiro do corrente anno, as clausulas dos contractos anteriores para ficarem definidas com mais clareza e precisão as relações de direito entre o Governo e a companhia.

A extensão em trafego da Rêde de Viação do Rio Grande do Sul ficou accrescida de 2km,484, de Sant'Anna do Livramento á fronteira e do trecho concluído na linha de S. Pedro á margem esquerda do Jaguar, com a extensão de 11km,380 entre São Pedro e o povoado do mesmo nome. Foi revisto o contracto para a construcção das vias ferreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja e prolongamento do ramal de Quarahy a Alegrete, reduzindo-se as obras a executar e os encargos do Thesouro.

Foi inaugurada a ponte internacional sobre o Quarahim.

A extensão das linhas em trafego na Estrada de Ferro Central do Brasil, em 31 de dezembro de 1915, era de 2.289km,928, sendo 904km,935 de bitola larga de 1m,60; 1.236km,658 de bitola estreita de um metro e 148km,335 de bitola mixta, estando em construcção 142km,103, de bitola larga na linha de Bello Horizonte.

Durante o anno ficou concluído o cadastro da linha do Centro, no trecho de Entre Rios a Barra Longa, feita, assim, a ligação com o da Rio das Flores.

O serviço do trafego tem sido muito regularizado, não obstante resentir-se a parte referente ao transporte de viajantes, da insufficiencia de carros, e lutar a divisão do trafego com sérias difficuldades para a illuminação dos carros, devido á carencia absoluta de material.

A receita total da estrada, no anno de 1915, elevou-se a 41.808:567\$, que se discrimina, comparativamente á de 1914, em:

	1915	1914
Receita do trafego	39.209:425\$000	37.115:493\$000
Por conta do ministerios, Estados e Prefeituras	2.213:285\$000	3.110:344\$000
Arrecadada pela thesouraria	318:724\$000	183:536\$000
Receita ficticia	67:133\$000	457:340\$000
	<u>41.808:567\$000</u>	<u>40.866:713\$000</u>

donde se verifica haver um excesso nas receitas do

trafego, em 1915, de 2.093:932\$ e de 941:854\$ na receita total.

O credito orçamentario votado para as despesas da estrada em 1915, na importancia de 35.248:535\$, foi insufficiente para o seu custeio, o que me levou a solicitar-vos, por mensagem de 30 de junho do mesmo anno, um credito suplementar na quantia de 16.341:969\$500.

Com o fim de diminuir a despesa da estrada foi determinada a substituição do carvão mineral pelos combustiveis oleoso e lenhoso.

A extensão das linhas em trafego na Estrada de Ferro Oeste de Minas era, em 31 de dezembro de 1915, de 1.693km,716, representando um accrescimento de 127km,608 sobre a extensão trafegada anteriormente, em 31 do mesmo mez do anno anterior: augmento esse decorrente da inauguração dos trechos de 69km,554 na linha de Divinopolis a Santo Antonio do Monte, e de 58km,054 na de Cedro a Arantes. Nessa extensão total das linhas em trafego acham-se comprehendidos 208 kilometros de navegação fluvial e 1.485km,716 de linhas ferreas, das quaes 721km,217 com bitola de 0m,76, 749km,188 com bitola de um metro e 15km,311 com bitola mixta.

Attendendo a necessidades locais e tendo em vista as vantagens collidas com o augmento de renda da estrada, a directoria creou em 1915 trens de suburbios entre Bello Horizonte e Capella Nova, serviço que tem sido effectuado com resultados proveitosos.

A receita e despesa importaram em 1915, respectivamente, em cerca de 4.269:169\$986 e 4.265:172\$879.

Nas linhas ferreas e fluvial foram transportados durante o anno 343.942 passageiros, 37.011 animaes, 5.238.600 kilos de encomendas e 113.286.600 kilos de mercadorias, sendo transmittidos 33.521 telegrammas.

O trafegô da Estrada de Ferro Itapirã a Corumbá conservou-se normal durante o anno, apesar de se resentir da falta de material rodante e não estarem concluídas todas as obras.

O trecho conhecido pela designação de — Pantanal —, em uma extensão total de 42 kilometros, a partir de Porto Esperança, e bem assim a tangente do Rodrigo, proxima á estação de Guaycurús, ainda estão muito abaixo do nivel definitivo, de modo que nas enchentes ficam alagados, podendo mesmo occasionar a suspensão do trafego.

Todas as obras de arte desde Campo Grande

até Esperança, 380 kilometros, ainda são provisórias, sendo que as tres grandes pontes, duas sobre o rio Aquidauana e uma sobre o Miranda, exigem ou substituição pelas vigas metallicas definitivas ou obras de consolidação de elevado dispendio.

A crise de transporte actual veio crear para esta estrada uma situação especial, em relação ao Estado de Matto Grosso, tornando o seu trafego muito mais intenso.

A estrada, porém, não está aparelhada para auxiliar efficaçmente o progresso que se nota principalmente no Sul do Estado, especialmente por não haver sido ainda construida a ponte sobre o rio Paraná e pela insufficiencia de material rodante.

Apesar de todas as difficuldades as rendas da estrada vão crescendo gradativamente, ao mesmo tempo que se estabilizam as despesas de custeio.

Em 1914 a renda propria da estrada foi de 539:223\$940, e em 1915 de 706:205\$235, não estando, porém, ainda toda apurada.

A despesa que em 1914 só com o pessoal importara em 2.867:605\$842, baixou em 1915 a 2.193:779\$925, devendo ainda ser menor no corrente anno.

A despesa com o material foi em 1915 de 541:841\$043 e no corrente exercicio será de 573:110\$, de accôrdo com o orçamento approvedo.

Em 21 de agosto de 1915 procedeu-se á medição final dos trabalhos executados pela Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil no trecho de Itapura a Porto Esperança, durante o periodo de seu contracto, rescindido pelo decreto n. 10.533, de 23 de outubro de 1913.

Essa medição serviu de base ao balanço definitivo para a apuração das contas daquella companhia para com o Thesouro Nacional, balanço que accusa um debito de mais de 15.000:000\$ contra a Noroeste.

A companhia, em declaração annexa ao mesmo balanço, não nega sua divida, apenas resalva algumas parcellas, cujo pagamento reclama, como acto de equidade.

A conflagração européa, occasionando enorme diminuição no nosso intercambio commercial com os paizes estrangeiros, em vista das difficuldades e perigos da navegação, o que deu logar á exaggerada carestia dos fretes, determinou em 1915 o incremento do trafego da marinha mercante nacional, não só em relação aos transportes para o exterior, como também relativamente ao proprio intercambio estadual da Republica.

A sensível differença do movimento de trafego pôde ser constatada pelo exame da demonstração a

seguir, organizado pela Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial e referente aos annos de 1914 e 1915, indicando as cifras relativas aos transportes para os portos americanos e europeus:

	Numero de volumes	Peso em kilos	Fretes
New York:			
1915	1.680.756	98.856.466	5.549:169\$870
1914	459.037	27.576.206	681:868\$206
New Orleans:			
1915	563.043	33.344.080	1.686:911\$600
1914	—	—	—
Barbados:			
1915	6.850	649.349	13:372\$00
1914	—	—	—
Montevideo:			
1915	649.270	25.903.339	740:516\$000
1914	620.577	24.678.882	808:813\$000
Buenos-Aires:			
1915	363.107	10.262.533	370:472\$000
1914	101.703	5.828.626	122:609\$000
Suecia:			
1915	245.013	15.890.780	2.435:960\$329
1914	—	—	—
RESUMO			
1915	3.508.033	184.906.549	10.796:401\$799
1914	1.181.340	58.083.714	1.613:320\$200

Os dados acima referem-se apenas ao Lloyd Brasileiro e á Companhia Commercio e Navegação, que executou o serviço de transporte para a Suecia.

A necessidade de obstar a alienação de navios nacionaes, desde que se verificou já haver sido concluida a de varias unidades da nossa marinha mercante, motivou a expedição do decreto n. 11.806, de 9 de dezembro de 1915, pelo qual foram declarados de necessidade publica, enquanto durar a guerra européa, os navios nacionaes, para os effeitos de sua desapropriação.

O resumo seguinte permite o confronto de dados essenciaes referentes aos serviços de navegação executados em 1914 e 1915 pelas companhias e em presas fiscalizadas pelo Governo e pelo Lloyd Brasileiro, hoje pertencente ao patrimonio nacional:

	1915	1914	Differença constatada em 1915
Numero de viagens redondas	1.781,5	2.001,5	— 223
» » milhas percorridas	8.132.275,5	3.125.210,5	+ 8.065
Passageiros de 1ª classe	84.010	93.323	— 12.313
» » 3ª classe	93.642	106.230	— 9.587
Receita do passagens	8.374:329\$558	8.799:013\$370	+ 424:713\$822
Numero de volumes	29.336.167	29.977.422	— 641.255
Peso de cargas (kilos)	1.506.985.948	1.183.425.000	+ 318.560.948
Frete de cargas	47.315:68\$918	29.853:319\$200	+ 18.032:359\$718
Numero de animaes	10.155	23.987	— 13.832
Frete de animaes	213:972\$750	172:794\$240	+ 46:178\$510
Consumo de combustivel (kilos)	331.201.633	385.308.000	— 4.106.367
» » lubrificantes (litros)	412.193	425.033	— 12.840
» » estopa, (kilos)	47.891	60.305	— 12.414
Receitas diversas	59:321\$450	—	+ 59:321\$450
Renda bruta total	55.938:312\$706	38.225:165\$320	+ 17.743:146\$386

Convem entretanto notar que excluindo-se dos totaes de 1914 as parcellas correspondentes á Empresa de Navegação Sul-Rio Grandense, á Empresa

de Navegação Bahiana, á Empresa de Navegação Lorentzen, á Empresa de Navegação La Rocque, Frota & Comp. e á Empresa de Navegação Rio-S. Paulo, cujos dados em 1915 não se acham incluídos neste resumo por não se acharem nesse anno sob a fiscalização do Governo, as diferenças passariam a ser as seguintes:

	Menos	Mais
Número de viagens redondas.	133	
" " milhas percorridas	—	411.018
Passageiros de 1ª classe	7.113	
" " 3ª classe	5.513	
Receita de passagens.	220.803\$172	
Número de volumes	413.685	
Peso de cargas (kilos).	—	364.191.913
Frete de cargas	—	19.069.260\$308
Número de animais	9.730	
Frete de animais	—	103.520\$010
Consumo de combustível (kilos)	5.965.638	
" " lubrificantes (litros)	5.449	
" " estopa (kilos)	9.750	
Receitas diversas	—	59.321\$450
Renda bruta total.	—	19.005.293\$596

dados que demonstram notável aumento de rendas para as empresas e companhias de navegação fiscalizadas pelo Governo.

Os serviços dos portos de mar, quer de construção, quer de exploração, soffreram no decurso do anno passado sensível depressão, tanto na execução das obras, como principalmente quanto aos resultados economicos do trafico, em consequencia das graves perturbações que a guerra européa trouxe ao movimento marítimo mundial e ás transacções commerciaes entre os paizes todos, não só das nações belligerantes, como também das que se conservaram neutras.

No porto de Manaus nenhuma obra nova foi levada a effeito, consistindo os serviços executados em simples reparações e conservação nos armazens, fluctuantes e outras dependencias do porto. Devido á grande redução no movimento commercial cinco dos seus armazens foram fechados, havendo na renda arrecadada de 1.898:142\$824 um decrescimento de cerca de 14% comparada com a do anno anterior.

No porto do Pará as obras a cargo da companhia «Port of Pará» limitaram-se aos serviços de dragagem para a conservação do canal e ao proseguimento das obras do novo deposito de inflammaveis e explosivos, que está sendo construído em Miramar. A renda bruta foi de 3.542:674\$940, inferior de 15,36% á do anno precedente.

Nos portos de S. Luiz do Maranhão, de Amarração, de Fortaleza, de Natal, de Cabedello e de Aracajú, foram effectuados serviços administrativos de fixação de dunas, de dragagem e outros trabalhos dentro dos creditos abertos para cada porto.

Os serviços do porto do Recife, que tinham sido suspensos em agosto de 1914, foram recommçados em meados do anno findo, achando-se actualmente perfeitamente regularizados, mas limitados ao maximo mensal de trabalhos no valor de 1.000.000 de francos, em virtude de um accôrdo firmado com a «Société de Construction du Port de Pernambuco» a cujo cargo se acha a execução das obras.

Sobre uma extensão de 850 metros de cães de oito metros d'agua, inteiramente concluídos, acham-se construídos tres armazens e dous galpões, sendo que a terminação de mais dous armazens e um galpão depende apenas do calçamento interno.

O respectivo trecho de cães já está apparelhado de vias ferreas e, em parte, de guindastes de meio portico, e os armazens e galpões providos de pequenos guindastes internos.

A usina que terá de fornecer energia electrica não só para o movimento dessesapparelhos como para a illuminação, já está prompta para funcionar, e as canalizações electricas já em parte assentes.

A muralha do cães de 10 metros d'agua ficou terminada na extensão de 411 metros com o aterro bastante adiantado, feito de areias dragadas; e do lado de Santa Rita o cães de oito metros acha-se com a sua muralha construída em toda a extensão projectada de 320 metros, já tendo sido iniciada a construção do cães de protecção aos aterros em direcção a Cinco Pontas.

A ponte sobre o rio Capiberibe, que ligará essas secções do cães, já está com os encontros e quatro pilares, para os vãos fixos, e o pilar central para o vão movel, concluídos, e com a montagem da super-structura metallica iniciada.

Os serviços de construção do quebra-mar, que estiveram suspensos por diversas vezes, recommçaram regularmente em outubro com o desenvolvimento dos annos anteriores, attingindo a extensão construída a 1.115m,58 e restando para a sua conclusão apenas 131m,42, proseguindo também, embora morçosamente, a construção do molhe de Olinda.

No porto da Bahia os serviços executados constaram de dragagem, aterro, apparelhamento do cães de oito metros, conclusão do armazem n. 7, contiguo ao cães e de outros trabalhos complementares.

No prolongamento do quebra-mar interior houve apenas um avanço de 30 metros.

Estão em trafego 925 metros de cães, com seis armazens, sendo a renda bruta de 2.962:254\$140 em 1915.

No porto da Victoria continuaram paralyzadas todas as obras.

No porto do Rio de Janeiro continuaram a ser executadas por administração as obras referentes ao escoamento das aguas pluvias, reparações de calçamentos, arborização, demolições de alguns predios e outros pequenos serviços na esplanada aterrada atrás dos novos cães e nos terrenos que resultaram do arrazamento do morro do Senado, dos quaes foram vendidos 13 lotes, sendo apurada a importancia total de 149:907\$160.

Os serviços de exploração commercial do porto continuaram a cargo da « Compagnie du Port de Rio de Janeiro », importando a renda bruta arrecadada em 6.524:803\$124, verificando-se uma differença para menos, comparada com a do anno anterior, de 487:727\$411. Dessa renda arrecadada coube ao Governo, em virtude do contracto em vigor, a importancia de 3.374:860\$042.

No porto de Santos, concedido á Companhia Docas de Santos, as obras executadas durante o anno findo consistiram em calçamento de ruas e pateos, na conclusão do armazem externo n. VII, aterro da faixa destinada aos tanques para oleo, inicio da construcção de dous desses tanques, conclusão da casa de transformadores, encanamentos, bombas, etc.

A receita bruta da exploração do porto foi de 16.914:971\$610 em 1915, verificando-se um decrescimo de 11,57 %, comparada com a do anno precedente.

No porto de Paranaguá foram concluidos os estudos da zona, que comprehende as obras projectadas para o melhoramento do porto, e o levantamento topo-hydrographico do rio Laranjeiras, para abertura do canal do Varadouro, destinado a ligar os Estados do Paraná e S. Paulo.

Em Santa Catharina foram construidos pela respectiva commissão administrativa de estudos e obras dos portos, em Florianopolis 73 metros de muralha, á margem direita do correjo da Bullia, continuando o aterro atrás dos cães e proseguiram os trabalhos de abertura do canal da Laguna ao Araranguá. Na barra de Itajahy o guia corrente teve um avanço de 55 metros.

Na barra do Rio Grande do Sul proseguiram os trabalhos de construcção dos molhes para o aprofundamento e protecção do canal de navegação, avançando o de Leste 193 metros, e o de Oeste 1.162, ou seja, ao findar-se o anno, um total de 3.927 metros para o primeiro e de 4.000 para o segundo.

Com o progressivo augmento dos molhes durante o anno passado, a profundidade d'agua no

passo da barra foi augmentando, sendo que pelo levantamento da planta executada a 13 de dezembro, verificou-se ter ella attingido a 7m,1 sob o plano de referencia adoptado.

A « Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul », a cujo cargo se acham as obras da barra do Rio Grande, deu tambem regular andamento ás obras de construcção do novo porto que fazem parte do seu contracto. Os principaes trabalhos alli executados durante o anno passado consistiram na construcção de armazens com uma área coberta de 5.433 metros quadrados, linhas ferreas na extensão de 4.101 metros, calçamento de ruas e pateos em 22.716 metros quadrados e 907 metros de muro e gradil para fechamento da faixa commercial dos cães, proseguindo os serviços de installação de força e luz, do abastecimento d'agua, dos esgotos e drenagem, assim como a construcção dos depósitos de carvão e de inflammaveis.

Em 15 de novembro do anno passado foi inaugurada a exploração de 1.000 metros de cães, tendo em mez e meio de trafego atracado ao cães 95 navios, e elevando-se o movimento de mercadorias a 24.497 toneladas e a 199:823\$400 a renda bruta.

Da renda em papel arrecadada nos serviços dos portos foi recolhida a quantia de 2.686:773\$903 para ser escripturada a favor da Caixa Especial dos Portos; e a renda de 2 %, ouro, arrecadada durante o exercicio de 1915 foi de 4.775:906\$177, ouro, assim discriminada: na Capital Federal 3.002:725\$752 e nos Estados 1.773:180\$425.

Foram distribuidos creditos no valor total de 3.282:540\$ para as despesas nos portos, a serem debitadas á Caixa Especial sendo 687:500\$ para a administração central da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes e 2.595:040\$ para os differentes portos.

Por conta dos fundos especiaes de emprestimos foram distribuidos mais os seguintes creditos: para o porto do Rio de Janeiro 1.751:932\$036, e para o porto do Recife 630:000\$000.

Deve-se ainda levar a debito da Caixa Especial de Portos a quantia de £ 429.250 ou 3.816:032\$500, ouro, dos juros do emprestimo de £ 8.500.000 e mais 865:000\$, papel, de juros do emprestimo interno.

Elevam-se a mais de 6.300:000\$ outros compromissos a satisfazer, em ouro, provenientes da garantia de juros ás companhias constructoras dos portos do Pará, Bahia e Rio Grande do Sul.

O Governo Federal, aproveitando-se da autorização conferida pelo n. XVII do art. 18 da lei

n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, expediu o decreto n. 8.313, de 20 de outubro de 1910, approvando a planta da zona a sanear e desapropriando os terrenos e prédios comprehendidos na baixada fluminense.

Até 31 de dezembro de 1915, a comissão incumbida da fiscalização do contracto celebrado em 10 de novembro de 1910, para execução das obras de saneamento, estudou, projectou e pregou os canaes das barras dos rios Estrella, Surubhy, Magé, Guapy, Macacú, Guaxindiba, Iguassú e Merity, o saneamento no interior de todas essas bacias, constando de limpeza e desobstrucção de rios, riachos e vallas, abertura de diversos canaes interiores e rectificação das fortes curvas de alguns desses rios.

Todas as obras projectadas estão concluidas, á excepção das relativas ás bacias do Macacú e Iguassú e do pequeno canal do rio Magé, as quaes estão em andamento.

Os orçamentos das obras projectadas pela comissão e approvadas pelo Governo importam em 14.212:115\$871 calculados em moeda nacional ao cambio da Caixa de Conversão, tendo sido despendida, até 31 de dezembro de 1915 com as obras já concluidas e as que se acham em andamento, a importancia de 11.854:220\$710, sendo calculado o pagamento, ainda não realizado, dos ultimos mezes do anno findo, ao cambio de 11 1/2.

Da ultima emissão de apolices de 5%, papel, autorizada pelo decreto n. 11.434, de 13 de janeiro de 1915, e do saldo existente das emissões anteriores, passou para o corrente anno a importancia em apolices de 2.335:415\$290.

Da verba de 375:000\$ votada para estudos, fiscalização e conservação das obras executadas durante o exercicio de 1915, despendeu-se a importancia de 373:020\$106, ficando o saldo de 1:979\$894.

Em mensagem que vos dirigi a 9 de junho do anno passado, solicitei, de accordo com a exposição que me foi então apresentada pelo Sr. Ministro da Viação e Obras Publicas, os meios necessarios para soccorrer os Estados do Nordeste brasileiro flagellados pela secca, mediante a execução de obras de reconhecida utilidade; e, nos termos do decreto legislativo n. 2.974, de 15 de julho, alai, por decreto n. 11.641, da mesma data, um credito na quantia de 5.000:000\$000. Mais tarde, ante as solicitações que continuava a receber da zona attingida pela cruel calamidade, cujos effeitos se tornavam cada vez mais intensos, fui forçado a pedir novos recursos, em mensagem de 22 de novembro; e, obtidas as au-

torizações constantes da lei n. 3.041, de 9 de dezembro, abri os seguintes creditos:

Pelo Ministerio da Viação:

200:000\$ para occorrer a despesas com os transportes terrestres e fluviaes de flagellados pela secca, pelo decreto n. 11.823, de 15 de dezembro;

2.000:000\$ para obras, pelo decreto n. 11.834, de 22 de dezembro.

Pelo Ministerio da Fazenda:

600:000\$ para occorrer ás despesas com o transporte marítimo dos retirantes do Nordeste brasileiro no corrente anno, pelo decreto n. 11.829, de 22 de dezembro de 1915.

Pelo Ministerio do Interior:

700:000\$ para soccorro e assistencia á população flagellada pela secca, pelo decreto n. 12.028, de 19 de abril de 1916.

Pelo Ministerio da Agricultura:

300:000\$ para transporte e localização de flagellados em diversos pontos do Paiz, pelo decreto n. 11.903, de 19 de janeiro de 1916.

O credito de 200:000\$ para occorrer ás despesas com os transportes terrestres e fluviaes, aberto ao Ministerio da Viação, ficou sem applicação. Dos outros dous, de 5.000:000\$ e 2.000:000\$, abertos, respectivamente, pelos decretos ns. 11.641 e 11.834 ao mesmo Ministerio, foram feitas distribuições ás delegacias fiscaes do Piahy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Sergipe e Bahia na importancia de 6.167:000\$ para diversas obras e foram applicados em aquisição de material telegraphico (300:000\$), perfuratrizes (90:000\$) e despesas diversas (44:534\$065) — 434:534\$065. Ao todo 6.601:534\$065, restando um saldo de 398:465\$935 para liquidação de pequenas despesas já autorizadas, reforço das distribuições feitas e algum serviço mais urgente.

As obras, construidas ou ainda em execução, foram as seguintes:

Estradas de rodagem de Floriano a Oeiras, Baturité a Guaramiranga, Quixadá a Riacho do Sangue (reparação), Sobral a Meruoca, Mossoró a Alexandria, Macau a Assú, Campina Grande a Patos, Souza a Cajazeiras e Rio Branco a Buique; açudes de Anajás, Riacho do Sangue, Patos, Parazinho Velame, Caio Prado, Guayúba, Bahú, Varzea da Volta, Mungú, Arapuá, Vinte e Cinco de Março, Pessoa, Sacco, Bodocongó, Cajazeiras e Serra dos Cavallos, além de reparos e reconstrucções de outros, como Serra Vermelha, Mossoró, Sant'Anna do Mattos, Bebedo, Nova Cruz, Santa Cruz, Campinas e Santa Luzia; linhas telegraphicas na extensão approximada de 2.200 kilometros; drenagem e aterros em Ceará

Mirim, Máxaranguape, Carnaubal, Catú, Propriá e Cachocira; barragens submersas em Moscoró, Upa-nema e Seridó; perfuração de poços, auxílios para desenvolver obras, como as dos açudes Acarape e Salão, a cargo da inspectoría, além de outros serviços de pequena importância, nos diversos Estados em que mais dolorosas foram as consequências do tremendo flagello.

Por conta do depósito para construção das linhas da Viação Cearense, mandei applicar a importância de 2.000:000\$ no prolongamento da Sobral e da Baturité, onde já foi inaugurada a estação de José de Alencar a 20 kilometros do ponto terminal da antiga linha, bem como na construção do trecho comprehendido entre Amarração e Parnahyba.

Pelas verbas orçamentarias da Inspectoría das Seccas, foram construídos, durante o anno, mais quatro açudes publicos, sendo tres no Estado do Rio Grande do Norte e um no de Sergipe, e projectados mais 10 açudes publicos, dos quaes dous no Estado do Piauí, um no do Ceará, um no do Rio Grande do Norte, um no de Pernambuco, um no de Alagoas e quatro no da Bahia.

Os poços perfurados pela inspectoría ascendem presentemente a 352, entre publicos e particulares, disseminados em 64 municipios do Nordeste brasileiro, do Piauí á Bahia, inclusive, sendo que 268 já se acham com uma média de 3.000 litros de vasão, por hora, prestando os melhores beneficios ás localidades onde foram abertos e suas circumvizinhanças.

A inspectoría, apesar de ter deliberado não proceder mais a perfurações na zona littoranea, para restringir-se á zona sertaneja, onde mais se faz sentir a falta d'agua, viu-se, devido á grande secça, na contingencia de mandar abrir diversos poços, a pedidos insistentes de particulares e das autoridades locais, na capital do Ceará e em algumas localidades proximas, por se ter ali tornado muito sensível a escassez d'agua.

A renda do Correio, propriamente dita, referente ao anno de 1915, attingiu a 8.353:863\$683, não incluindo o trimestre addicional. Comparada essa renda com a que foi apurada até 31 de dezembro de 1914, na importância de 8.931:710\$800, verifica-se um pequeno decrescimo que deve ser attribuido ás circumstancias decorrentes da crise economica e guerra européa.

A despesa conhecida até 31 de dezembro importava em 18.704:708\$290, sendo 16.873:798\$798 com o pessoal e 1:820:909\$492 com o material.

Existiam em depósito nas casas fortes da directoría geral, em 31 de dezembro ultimo, a impor-

tancia de 492.626:373\$130, em sellos e outras formulas de ranquia. Foram conferidos formulas e sellos vindos de Nova York do «American Bank Note», na importância de 184.417:437\$780, durante o anno. No mesmo periodo foi enviada a administrações postaes, succursacs e agencias do Districto Federal, a importância de 41.081:507\$780 de sellos.

O movimento de vales postaes, embora consideravel, apresentou uma pequena diminuição em relação ao anno anterior, quanto ás quantias depositadas. Assim é que em 1915 foram emitidos 301.787 vales na importância de 38.162:366\$, contra 283.965 vales no valor de 40.549:317\$900, em 1914. A renda produzida pela emissão attingiu a 334:657\$050, contra 344:541\$800, em 1914.

Em virtude da guerra européa está suspenso o serviço de vales internacionaes, sendo, porém, pagos 338 vales na importância de frs. 55.535,38.

Durante o anno foram recebidas 15.497 encomendas «colis» que produziram uma renda de 7:645\$500 e expedidas 298 contra 34.016 recebidas e 736 expedidas no anno de 1914.

No decurso do anno foi melhorado, tanto quanto o permittiram os recursos orçamentarios, a rede de communicações postaes, sendo creadas e restabelecidas 128 linhas na extensão de 10.453 kilometros e com 23.697 viagens annuaes, servidas por 151 estafetas e conductores com o percurso total de 934.899 kilometros. Deduzindo-se 116 linhas que foram supprimidas por conveniencia do serviço, na extensão de 12.867 kilometros e com 20.012 viagens annuaes, servidas por 144 estafetas e conductores, com o percurso total de 999.075 kilometros conclue-se que houve o accrescimo de 12 linhas, com 3.685 viagens e sete logares de estafetas e conductores, bem como o decrescimo de 2.414 kilometros na extensão das linhas e 64.176 kilometros no percurso annual. Tendo passado do anno anterior 2.187 linhas com a extensão de 149.819 kilometros e 410.519 viagens annuaes, servidas por 3.367 estafetas e conductores percorrendo annualmente a extensão de 31.046.275 kilometros, verifica-se a existencia actual de 2.199 linhas na extensão de 147.405 kilometros com 441.204 viagens annuaes e servidas por 3.374 estafetas e conductores, que effectuam annualmente o percurso de 30.892.099 kilometros.

Foram postados nas diversas repartições do Correio 178.212.246 objectos, dos quaes 6.631.805 registrados, comprehendendo 988.817 cartas com o valor de 165.875:281\$065 e 27.129 encomendas no valor de 10.869:655\$472.

A extensão e o desenvolvimento da rede telegraphica federal que, em 31 de dezembro de 1914, eram, respectivamente, de 36.472.810 e 68.082.225 metros elevaram-se, até 31 de dezembro de 1915, a 36.705.210 e 68.314.595 metros, havendo, portanto, durante o anno, um augmento de 232.370 metros nas linhas de postes e no desenvolvimento dos conductores.

Em 31 de dezembro de 1914 dispunha a Repartição Geral dos Telegraphos de 743 estações contra 725 em igual data de 1915, sendo 625 telegraphicas, 77 telephonicas, seis semaphoricas e 17 radiotelegraphicas.

O motivo do fechamento de varias estações foi a redução dos creditos para alugueis de casas e consignações para luz e expediente.

Na região assolada pela secca acham-se em andamento a construção das seguintes linhas:

Districtos	Construções	Extensão em metros
Piauí :		
	De Perypery a Itamaraty	57.500
	" S. João do Piauí a S. Raymundo	92.000
	" Aparecida a Urussulhy	83.000
	" Campo Maior a Alto Longá	52.000
	" S. Raymundo a Remanso	95.000
Ceará :		
	De Guarimiranga a Mulungú e Coité	35.000
	" Aracaty a Fortim	22.000
	" Lavras a Varzea Alegre	18.000
	" Milagres a Brejo dos Santos	22.000
	" Sobral a Santa Quitéria	75.000
Rio Grande do Norte :		
	De Apody a Angicos	210.000
	" Pão dos Ferros a Martins	190.000
Parahyba :		
	De Pombal a Brejo do Cruz	75.000
	" Piancó a Misericórdia	80.000
	" Batalhão a Cabaceiros	72.000

Transitaram pelas linhas federaes em 1915 3.655.414 telegrammas com 65.602.588 palavras, contra 3.627.756 com 78.198.581 palavras no anno anterior, verificando-se um pequeno augmento do numero de telegrammas e redução do numero de palavras; o que se deve attribuir ás condições especiaes do momento e á elevação da tarifa, que havia sido reduzida mais do que conviria, avultando o «deficit» de anno para anno. Restabeleceram-se as taxas internacionaes de um franco (transito) e 1fr.,25 (terminal), de cuja redução aliás não havia sido beneficiado o publico e sim as companhias de cabos, que continuaram a cobrar as mesmas taxas totaes.

A taxa da imprensa foi elevada de 25 a 50 réis, e a das cartas pneumaticas de 300 a 500 réis. Foi restabelecida a taxa de 300 réis por palavra pelo

percurso em quatro e mais Estados, voltando a taxa fixa a ser de 600, em vez de 500 réis.

Foram essas as principais alterações da tarifa e o seu benefico resultado ficou patente no sensivel augmento da receita, sem exaggerado gravame para o publico.

A rede telephonica ficou accrescida em 56.853 metros no desenvolvimento dos conductores.

As nove estações que constituem o districto radiotelegraphico da Amazonia e do territorio do Acre têm funcionado com a regularidade que a natureza do serviço permite na região tropical a que servem, sujeita a tensões electro-atmosphericas, mormente no ultimo quartel do anno.

A renda total foi na importancia de 799:274\$ contra 689:518\$, no anno anterior, ou seja um augmento de 109:756\$000.

Dessa importancia foram cobrados 273:294\$ á bocca do cofre, correspondendo 525:980\$ ao serviço official, consideravelmente augmentado e feito quasi exclusivamente por meio da radiotelegraphia.

As verbas ordinaria e suplementar consignadas no exercicio de 1915 para o custeio do districto radiotelegraphico importaram na quantia de 500:000\$000.

As rigorosas medidas adoptadas pelo Governo com relação á montagem de estações radiotelegraphicas clandestinas, impediram que fosse tentada qualquer pratica fraudulenta nesse sentido, o que permittiu reabrir as estações costeiras, cujo trafego fôra suspenso como medida radical contra a transmissão de despachos que prejudicassem a manutenção da neutralidade do Brasil.

Com o decreto n. 11.520, de 10 de março, foi expedido novo regulamento para a Repartição Geral dos Telegraphos, reorganizando os respectivos serviços de modo a tornar menos dispendioso o seu custeio, que puderam ser executados com regularidade, não obstante a redução de 4.000:000\$000.

Áfora o intuito de economia, que presidiu á elaboração do novo regulamento, procurou-se corrigir a demasiada centralização que existia e retardava providencias, ás vezes de diminuta importancia.

Os funcionarios que, por effeito do novo regulamento, ficaram addidos, continuaram em exercicio, devendo os guardas-fios, classe numerosa e com o vencimento annual de 2:700\$, além das gratificações addicionaes, ir sendo aos poucos substituidos por jornalceiros com a diaria maxima de 6\$000. Do mesmo modo se tornou menos dispendioso o serviço de entrega de telegrammas, pela substituição, por mensageiros com a diaria maxima de 5\$, dos esta-

fetas que, afóra addicionaes, percebiam vencimentos correspondentes a 3:000\$ annuaes para os de 1ª classe, de 2:200\$ para os de 2ª classe e de diaria até 5\$, para os de 3ª classe.

O «deficit» telegraphico, mais ou menos avultado sempre, apresentou sensivel augmento de 1910 para 1911, em razão da elevação da tabella de vencimentos do pessoal; e continuou depois disso a augmentar, tendo sido de 7.589:000\$ em 1912, de 9.840:000\$ em 1913 e de 8.698:000\$ em 1914. Em 1915, devido a grande redução feita nas despesas e o simultaneo augmento da receita, conseguiu-se que o «deficit» ficasse reduzido a 3.746:000\$000. Ainda mesmo addicionando a essa importancia a de 1.060:000\$, do credito para pagamento do pessoal que em virtude do novo regulamento ficou addido, apura-se para 1915 o «deficit» de 4.806:000\$, menos 3.892:000\$ do que em 1914.

O anno que findou, contrariamente ao que succedeu em 1914, caracterizou-se por frequentes e abundantes chuvas, quer no verão, quer no decurso do inverno.

A média diaria do fornecimento á Capital Federal, que foi, em 1914, de 216.323.411 litros, elevou-se em 1915 a 241.241.821 litros, volume muito superior aos de 1913, 1912 e 1911, cujos fornecimentos médios registraram, respectivamente, 222.498.895, — 226.387.237, — 237.904.877 litros.

Em 1915 as concessões de pennas d'agua continuaram a decrescer, e tendo sido de 3.794 em 1914 foram apenas de 1.845 em 1915.

As baixas foram, approximadamente, tres vezes maiores, em comparação ao anno de 1914, elevando-se a 572, das quaes, 258 para substituição por hydrometros.

Em resumo, pôde-se computar em 1.273 o numero real, augmentado, de pennas d'agua.

O movimento de installações de hydrometros continuou, tambem, a decrescer, sendo que em 1915 installaram-se 503 desses apparatus, contra 779 no anno de 1914.

Ao correr do anno de 1915 houve 112 baixas definitivas, de sorte que o augmento real foi apenas de 491 apparatus. Addicionando a esse numero dos medidores em trabalho até 31 de dezembro de 1914, verifica-se que, ao fim de 1915, havia no Districto Federal 10.789 hydrometros installados.

Durante o anno de 1915 foram, pelos sete districtos da Repartição de Aguas e Obras Publicas as sentas encanamentos rama extensão de 10.527m, 150m e substituidos numa extensão de 3.174m, 90.

Com excellent resultado, proseguu-se na ins-

pecção das caixas d'agua e installações domiciliarias, afim de serem evitados os desperdícios d'agua.

Devido á obrigatoriedade do emprego de depósitos com capacidade para 1.200 litros, cessaram innumerar reclamações, oriundas do facto de ser uma grande área da cidade abastecida por distribuição intermitente e da circumstancia de não haver nos predios caixas capazes de accumularem agua nas horas de distribuição.

A Estrada de Ferro Rio do Ouro, de um metro de bitola entre trilhos, tinha em trafego em 31 de dezembro de 1915 a extensão total de 143.350 metros.

Correram com regularidade os serviços de transportes, apesar de interrupção das linhas nas pontes sobre os rios Anna Felicia e Utum, o que motivou um penoso serviço de baldeação no periodo de 14 de janeiro a 2 de abril.

Em 1915 a receita total desta estrada montou a 267:761\$967, assim distribuida:

Renda arrecadada	177:567\$707
» a arrecadar	90:194\$260
	<u>267:761\$967</u>

A renda bruta e a despesa com o custeio da estrada de ferro são assim discriminadas:

Renda bruta	267:761\$967
Despesa com o custeio	456:120\$196
Saldo	<u>188:358\$229</u>

Os serviços de esgotos fecaes desta Capital continuam por força de contracto a cargo da «Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited», fiscalizada pela Inspectoria de Esgotos da Capital Federal, denominação que passou a ter a Repartição Fiscal do Governo junto á Companhia «City Improvements», pelo novo regulamento de 28 de abril de 1915.

A extensão da rede de esgotos no Districto Federal em 31 de dezembro do anno findo era de 541.765 metros e a de ramaes domiciliarios de 2.585.240 metros, verificando-se, respectivamente, em relação ao anno anterior o augmento de 4.330 metros naquelles e de 26.120 nestes.

Foram esgotados durante o anno de 1915, 964 casas novas e 342 casas reconstruidas, perfazendo o total de 1.306 installações novas.

O numero de predios esgotados nesta cidade a 31 de dezembro do anno passado era de 71.152.

Com a transformação do systema mixto em separador absoluto começada em janeiro de 1913, já foram esgotadas pelo novo systema 7.586 casas.

Estiveram suspensos os trabalhos de esgotos durante todo anno na área ganha ao mar com as

obras do porto, devido á falta de verba para pagamento á companhia.

De conformidade com a disposição expressa no contracto, terminou em 15 de setembro de 1915 o privilegio da Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro para o fornecimento de energia electrica para a illuminação particular.

Por deficiencia das verbas votadas para os dous ultimos exercicios, devido ás condições especiaes do momento, foi suspenso o proseguimento da reforma da illuminação da cidade iniciada em 1910 e deixaram de ser attendidos numerosos pedidos de illuminação, muitos dos quaes se referem a ruas em pleno centro da cidade, como as que foram abertas na área do antigo morro do Senado e que estão actualmente em grande parte edificadas, ao do Cães do Porto e muitas outras situadas nos diversos bairros e nos suburbios.

Para prover de illuminação, sem augmento de despesa, os diversos logradouros publicos ainda privados desse melhoramento, seria conveniente a modificação de certas condições contractuaes que muito contribuem para agravar os encargos do Thesouro com o serviço de illuminação, entre as quaes cumpre salientar o preço elevado da energia electrica e, bem assim, a que torna obrigatorio o funcionamento, durante a noite inteira, de todos os combustores e lampadas installadas, mesmo nos jardins publicos que se conservam fechados parte da noite.

O movimento da illuminação publica, no decurso do anno de 1915, foi bastante diminuto. Na illuminação a gaz, foram collocados seis combustores novos e supprimidos 31, havendo, portanto, uma diminuição de 25 luzes nas existentes no anno anterior, que eram de 22.105, dando um total de 22.080 luzes de gaz funcionando em 31 de dezembro de 1915. A illuminação electrica foi augmentada, apenas, de 23 lampadas de arco, ás quaes, adicionadas as 8.789 existentes no anno de 1914, dão um total de 8.812 lampadas de arco para o anno findo. Nas lampadas incandescentes não houve alteração alguma, continuando a funcionar as 616 já existentes em 1914.

O consumo de gaz para a illuminação publica foi, no anno transacto, de 8.052.792 metros cubicos, contra 8.057.925, no anno de 1914, sendo o metro cubico de gaz fornecido pelo preço de 199 réis, metade papel, metade ouro.

O consumo de energia electrica para o mesmo fim foi de 17.160.074 kilowatts-hora ou, apenas, 12.060 kilowatts-hora mais que no anno anterior,

vigorando o preço de 150 réis, metade papel, metade ouro, o qual é o minimo previsto pelo contracto.

As despesas com a illuminação publica, em 1915, foram de 4.176:516\$600, metade papel, metade ouro, contra 4.177:115\$343, no anno de 1914.

Com a illuminação a gaz despenderam-se 1.602:505\$578, e 2.574:011\$022 com a illuminação electrica.

Quanto á illuminação particular, observou-se no anno de 1915 uma diminuição de 2.054 consumidores de gaz e um acrescimo de 6.201 consumidores de energia electrica, sendo em 31 de dezembro em numero de 21.424 os consumidores de gaz e de 41.693 os de electricidade.

O consumo da illuminação particular foi de 8.215.402 metros cubicos de gaz e 14.346.446 kilowatts-hora de energia electrica.

O gaz consumido para outros misteres, que não a illuminação, elevou-se em 1915 a 8.704.279 metros cubicos, contra 7.577.047 no anno anterior.

Pelos decretos ns. 3.099, de 12 de janeiro e 11.946, de 9 de fevereiro do corrente anno, foram abertos os credits de 183:557\$719, papel, e 183:557\$719, ouro, 592:308\$702, metade papel, metade ouro, para pagamento á «Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro», por terem sido insufficientes as consignações votadas para os exercicios de 1914 e 1915.

AGRICULTURA

Não ha duvida que uma boa organização de ensino agronomico se soluciona de perto com o desenvolvimento progressivo das fontes productivas de um paiz, a primeira agindo como causa, o segundo succedendo como effeito.

Diversas e numerosas são as causas determinantes da decadencia da industria agro-pecuaria. Na ordem de precedencia, porém, dos factores que concorrem para esse atrazo, accentua-se com frisanste relevo a falta de profissionaes competentes dotados dos conhecimentos indispensaveis para bem orientarem e dirigirem uma exploração agricola, por conseguinte, a ausencia da implantação effectiva de methodos adequados ás nossas modalidades mesologicas e exigencias regionaes.

Por esta forma, á primeira vista, impõe-se a necessidade de remediar a deficiencia de pessoal habilitado e idoneo, proporcionando-se ás classes ruraes que operam a fortuna publica uma instrução technica, quanto possivel, desenvolvida e aperfeiçoada.

Estas e outras considerações levaram o Governo a usar da attribuição contida na lei orçamentaria vigente, reconstituindo sobre bases novas e sem augmento de despesa o ensino agricola e veterinario, creado na Republica pelo decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910. Assim, foram transferidas para a Escola de Agricultura annexa ao Posto Zootechnico de Pinheiro as sêdes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, outr'ora instalada no proprio nacional sito nesta Capital á rua General Canabarro, e da Escola Média ou Theorico-Pratica de Agricultura da Bahia, fundindo-se em um só os tres alludidos estabelecimentos de ensino, com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

Além do intuito de melhor conceituar a qualidade e os fins do Ensino Superior Agronomico, unico em condições de poder ministrar os elementos profissionais necessarios á instituição e direcção das demais ordens de ensino agricola especial ou pratico, a remodelação levada a effeito obedeceu ao criterio de uma coordenação scientifica didactica mais apropriada das materias que constituem os programmas anteriores, substituindo-se quanto possivel a parte theorica pela experimental e positiva.

Traçado em linhas geraes o criterio a seguir no que concerne ao fomento da produção animal nos estabelecimentos zootechnicos federaes, e dada a influencia que estes vão tendo no desenvolvimento da industria do gado no paiz, o Governo sente a necessidade de crear outras fazendas-modelo, além das existentes, para isso escolhendo zonas adequadas.

A industria de lacticinios e a exportação de carnes congeladas, constituindo as duas questões mais em foco no momento, pela crescente procura, nos mercados estrangeiros, dos nossos productos de origem animal, estão sendo cuidadas com especial solicitude.

Quanto á primeira, o Governo acaba de adoptar o regulamento que dá execução á lei sobre a fabricação e defesa commercial da manteiga; com referencia á segunda, tornando-se imprescindivel o melhoramento do gado indigena por meio de cruzamento com as raças aperfeçoadas estrangeiras, conseguiu o Governo, do anno passado a esta parte, não obstante as difficuldades suscitadas pela actual guerra européa, obter cerca de 200 bovinos reprodutores, esperando ainda, dentro do actual exercicio, effectuar novas acquisições.

Esse gado está sendo destinado, em parte, a reforçar ou renovar os plantéis do Posto Zootechnico de Pinheiro e da Fazenda-Modelo de Santa Monica e a dotar as demais dependencias pastoris do Minis-

terio da Agricultura dos elementos indispensaveis á prosperidade das mesmas.

Os dous estabelecimentos acima, ambos situados no Estado do Rio de Janeiro, vão offerecendo resultados compensadores do esforço envidado para a sua plena eficiencia. Provenientes tanto do Posto Zootechnico de Pinheiro como da Fazenda Modelo de Santa Monica, foram vendidos, o anno passado, em hasta publica, 80 animaes pertencentes a raças diversas, todos nascidos no Paiz.

A renda do Posto Zootechnico de Pinheiro, que em 1913 havia sido apenas de 31:669\$360, baixando em 1914 a 22:691\$510, elevou-se a 40:154\$550 em 1915. Por sua vez, a despesa com a compra de forragens tambem diminuiu, passando de 28:970\$220, em 1914, a 19:916\$220, em 1915.

O Posto Zootechnico de Lages, ainda destituído de animaes de estirpe nobre destinados á padreação, ficará dentro em breve apparelhado de modo a poder ampliar a criação de reprodutores puros na zona a que serve. Neste estabelecimento fizeram-se com successo, durante o anno passado, experiencias sobre culturas de plantas forrageiras exoticas, considerando-se resolvida por taes ensaios a questão da alimentação hibernal do gado.

A Fazenda-Modelo de Uberaba, especialmente escolhida para a selecção do typo nacional caracú, bem como o Posto de Ribeirão Preto e a Fazenda-Modelo de Ponta Grossa brevemente estarão em condições de accusar exito igualmente satisfactorio.

Estão sendo iniciados os serviços de installação das fazendas-modelo recentemente creadas em Pernambuco e ilha de Marajó, no Pará, as quaes, por todo o exercicio corrente, deverão começar a funcionar, trazendo dest'arte o concurso que o Governo espera das mesmas para o desenvolvimento systematico da criação nacional nas extensas regiões do norte do Paiz.

São incontestaveis a valia e utilidade dos serviços que continúa prestando a Secção de Veterinaria do Serviço de Industria Pastoral. Nos laboratorios dessa repartição foram realizadas pesquisas sobre a raiva, a peste de coçar, o carbunculo verdadeiro, a tristeza do gado bovino, a pastereulose aviaria, a febre aphtosa, a peste dos porcos, etc., sendo, de par com as investigações scientificas, elaborados productos biologicos para a vacinação contra a raiva, o carbunculo bacteridiano e bactediano, a pastereulose bovina, o hog-cholera e outras molestias de caracter infeccioso.

Dentre os elementos de defesa contra as mo-

leptias infectuosas cumpre destacar os banheiros carrapaticidas, que se vão multiplicando nas zonas de criação do Paiz, graças á propria efficacia que lhes serve de propaganda.

O serviço de vaccinação foi igualmente intensivo, sendo distribuidas pelos varios Estados 686.820 doses de vaccina contra a peste da manqueira e 101.128 doses de serum contra o carbunculo verdadeiro.

Resente-se ainda o Serviço de Industria Pastoril da falta de um codigo relativo á acção publica de vigilancia e assistencia veterinaria, máo grado os compromissos que, no sentido de adoptal-o, tem a União assumido no exterior, em differentes Congressos de Veterinaria.

As consequencias da luta mundial que tão duramente têm actuado sobre as nações neutras fizeram com que, o anno passado, a corrente immigração soffresse uma diminuição ainda mais sensível que em 1914. Entraram apenas, segundo os dados computados, 32.206 immigrantes contra 82.573 em 1914 e 192.683 no anno transacto.

Sobrevindo a crise actual que pesa sobre o Paiz, oriunda de causas diversas, viu-se o Governo a braços com a solução de um problema delicado e de character urgente, qual fosse o de amparar e soccorrer grande numero de operarios que, sem trabalho, sem pão e sem tecto, vagueavam, em massas, pelas ruas desta Capital. A solução que o momento comportava e foi tomada concretizou-se em fazel-os acolher á Hospedaria de Immigrantes, durante a noite e encaminhal-os quer para os nucleos colonias, quer para a lavoura particular.

Iguaes providencias foram tomadas em relação aos sertanejos do Contestado e aos emigrados do Nordeste Brasileiro assolado pelo flagello da secca, de tal modo que de 16 de julho a 31 de novembro do anno passado foram recebidas neste porto 19 levas de retirantes, em numero de 4.661 pessoas. Destas levas foram endereçadas á lavoura particular e a nucleos colonias 685 familias, constituídas por 3.833 pessoas, além de 558 avulsos, ou seja o total de 4.391 pessoas.

Até agora fundaram-se em varios Estados 20 nucleos de colonização, dos quaes sete já se achavam emancipados a 31 de dezembro ultimo. Em janeiro do corrente anno foi emancipado mais o Nucleo Colonial João Pinheiro. A acção do Governo Federal tem consistido tambem em secundar tentativas de

igual natureza nos Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Geraes.

Até fins de 1915 a população recenseada nesses nucleos era de 32.623 pessoas, sendo 16.980 do sexo masculino e 15.643 do sexo feminino.

Os lotes ruraes pagos, em numero de 749, produziram a importancia de 346:823\$752 e os urbanos, em iguaes condições, em numero de 634, produziram a de 33:534\$391, subindo, pois, a 380:358\$143 o pagamento total realizado pelos colonos.

Até 31 de dezembro de 1914 o importe de taes pagamentos orçou por 278:380\$851, o que equivale dizer que durante o anno passado foram recolhidos aos cofres federaes 101:977\$292, representando a média mensal de 8:498\$108.

Os trabalhos technicos sob a responsabilidade da Directoria de Meteorologia e Astronomia nada deixaram a desejar.

Em virtude de se não ter effectuado ainda a remoção do Observatorio Nacional para local mais amplo, onde com mais segurança e propriedade possam ser feitas investigações sobre a astronomia pura, o pessoal scientifico continúa sendo aproveitado na determinação de posições geographicas e de elementos magneticos.

Deste modo, diversas posições geographicas foram determinadas nos Estados do Sul e, principalmente, em varias localidades do Estado do Rio de Janeiro, afim de servirem, as ultimas, de ponto de apoio ao levantamento da carta desse Estado.

Encontram-se funcionando 209 estações meteorologicas, sendo 113 pertencentes á rede federal e 82 ás redes subvencionadas dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Geraes e S. Paulo.

O Museu Nacional foi reorganizado pelo decreto n. 11.896, de 24 de janeiro ultimo. Melhor regularizados, activados e simplificados os assumptos scientificos a seu cargo, providencias se têm feito sentir tanto para estender e remodelar os laboratorios locais, como para augmentar o numero de mostruarios das differentes secções.

O horto botânico, que é, por assim dizer, a parte viva da Secção de Botanica, vae sendo do mesmo modo systematicamente desenvolvido e abrangerá o « arboretum » votado á phytogeographia do Brasil.

A Congregação, por diversas vezes, resolveu se fizessem excursões de reconhecida vantagem, nos termos do regulamento, tendo-se realizado algumas com grande presteza e proveito inelutavel, como succedeu com as que tiveram por objecto o

estudo do bezouro da canna de açúcar em Pernambuco e com as pesquisas da praga dos arrozais em Gonçalves Ferreira, no Estado de Minas Geraes.

Voltou novamente ao Museu a collecção de animaes vivos, estando já adiantada a restauração da collectanea de plantas vivas para os estudos de physiologia vegetal.

Com o regulamento approved pelo decreto n. 11.998, de 22 de março do corrente anno, o Serviço de Agricultura Pratica achase integrado em suas funcções essenciaes e precisas, revestidas tanto a sua direcção technica como a sua direcção administrativa das utilidades praticas affectas ás suas condições.

Essa reforma obedeceu a um systema integral e coordenador, instituindo-se estações geraes de experimentação com os campos de demonstração ás mesmas subordinados, radicalmente refundido o ensino ambulante a cargo dos inspectores, chefes de culturas e instructores agricolas.

O novo plano de serviço creia ao lado de cada lavoura particular, a cargo do ensino ambulante, pequenos campos de ensaios com o evidente intuito de que venham a constituir outras tantas escolas praticas de agricultura, pelo conhecimento directo de factos certos e verificados, accessiveis ás classes lavradoras menos instruidas, contribuindo assim para vulgarizar os methodos racionais de cultura, como para demonstrar, pelos successos conseguidos, as vantagens economicas que os novos systemas possam sempre offerecer quando applicados em maior escala.

Nos campos de demonstração e em propriedades agricolas existentes em diversos Estados foram lavradas terras, em uma área de 1.449.952 metros quadrados, segundo as instrucções dos aradores do ministerio.

Foram distribuidas aos agricultores, a titulo gratuito, no anno findo, 81.202.613 grammas, ou sejam mais de 81 toneladas, de sementes diversas, principalmente de cereaes, gramineas forrageiras, algodão etc., e 13.680 mudas de arvores fructíferas, não menores de 85 centimetros; nas vizinhanças dos campos 32.251 mudas de plantas hortícolas e outras de facil transporte.

Do mesmo modo se distribuiram 7.730 kilos de adubos chimicos.

Foram applicados insecticidas e fungicidas, no total de 297 kilos, na desinfecção das plantas das propriedades agricolas e consumidos 2.300 kilos no ataque á formiga saúva.

No Jardim Botânico a acção do tempo se ha feito sentir de modo a tornar necessarios e urgentes trabalhos de conservação infelizmente dificultados pela deficiencia de pessoal apto para auxiliar os serviços de jardinagem.

Por igual, está exigindo melhor regulamentação o serviço de expedição de plantas e sementes.

O herbario precisa ser desenvolvido, segundo as exigencias progressivas dos trabalhos, em harmonia com os fins de um jardim botânico. Releva dizer que essa área por elle occupada não comprehende sequer a décima parte das plantas da flora nacional.

A litteratura botânica está a reclamar tambem uma solicitude mais attenta.

Proseguiram os serviços para a pacificação dos indios, bem como para a localização dos trabalhadores nacionaes, de accôrdo com os recursos que o estado financeiro permittiu applicar a esse elemento da defesa do trabalho organizado do interior do Paiz.

As inspectorias do Serviço foram reduzidas de dez para seis; os postos de attracção passaram a ser apenas dous em cada inspectorias, permanecendo em fundação as tres povoações indigenas distribuidas pelos Estados de S. Paulo, Paraná e Matto Grosso.

Tambem foi reduzido ao minimo possivel o pessoal não só na directoria como nos Estados.

Mesmo com essa organização foram mantidas em relações pacificas e encaminhadas para a lavoura as tribus guerreiras que os trabalhos anteriores do Serviço conduziram a cessar as hostilidades com as populações agricolas convizinhas.

A industria sericicola, ainda incipiente entre nós, é digna de incessante animação, que se deve caracterizar desde logo por facilitar-se a aquisição de casulos nacionaes por parte das fabricas de tecidos de seda.

Exceptuada a Colonia Rodrigo Silva, não existem fabricas de tecidos de seda dispondo de machinas para a fiação de casulos, de sorte que, dada a insufficiencia de casulos nacionaes, se vêm ellas na contingencia de importar a materia prima em fio bruto.

Uma vez existindo abundancia de casulos, taes fabricas deixarão de importar a materia prima do estrangeiro, fazendo em vez disso a aquisição de machinas necessarias á fiação dos casulos aqui produzidos.

Essa providencia deve ser completada com a propaganda mais intensa acerca da criação do bicho da seda e consequente desenvolvimento do plantio da amoreira.

Duas necessidades urgentes, tornadas quasi angustiosas no momento pela carestia dos transportes internacionaes, têm occupado a attenção e as energias do Serviço Geologico e Mineralogico: as jazidas de carvão e as de minerio de ferro.

Quanto ás jazidas de ferro, occupou-se o Serviço principalmente das de Minas Geraes, que são as de maior valor.

Entre as de carvão, em plena lavra estão sómente as jazidas do Rio Grande do Sul.

Já eram conhecidas as características do carvão do Rio Grande e de Santa Catharina, bem como os melhores processos para sua purificação e aproveitamento; assim:

Quebrado, lavado e agglomerado em tijolos, esse carvão se presta muito bem ás fornallhas das caldeiras maritimas (navegação);

O carvão de segunda qualidade, obtido nas lavagens, mettido em gazogeneos, fornece combustivel gazoso de muito bom rendimento nos motores de explosão, e ainda melhor rendimento dará nesta ultima applicação o proprio carvão bruto, como sae da mina (geração e transporte da energia electrica);

Segundo se sabe agora, por experiencias devidas a esforços da administração da Estrada de Ferro Central do Brasil, o carvão bruto, pulverizado e insufflado na fornallha das locomotivas, produz muito bons resultados como gerador de calor (viação ferrea).

Temos, pois, um material que se vae acreditando para preencher as necessidades mais urgentes. Resta só que se comece a extracção em larga escala, para servir, pelo menos, ás mais imperiosas applicações.

O problema, comtudo, não é tão facil, porque as camadas finas limitam grandemente a producção.

Os que têm ido vêr e estudar as jazidas de carvão no Sul, em geral, têm chegado ao calculo de uma extracção diaria maxima de 300 a 400 toneladas por fossa (dous poços gêmeos) ou por uma galeria quando os trabalhos subterraneos attinjam certo desenvolvimento. Não se deve nos primeiros tempos contar com extracção superior a essa.

As novas occurrencias, principalmente as que podem dar a chave da estrutura da zona carvoeira, como as de Torres e as do valle do Paranapanema, estão sendo objecto de estudos, dos quaes foram incumbidos um geologo e um ajudante.

Sobre o mesmo assumpto e da mais alta monta são os estudos das bacias carboníferas do Amazonas, de cujas qualidades e possança ha esperanças muito maiores.

Quanto, porém, ao transporte desse carvão

para os differentes pontos da costa do Paiz, não é elle mais difficil do que o que procede do grande centro productor europeu. Demais, o carvão barato ha de forçosamente baratear o transporte, salvo grandes anormalidades. O Governo liga ao assumpto o maior interesse.

Acêrca das jazidas de minerio de ferro de Minas Geraes possui o Serviço boa cópia de dados, accumulados ha mais de oito annos e que têm aliás sido aproveitados por particulares e empresas, que adquiriram jazidas com o principal intuito de exportar o minerio.

Da producção inicial das minas de carvão realça a importancia das quedas d'agua para fornecer a energia completamente indispensavel aos diversos misteres da industria. O estudo desse elemento de riqueza, como o de todas as aguas que sirvam á irrigação, á navegação e a todos os destinos de geral necessidade, é outro objecto que incumbe ao Serviço Geologico, o qual já tem em adiantada elaboração um mappa geral das forças hydraulicas do Paiz inteiro.

Durante o anno proximo findo funcionaram com regularidade as escolas de aprendizes artífices mantidas pela União nos diversos Estados da Republica, com excepção da do Rio Grande do Sul, onde se julgou mais conveniente subvencionar o Instituto Technico-Profissional de Porto Alegre, estabelecimento esse que se acha perfeitamente aparelhado com as ferramentas e machinas necessarias aos officios alli ensinados, dispondo, além disso, de um corpo docente competente, do qual fazem parte especialistas contractados na Europa e nos Estados Unidos.

As escolas de aprendizes artífices, em sua maioria, ainda não se acham convenientemente installadas, devido isto principalmente a não reunirem os respectivos predios as condições precisas para institutos dessa natureza; e si, por um lado, os Estados não têm attendido ao appello que neste sentido lhes fez o Governo Federal, nos termos do art. 1º, paragrapho unico, do decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, por outro lado não é possível a este providenciar immediatamente, dada a nossa actual situação financeira, para a construcção de edificios apropriados a tal fim.

A matricula das escolas de aprendizes artífices em 1915 attingiu ao numero 3.127 de alumnos, distribuidos pelos seguintes Estados: Amazonas, 52; Pará, 168; Maranhão, 301; Piahy, 163; Ceará, 260; Rio Grande do Norte, 103; Paraíba, 200; Pernambuco, 153; Alagoas, 325; Sergipe, 164; Bahia, 96; Espirito Santo, 105; Rio de

Janeiro, 224; S. Paulo, 125; Paraná, 309; Santa Catharina, 129; Minas Geraes, 86; Goyaz, 59, e Matto Grosso, 105.

A renda produzida pelas officinas dessas escolas importou em 58:005\$765.

Seria de toda a conveniência que habilitado fosse o Governo com os necessarios recursos para manter durante algum tempo em officinas europeas ou norte-americanas alguns dos alumnos que revelarem maior aptidão e aproveitamento na aprendizagem escolar. Desta maneira, poderemos, dentro em pouco, ter pessoal habilitado para bem desempenhar os cargos de mestres e contra-mestres de nossas officinas.

Accentuado desenvolvimento tem tido o serviço de patentes de invenção, a cargo da Directoria Geral de Industria e Commercio da respectiva Secretaria de Estado.

Não obstante a conflagração europeia, que não podia deixar de influir para o decrescimento deste serviço, visto como muitos pedidos de privilegio procedem de inventores domiciliados em nações que se acham em estado de guerra, foram no anno proximo findo expedidas 508 patentes, sete certidões de melhoramentos e 90 titulos de garantia provisoria.

A renda produzida por todo o serviço attingiu nesse periodo a 141:822\$310, importancia que accusa, todavia, um augmento, embora pequeno, sobre a da renda do anno anterior.

Ultimamente têm surgido reclamações por parte de pessoas que se consideram prejudicadas com a expedição de patentes relativas a algumas invenções. Nem sempre, entretanto, tem sido possível attender a taes reclamações, visto não o permittir a actual lei reguladora do assumpto.

Reconhecida, desse modo, a necessidade de se modificar essa legislação, no intuito de melhor assegurar não só os direitos do inventor como os dos demais interessados, foi pelo Ministerio da Agricultura encaminhado á Comissão de Agricultura da Camara dos Deputados um projecto para servir de base á nova lei de patentes.

Espéro que não deixará de ser tomado em consideração ainda este anno o referido projecto, convertendo-se-o em lei, feitas as modificações que forem julgadas acertadas.

Não sendo possível dar actualmente ao serviço de propaganda do Brasil na Europa o desenvolvimento que devera ter, em vista das condições em que se achava aquelle continente, e attendendo ainda á conveniência de uma severa redução na despesa

publica, resolveu o Congresso Nacional consignar apenas a importancia de 97:800\$, ouro, para occorrer ás necessidades do serviço.

Não se podendo manter com essa limitada dotação os dous escriptorios estabelecidos em Paris e Genebra, resolveu o Governo supprimir este ultimo, por lhe parecer de mais vantagem a conservação do primeiro, onde, ainda assim, foram feitas sensiveis reduções não só quanto ao pessoal como em relação ao material.

Os objectos que faziam parte do mostruario do escriptorio de Genebra foram offerecidos aos museus daquela cidade, com a condição de serem expostos com a indicação de sua procedencia.

Continúa em progressão sempre crescente o movimento do Serviço de Informações. A reforma por que passou, em 1915, conferiu-lhe tambem a incumbencia da organização e distribuição de boletins semanais de cotações commerciaes nas principais praças da Republica, tendo sido tal serviço ampliado posteriormente com as do mercado do Rio, que competiam á Junta dos Corretores.

A instabilidade da regulamentação dos serviços a cargo da Directoria Geral de Estatistica tem perturbado bastante o seu regular funcionamento. Evitar ou remediar o inconveniente que tem impedido o progresso da estatistica no Brasil é, sem duvida, o meio mais pratico de melhorar esse ramo do serviço publico.

Para conseguir esse resultado, torna-se indispensavel, porém, dar definitivamente á Directoria Geral de Estatistica uma organização especial e estavel, além da necessaria autonomia na direcção dos respectivos trabalhos.

Durante o anno de 1915 completou a Repartição de Estatistica um minucioso inquerito sobre a instrução publica, civil e militar, em todos os municipios do Brasil, contendo informações sobre o ensino primario, secundario, profissional e superior. Além desta publicação, estão prestes a ser distribuidos dous volumes do 1º annuario estatistico, nos quaes, methodicamente organizados, se encontram indagações varias sobre diversos assumptos referentes ao territorio, á população e ao movimento economico e social de todos os Estados.

Realizou-se de 30 de janeiro a 7 de fevereiro do corrente anno, no jardim da Praça da Republica, a primeira exposição-feira de fructas, organizada pela Comissão Permanente de Exposições, creada pela lei n. 2.584, de 4 de janeiro de 1912, presidida pelo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio.

e composta do representante do Prefeito do Districto Federal, dos presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura e do Centro Industrial do Brasil e do director do Museu Commercial do Rio de Janeiro, secretario geral.

Embora não tivesse a Commissão Permanente de Exposições disposto de verba alguma para organizar o certamen, logrou ella realizal-o com os melhores resultados, sem que se verificasse « deficit », antes verificando-se saldo. Numerosos foram os expositores que concorreram ao certamen apresentando bellos specimens de fructas, julgadas e premiadas pelo Jury de Recompensas. O publico mostrou real interesse pelo certamen, tendo sido registrada a entrada de 8.554 pessoas.

Em vista do exito da primeira exposição-feira organizada pela Commissão Permanente de Exposições e attendendo ás grandes vantagens que de semelhantes certamens resultam para a extensão e o aperfeiçoamento da lavoura, para o incremento do commercio e barateamento dos productos agricolas, resolvi mandar cunhar as medalhas de premios conferidos pelo Jury de Recompensas.

Proseguindo na execução do seu plano de exposições-feiras, a Commissão Permanente de Exposições trata de organizar em julho proximo exposições-feiras de horticultura e fructicultura e ainda no correr do presente anno uma exposição feira de gado.

FAZENDA

Os documentos já apresentados ao vosso estudo demonstravam a existencia de compromissos anteriores a 1 de janeiro de 1915 no valor de, ouro, 36.358:585\$866, papel, 311.285:562\$637.

Até 31 de março do corrente anno, foram pagas contas até o valor de, ouro, 30.136:363\$644 e papel, 155.096:337\$437, sendo que os pagamentos foram effectuados do seguinte modo:

Compromissos-ouro:

Em letras-ouro	21.817:199\$200
• titulos do « Funding »	4.444:444\$444
• dinheiro	874:720\$000

30.136:363\$644

Compromissos-papel:

Em letras-papel (além da importancia de 58.551:300\$ emitida para pagamento de compromissos não computados na avaliação de que se trata).	111.866:800\$000
---	------------------

• letras-ouro, por se tratar de dividas nesta especie, indevidamente avaliadas em papel, no valor de	11.523:046\$720, ouro, correspondendo em papel, ao cambio de 16 d.,
--	---

19.445:141\$340

• apolices	9.331:895\$000
• dinheiro	14.452:501\$097

155.096:337\$437

De 1 a 26 de abril ultimo pagaram-se mais 8.585:174\$100, papel, sendo: 4.278:985\$ em apolices e 4.306:189\$109 em dinheiro.

Das letras-ouro, parte foi consolidada em apolices-papel, á solicitação dos interessados, calculado o valor da divida-ouro em papel ao cambio do dia, e entregue a importancia correspondente em apolices-papel de 5 %, ao typo de 92 %. Essa operação, apenas iniciada, elevou-se á quantia de, ouro, 144:000\$, até 31 de março ultimo.

Das letras-papel foi resgatada a somma de 119.214:500\$, restando em circulação a quantia de 51.203:600\$000.

Nos termos da lei de 28 de agosto ultimo, foram consolidadas letras-papel em apolices de 5 %, emittidas a 85 %, na somma de 12.741:100\$000.

De 1 a 26 de abril do corrente anno, essas sommas foram alteradas, tendo-se consolidado mais as seguintes importancias: 752:900\$ de letras-ouro e 1.117:400\$ de letras-papel.

O valor em circulação destas ultimas é, portanto, nesta data, de 50.086:200\$000.

Dos compromissos do Thesouro anteriores a 1915 restavam, pois, por pagar, em 31 de março ultimo:

Ouro	6.222:222\$222
Papel	156.189:225\$200

Convem notar que nesta ultima importancia se acham incluidas as seguintes parcellas:

	Papel
Dividas do Thesouro para com outras repartições, que serão liquidadas por jogos de contas	30.000:000\$000
Divida do Thesouro á Caixa de Conversão (a prazo de cinco annos).	19.200:000\$000
Contas já processadas e ainda não pagas.	21.491:375\$555
Margem de previsão, para supprir quaesquer omissões	20.000:000\$000
Pagamentos de trabalhos da Barra do Rio Grande do Sul, ainda não liquidados	40.500:000\$000
	<u>131.191:375\$555</u>

A effectividade desses pagamentos depende, quanto a uns, da vontade dos credores, que ainda não vieram receber o valor de seus creditos; quanto a outros do andamento normal dos processos, que, por mais actividade que se lhes tenha procurado imprimir, ainda não puderam ser concluidos.

Os creditos, de natureza varia, votados para esse fim, elevaram-se a:

Ouro	149:964\$210
Papel	111.154:696\$433

e sua utilização tem sido a que consta do seguinte resumo:

NUMERO E DATA DO DECRETO	MINISTERIOS	NATUREZA DO CREDITO	IMPORTANCIA	DIVIDAS PROCESSADAS	SALDO EXISTENTE
Decreto n. 11.873, de 12 de janeiro de 1916.	Fazenda.	Dívidas relacionadas.	Ouro 49.914\$210	Ouro 49.914\$210	
Lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.		Exercícios finados (crédito orçamentário).	100.000\$300	100.000\$300	
Decreto n. 11.402, de 30 de dezembro de 1914.	Viação.	Central, Oeste e Cruz Alta.	149.931\$210	149.931\$210	
Decreto n. 11.561, de 28 de abril de 1915.	Guerra.	Contestado.	Papel 51.000\$000	Papel 49.614\$194	Papel 1.955\$925
Decreto n. 11.590, de 2 de junho de 1915.		Despesas de contrato.	1.530\$000	1.493\$205	1.479\$205
Decreto n. 11.797, de 23 de novembro de 1915.	Fazenda.	Exercícios finados.	6.500\$000	1.302\$183	5.997\$583
Decreto n. 11.835, de 22 de dezembro de 1915.	Guerra.	Práticas de pret.	16.653\$675	16.406\$240	217\$439
Decreto n. 11.873, de 12 de janeiro de 1916.	Fazenda.	Dívidas relacionadas.	4.955\$631	4.853\$715	
Decreto n. 11.919, de 26 de janeiro de 1916.	Viação.	Prorrogamento da Central.	21.031\$721	10.422\$314	13.699\$359
Lei n. 2.931, de 5 de janeiro de 1915.	Fazenda—Exercícios finados (crédito orçamentário).		110.454\$693	89.013\$016	21.441\$679
			1.000\$000	1.000\$000	
			111.454\$693	90.013\$016	21.441\$679

Para attender a essa liquidação, aos compromissos do exercício de 1915 e a obrigações contractuacs e outras decorrentes de decisões do Poder Judiciario, foram creados até 31 de março proximo os seguintes recursos:

LETRAS-OURO:	EMITIDAS	RESGATADAS	EM CIRCULAÇÃO
Na Thesouraria			
Geral.	8.621.934\$803		8.621.934\$803
Em Londres:			
2 3.111.310.	27.718.311\$111		27.718.311\$111
	36.310.245\$919		36.310.245\$919
LETRAS-PAPEL:	170.418.100\$000	119.814.500\$000	51.203.600\$000

APOLICES:

Para substituição de emissão de letras-papel.	15.419.600\$000
" construção de estradas do ferro.	15.599.000\$000
" saneamento da Baixada Fluminense.	2.426.000\$000
" pagamento de sentença judiciais.	681.000\$000
" " compromissos anteriores a 1915.	10.983.900\$000
" substituição do papel-moeda.	165.000.000\$000
" pagamento de dividas do Lloyd Brasileiro.	691.000\$000
" " despesas de diversos ministerios.	17.742.000\$000

EMIÇÃO DE PAPEL-MOEDA:

Em 1914.	232.500.000\$000
" 1915.	160.000.000\$000
" 1916 (janeiro a março).	33.500.000\$000

Com o decorrer do tempo, as graves perturbações, originadas da impontualidade na solução dos compromissos, foram-se attenuando e amortecendo.

Como prova, basta salientar as mudanças operadas nas taxas de desconto e na cotação dos fundos publicos.

Tomados os extremos, evoluíram na praça do Rio de Janeiro pela forma seguinte as taxas de desconto:

	Maximo	Minimo
De novembro de 1914 a setembro de 1915.	11 %	8 %
" outubro de 1915 a janeiro de 1916.	11 %	7 %
" fevereiro de 1916 a março de 1916.	10 %	6 1/2 %

Quanto á segunda, tomaremos como elementos de comparação os mezes de agosto de 1915 e abril de 1916.

Cotações de titulos brasileiros em Londres

	AGOSTO 1915		ABRIL 1916 ATÉ O DIA 21	
	Minimo	Maximo	Minimo	Maximo
Apolices federaes:				
1890 — 1 %.	44	45	45 1/4	47
1895 — 5 %.	56	61	58 1/2	59 3/4
"Funding" — 5 %.	93	93	87 1/2	88 1/2
" 1914.	63 3/4	69 1/2	71 1/4	75 7/8
1903 — 5 %.	88	88	78	78 3/4
Conversão — 4 %, 1910.	41 1/2	42 1/2	44 1/2	45
1908 — 5 %.	59 1/2	59	59 1/4	60
S. Paulo — 1898.	88	88 1/2	81	87
" 1899.	89	89		
" 1901.	89 1/2	89 1/2	97	93 1/2
" 1913 — 5 %.	89	90 3/4		
Bello Horizonte.	89	90 3/4		31 1/2
Leopoldina Railway Co.	30	36	31	180
S. Paulo Railway Co.	150	163	179	26 3/4
Brazilian Traction L. and Power Co.	45 1/2	50	53	8 1/2
Brasil Railway Co.	4 1/2	6	8	
Dumont Coffee Co.	8 1/2	8 1/4	7 3/4	8

Com relação aos titulos internos, a demonstração abaixo aponta as suas cotações maximas e minimas nos mezes de agosto de 1915 e março de 1916. Por ella se vê que a mesma apolice que chegou a descer a 691\$, em agosto do anno passado, attingiu, em

março do corrente anno, a cotação maxima de 775\$, sendo que a cotação minima no dito mez foi apenas de 750\$000.

APOLICES	AGOSTO DE 1915		MARÇO DE 1916	
	Maxima	Minima	Maxima	Minima
Generaes de 5 %, miudas.	810\$000	760\$000	800\$000	730\$000
» » 1:000\$000, 5 %	807\$000	711\$000	800\$000	731\$000
» » 5 % (titulos provisorios)	800\$000	691\$000	715\$000	730\$000
Emprestimo Nacional de 1913, port.	880\$000	875\$000	875\$000	860\$000
» » » 1909, nom.	782\$000	708\$000	770\$000	745\$000
» » » 1911, »	776\$000	697\$000	755\$000	740\$000
Sentenças Judiciarias, 1:000\$, 5 %, nom.	—	—	750\$000	—
Emprestimo Nacional de 1915, miudas, nom.	—	—	725\$000	710\$000
» » » 1:000\$, 5 %, nom.	—	—	755\$000	735\$000

A esses symptomas cumpre accrescentar outro, revelador do estado da pequena economia nacional.

No Rio de Janeiro, a Caixa Economica apresentou o seguinte movimento :

	Entradas	Sabidas	Saldo	« Deficit »
1913	25.933:303\$507	41.272:713\$039	—	15.339:415\$182
1914	11.357:787\$757	21.169 591\$008	—	9.811:803\$219
1915	19.735:630\$223	19.761:820\$632	—	4:192\$334
1916 (tres mezes).	7.039:175\$782	5.311:742\$155	1.738:433\$127	—

Na impossibilidade de dar algarismos relativos ao nosso commercio interno,ahi vão resumidos os que se referem ao nosso intercambio com as demais nações.

O commercio exterior do Brasil, em 1915, apresenta, em confronto com o dos annos anteriores, os seguintes algarismos.

Quanto ao seu volume:

	EM MIL TONELADAS			
	1912	1913	1914	1915
Exportação	1.301	1.367	1.299	1.780
Importação	5.207	5.863	3.476	2.799
Total	6.508	7.230	4.775	4.579
+ ou — na exportação	— 3.906	— 4.496	— 2.177	— 1.109

Quanto ao seu valor em moeda-papel:

	EM CONTOS DE REIS			
	1912	1913	1914	1915
Exportação	1.119.737	972.731	750.980	1.022.634
Importação	951.369	1.007.495	561.853	582.996
Total	2.071.106	1.980.226	1.312.833	1.605.630
+ ou — na exportação	+ 168.368	— 35.764	+ 189.127	+ 439.638

Quanto ao seu equivalente em moeda-ouro:

	EM MIL £			
	1912	1913	1914	1915
Exportação	74.649	64.849	46.527	52.970
Importação	63.425	67.166	35.473	30.088
Total	138.074	132.015	82.000	83.058
+ ou — na exportação	+ 11.224	— 2.317	+ 11.054	+ 22.882

Em conjuncto, nosso commercio exterior accusa, em 1915, um decrescimento de 4 % no seu volume e um accrescimento de 22 % e 1,3 % no valor papel e no ouro, respectivamente.

Para esse resultado contribuíram diversamente a exportação e a importação, tendo esta decrescido na quantidade e no valor, ouro, augmentando, no entanto, o seu valor em moeda corrente.

O volume da importação, comparado com o de 1914, foi menor de 19,5 % e o seu valor, ouro, de 15 %.

O custo das mercadorias teve um augmento médio de 5,4 %, o que explica a divergencia das porcentagens da quantidade e do valor. O custo em ouro, a bordo, no Brasil, accusa geralmente uma maior média de augmento, sendo a razão da média, relativamente baixa, 5,4 %, no computo geral da importação, o facto desta ter sido, em 1915, composta, quasi que exclusivamente, de artigos de primeira necessidade e de custo inferior á média geral da importação dos annos precedentes. Isso explica o facto de ser o augmento médio relativamente pequeno, quando é notorio que, para mercadorias de valor elevado, o coefficiente do accrescimento teve desenvolvimento muitissimo menor.

Os artigos de preço mais elevado encontram-se na Classe III — Artigos Manufacturados. A importação desses artigos baixou muito em 1915, representando sómente 36 % do total da importação, em lugar de 50 %, média dos annos anteriores.

Para a alta de preços contribuiu principalmente a elevação dos fretes. Sobre 1914 o augmento médio do frete, em 1915, foi de 32 %, em moeda ouro, correspondendo esse augmento, em moeda papel, a 60 %. Para certas mercadorias, como o carvão, o frete que, nos tempos normaes, representava 100 % do seu custo, representa actualmente 400 %.

A importação, pelas suas respectivas classes, accusa as seguintes diferenças:

CLASSES	MIL TONELADAS			MIL £		
	1913	1914	1915	1913	1914	1915
Animaes vivos.	33	7	2	358	149	43
Materias primas	3.407	2.170	1.600	14.063	7.357	7.931
Manufacturas	1.320	533	432	57.635	17.192	10.794
Generos alimenticios	1.042	761	765	15.002	10.775	11.317

Na classe de materias primas, relativamente a 1914, a diminuição, na quantidade, foi de 36 % e o augmento no valor de 8 %, tendo havido uma elevação de preço, em 1915, equivalente a 44 %. Na classe das manufacturas, diminuíram a quantidade e o valor, este em 38 % e aquella em 20 %. A importação de generos alimenticios augmentou na quantidade e no valor.

Si se comparar a importação de 1915 com a de 1913, por exemplo, as diferenças attingem

a proporções enormes, principalmente nas classes que representam mercadorias de caracter reproductivo.

Quanto á exportação, os algarismos referentes ás quantidades, em 1915, são os mais altos que já consignaram as nossas estatisticas. E' digno de registo o augmento do volume da nossa exportação na quadra actual, onde tudo é empecilho ao desenvolvimento do nosso commercio, lutando, como lutamos, com deficiencia de meios de transporte marítimo. Na maior parte dos paizes neutros se verifica em 1915, em relação a 1913, anno anterior á guerra, maior exportação, devido tão sómente á valorização de seus productos e não a maior desenvolvimento de sua producção. Para esse augmento, concorreram é certo, as difficuldades do trafego marítimo, em fins de 1914, como consequencia da guerra, sendo os transportes desse periodo do anno transferidos para o seguinte. No Brasil, devido á queda nas cotações de seus principaes productos, quer em relação a 1914, anno de grande baixa, quer em relação aos annos anteriores, e devido tambem ao augmento de agio do ouro, o valor de nossa exportação, em 1915, supera o de 1914 sómente em 13%, quando a porcentagem de augmento na quantidade é de 37%.

O preço médio global de cada tonelada exportada foi de £ 29, em 1915, tendo sido de £ 36, em 1914, de £ 47, em 1913 e de £ 57, em 1912.

Pelo preço médio de 1912 a nossa exportação teria sido, em 1915, de £ 102.000.000 em vez de £ 52.970.000, como foi, e representaria sobre o valor da nossa maior exportação, o que se verificou em 1912, um augmento de £ 27.000.000.

A exportação subdividiu-se da seguinte forma:

	MIL TONELADAS			MIL £		
	1913	1914	1915	1913	1914	1915
Animaes e seus productos.	50	46	61	3.332	2.601	4.255
Mineraes e seus productos.	130	187	303	706	796	1.173
Vegetaes e seus productos.	1.196	1.066	1.416	60.811	43.130	47.542

Em todas as classes a exportação foi, em 1915, superior na quantidade, á dos dous annos precedentes, e sómente na classe III foi inferior, no valor, á do anno de 1913.

As variações nos principaes artigos foram:

ARTIGOS	1915		+ ou - em 1915 sobre 1914	
	Toneladas	Mil £	Quantidade	Valor
Algodão.	5.228	237	- 53,0 %	- 84,0 %
Assucar.	59.074	756	+ 85,0 %	+ 10,2 %
Borracha.	35.165	7.040	+ 5,0 %	- 0,3 %
Cacão.	41.930	2.891	+ 10,0 %	+ 52,0 %
Café.	1.040.721	32.190	+ 50,0 %	+ 19,0 %
Couros.	38.324	2.956	+ 22,0 %	+ 63,0 %
Fumos.	27.096	1.162	+ 0,4 %	- 21,0 %
Mate.	75.835	1.856	+ 28,0 %	+ 12,0 %
Peltes.	4.573	741	+ 81,0 %	+ 45,0 %
Diversos.	419.361	3.038	+ 23,0 %	+ 10,0 %

MOVIMENTO DA EXPORTAÇÃO DOS NOVE PRINCIPAES ARTIGOS
NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1915 E 1916

ARTIGOS	UNIDADE	QUANTIDADE		VALOR EM CENTOS		EQUIVALENTE EM MIL £		UNIDADE	VALOR MÉDIO POR UNIDADE			
				(Papal)					Em réis, papol		Em réis, ouro	
		1915	1916 (*)	1915	1916 (*)	1915	1916 (*)		1915	1916 (*)	1915	1916 (*)
1. Algodão.	Tonelada.	1.923	13	1.683	017	92	1	Kilo.	\$375	1203	\$123	\$552
2. Assucar.	"	18.757	5.489	4.615	2.689	250	129	"	\$216	\$186	\$118	\$208
3. Borracha.	"	11.395	10.003	40.609	51.248	2.101	2.603	"	\$3564	53123	12712	23313
4. Cacão.	"	9.682	11.323	11.672	14.517	632	699	"	1205	1285	\$580	\$548
5. Café.	1.000 sacas (")	4.853	3.407	171.311	136.328	9.370	6.518	Saca.	35314	40016	173153	173085
6. Couros.	Tonelada.	7.312	10.747	9.170	17.976	500	861	Kilo.	1250	1072	\$603	\$714
7. Fumo.	"	3.691	3.673	3.193	3.396	172	163	"	\$302	\$225	\$114	\$395
8. Mate.	"	16.613	22.465	7.747	11.403	423	516	"	\$466	\$507	\$227	\$316
9. Pelles.	"	827	1.270	2.459	4.996	131	210	"	3019	3933	12475	12482
Total dos nove artigos.	—	—	—	252.461	245.550	13.767	11.793					
Diversos	—	—	—	8.430	22.403	453	1.076					
Total geral.	—	—	—	260.891	267.953	14.223	12.869					

(*) Os algarismos de 1916 estão sujeitos a pequenas modificações.

(") Saca do café — 60 kilos.

Comércio exterior do Brasil (1º Trimestre — 1915 e 1916)

Peso em toneladas

	1915	1916	+ ou - em 1916 sobre 1915
Exportação	333.715	379.551	- 47.154
Importação	513.531	618.310	+ 71.433
Total	847.246	997.861	+ 150.615
+ ou - na exportação	- 159.140	- 233.758	

Valor em contos-papel

	1915	1916	+ ou - em 1916 sobre 1915
Exportação	260.591	237.933	+ 7.093
Importação	412.833	483.811	+ 53.554
Total	673.424	721.744	+ 48.320
+ ou - na exportação	+ 150.601	+ 104.433	

Valor em mil £

	1915	1916	+ ou - em 1916 sobre 1915
Exportação	11.221	12.860	- 1.354
Importação	5.903	7.833	+ 1.873
Total	17.124	20.693	+ 3.569
+ ou - na exportação	+ 8.233	+ 5.006	

Valor por tonelada

	Réis-papel		Em £	
	1915	1916	1915	1916
Exportação	654.770	703.800	3,6	3,4
Importação	203.170	263.503	1,0	1,3

EXPORTAÇÃO DE CARNE RESFRIADA E CONGELADA
(Janeiro a março de 1915 e 1916)

RIO DE JANEIRO

	QUANTIDADE		VALOR EM MIL RÊIS-PAPEL	
	1915	1916	1915	1916
Janeiro	615	—	369	—
Fevereiro	—	1.339.052	—	937.333
Março	—	1.700	—	1.930
Total	615	1.340.752	369	939.263

SANTOS

	QUANTIDADE		VALOR EM MIL RÊIS-PAPEL	
	1915	1916	1915	1916
Janeiro	9.934	1.179.141	5.000	931.133
Fevereiro	75.655	453.812	43.20	367.073
Março	42.279	1.293.091	59.531	1.033.473
Total	131.593	2.936.030	80.734	2.339.634

RESUMO POR PROCEDENCIA

	QUANTIDADE		VALOR EM MIL RÊIS-PAPEL	
	1915	1916	1915	1916
Rio	615	1.340.752	369	939.263
Santos	131.593	2.936.030	80.734	2.339.634
Total	135.513	4.276.832	81.103	3.278.897

RESUMO POR DESTINO

Estados Unidos	—	605.517	—	431.433
França	38.240	2.432.615	22.944	1.812.907
Grã-Bretanha	76.270	937.453	46.539	757.309
Italia	21.008	281.212	11.590	214.069
Total	135.513	4.276.832	81.103	3.278.897

A exportação de carnes, que se iniciara em dezembro de 1914, com um carregamento de 1.400 kilos, teve grande desenvolvimento em 1915. Foram exportadas 8.514 toneladas, no valor de 6.121.000\$, papel, sendo 563 toneladas do porto do Rio, 7.498 de Santos e 3 1/2 do Pará. Destinaram-se á Inglaterra 4.360 toneladas, á Italia 2.055, aos Estados Unidos 1.997 e á França 101. Em março de 1915, foram exportados, pela primeira vez no Brasil, 80 kilos de peixe congelado, embarque feito no porto do Rio de Janeiro. Essa exportação desenvolveu-se durante o anno, no fim do qual o total exportado attingiu a 28.640 kilos, avaliados em 39.065\$, destinando-se todos os embarques á Republica Argentina.

Devido á guerra, cessaram, quanto á exportação, as relações directas com alguns paizes europeus. Deixaram de figurar no quadro da nossa exportação a Allemanha, a Austria-Hungria, a Belgica e a Russia. Para outros paizes europeus a nossa exportação teve augmento notavel, sendo de 400 % para a Noruega, de 347 % para a Suecia e de 326 % para a Dinamarca. Já em 1914, para esses

paizes, a nossa exportação augmentara em muito, relativamente ao anno anterior. Para a França a exportação foi maior em 58 %, para a Argentina em 22 % e para os Estados Unidos em 16 %. Com os demais paizes as oscillações foram dimirutas.

Apresentaram maior valor a importação dos Estados Unidos 56 %, mais que em 1914, a da Suecia 53 % e a da Argentina 40 %. As maiores differenças para menos verificaram-se: na Allemanha, com uma diminuição de 92 %, na Austria, com 89 %, na Belgica, com 95 %, na França, com 46 % e na Grã-Bretanha, com 22 %.

A exportação de moedas metalicas foi de £ 5.149.000 contra £ 8.257.000, em 1914. Destinaram-se á Grã-Bretanha, aos Estados Unidos e á Argentina. A importação constou de £ 45.000 contra £ 852.000 no anno anterior.

Quanto ao movimento maritimo, as entradas de embarcações, em portos nacionaes, foi, durante os tres ultimos annos:

	NUMERO			MILHAR DE TONELAGEM		
	1913	1914	1915	1913	1914	1915
Nacionais	20.905	17.863	18.501	10.344	8.928	9.001
Estrangeiras	6.877	5.210	4.095	13.826	14.018	10.494
Total	27.782	23.073	22.597	24.170	23.846	19.495
Differença para menos sobre 1913. . . .		-16,9 %	-18,5 %		-18,2 %	-33,0 %

O movimento de entradas dos navios estrangeiros e nacionaes, que fazem o longo curso, foi:

NUMERO			MILHAR DE TONELAGEM		
1913	1914	1915	1913	1914	1915
7.534	5.719	4.583	19.592	15.468	11.068

As differenças para menos nas entradas, nos navios de longo curso, relativamente ao numero e á tonelagem, em 1914 sobre 1913, foram respectivamente de 24 % e 21 % e em 1915, confrontado com 1913, de 39 % e 43 %.

A média da tonelagem de registro de cada embarcação de longo curso era de 2.580 toneladas, em 1913, de 2.880, em 1914 e foi, em 1915, de 2.400.

Verifica-se que a diminuição no numero de navios é inferior á da tonelagem, o que significa que, em média, as embarcações entradas em 1915 eram menores que as dos annos anteriores.

Em confronto com 1914, augmentaram as entradas dos navios nacionaes, quer em relação ao seu numero, quer quanto á sua tonelagem.

Da estatistica dos balancetes dos bancos nacionaes e estrangeiros que funcionam no Brasil, destacam-se os seguintes titulos:

ACTIVO	Contos de réis		
	1913	1914	1915
Letras descontadas	294.450	262.139	243.221
Empréstimos em c/c.	440.312	391.829	389.160
Letras a receber.	333.182	296.235	284.385
Depositos e cauções.	1.283.362	1.487.023	1.570.450
Dinheiro em caixa	214.272	311.511	311.875
PASSIVO			
Depositos á vista	475.137	339.231	439.883
" a prazo	253.298	260.742	273.360
Valores depositados.	1.519.016	1.737.430	1.818.756

O dinheiro em caixa nos bancos representava, em 1913, 45 % dos depositos á vista, que constituem as responsabilidades mais immediatas. Essa porcentagem passou a ser de 80 %, em 1914, e de 77 %, em 1915. Sobre o total da moeda em circulação, havia retido, nos bancos, 24 %, em 1913, 32 %, em 1914 e 31,8 %, em 1915.

As letras descontadas, comparativamente á 1913, soffreram diminuição em 1914 e 1915, sendo no primeiro anno de 11 % e no segundo de 17 %, phenomeno em grande parte explicavel pela redução das transacções commerciaes, em consequencia dos obices trazidos pela guerra á liberdade das permutas.

Cada vez mais se accentuam os factos prenunciadores de uma convalescença economica, retardada embora, e em gravissima escala, pela crise decorrente da belligerancia de quasi toda a Europa.

Menos promissor, entretanto, é o aspecto de nossa vida orçamentaria do ponto de vista do Thesouro.

Reconhecida a crise como proveniente do excesso de gastos, e averiguado que cumpria resolvê-la em um periodo de receitas enormemente deprimidas pela guerra, o Governo enveredou pelo caminho que lhe cumpria: reduzir os onus dos contractos vigentes, espaçar o prazo do pagamento de seus compromissos, cortar largamente na despesa e apurar a arrecadação.

Já foi dito, paginas atraz, o esforço despendido e os resultados obtidos quanto ás revisões contractuales.

Tambem ficou exposto, em documentos apresentados ao Congresso, no decorrer do anno findo, o plano adoptado e seguido quanto á solução de compromissos.

Relativamente á despesa publica, a traducção numerica do esforço está na seguinte demonstração:

	Ouro	Papel
Despesa realizada em 1914.	83.908:220\$007	613.800:560\$199
" " " 1915.	80.801:654\$153	522.756:565\$017
Abatendo-se as quantias relativas aos compromissos anteriores a 1915 e que foram pagos nesse exercicio.	50.187:209\$711	155.096:337\$437
teremos a despesa liquida de	50.668:200\$500	367.600:227\$610

Comparando esses dispendios, temos:

1914	83.908:220\$007	613.800:560\$199
1915	50.668:200\$500	367.600:227\$610
Para menos em 1915	33.239:920\$493	246.140:341\$589

Ainda ha economias possiveis, que devem ser feitas, e para as quaes pedirei a collaboração do Poder Legislativo. Mas é innegavel o grande sacrificio já effectuado, e se torna evidente o empenho do Poder Executivo em não fraquear no caminho das reduções possiveis.

A arrecadação tem sido alvo do mais intenso cuidado.

Os algarismos abaixo tornam patente o crescimento dos diversos titulos de receita, com excepção daquelles que se relacionam directamente com as circumstancias especiaes creadas pela luta européa: taes os impostos de importação.

1913 — RECEITA		
Renda dos tributos:	Ouro	Papel
Imposto de importação, entrada, etc.	92.371:598\$191	175.840:096\$692
" " consumo	—	65.091:019\$315
" " sobre circulação	21:324\$039	28.057:727\$676
" " a renda	41:706\$394	7.123:325\$562
" " loterias	—	1.499:905\$000
Outras rendas	—	8.660:931\$425
Rendas patrimoniaes	—	329:172\$719
" industriaes	1.832:723\$753	68.707:925\$311
Extraordinaria	22.856:152\$333	10.996:141\$202
Renda com applicação especial	29.893:871\$294	24.331:064\$666
" a classificar	8:397\$569	370:889\$761
	153.580:779\$978	391.017:109\$362
Renda não escripturada no Thesouro, constante de demonstrações e telegrammas.	123:881\$191	3.303:361\$032
	153.701:661\$069	394.322:560\$394

1914 — RECEITA		
	Ouro	Papel
Imposto de importação, entrada e saída de navios, etc.	52.917:023\$808	97.573:979\$922
Imposto de consumo	—	52.129:617\$439
" " sobre circulação	12:613\$703	23.699:919\$956
" " a renda	24:928\$780	6.294:181\$697
" " loterias	—	1.047:280\$000
Outras rendas	—	5.616:948\$612
Rendas patrimoniaes	—	308:520\$626
" industriaes	912:200\$182	53.191:352\$032
Extraordinaria	6.664:410\$031	8.768:741\$305
Renda com applicação especial	15.139:786\$791	20.055:922\$353
" a classificar	48:895\$950	2.861:481\$374
	75.719:859\$245	271.547:945\$816
Renda não escripturada, constante de demonstrações e telegrammas.	49:372\$702	2.569:689\$247
	75.769:231\$947	274.117:635\$063

1915 — RECEITA		
	Ouro	Papel
Imposto de importação, entrada e saída de navios, etc.	22.308:442\$201	48.864:108\$924
Imposto de consumo	—	31.676:463\$224
" " sobre circulação	11:176\$036	17.385:519\$143
" " a renda	232:540\$777	8.322:181\$391
" " loterias	—	798:838\$200
Outras rendas	—	4.013:033\$552
Rendas patrimoniaes	—	103:780\$124
" industriaes	350:588\$920	20.696:773\$123
Extraordinaria	38:983\$623	3.729:861\$068
Renda com applicação especial	7.437:660\$746	4.530:879\$690
" a classificar	481:968\$524	28.604\$203\$647
	31.061:360\$827	168.815:784\$601
Rendas não escripturadas no Thesouro, constantes de demonstrações e telegrammas	18.223:203\$243	186.058:356\$316
	49.284:564\$070	354.874:140\$917

Para que se possa apreciar o movimento da Receita e Despesa nos dous ultimos exercicios, mandei organizar os seguintes quadros, que fornecem os esclarecimentos que puderam ser obtidos, e que são incompletos e sujeitos a ultteriores modificações, devido ao atrazo de alguns balanços:

1914 — RECEITA		
	Ouro	Papel
Imposto de importação, entrada etc.	52.917:023\$808	97.573:979\$922
" " consumo	—	52.129:617\$439
" " sobre circulação	12:613\$703	23.699:919\$956
" " a renda	24:928\$780	6.294:181\$697
Imposto sobre loterias	—	1.047:280\$000
Outras rendas	—	5.616:948\$612
Rendas patrimoniaes	—	308:520\$626
" industriaes	912:200\$182	53.191:352\$032
Extraordinaria	6.664:410\$031	8.768:741\$305
Renda com applicação especial	15.139:786\$791	20.055:922\$353
" a classificar	48:895\$950	2.861:481\$374
	75.719:859\$245	271.547:945\$816
Renda não escripturada, constante de demonstrações e telegrammas	49:372\$702	2.569:689\$247
	75.769:231\$947	274.117:635\$063
Depositos (Saldo)	4.133:479\$878	—
Somma	79.902:711\$925	274.117:635\$063
Operações de credito:		
Emissão de papel-moeda	—	232.500:000\$000
" " letras do Thesouro	11.935:367\$074	41.838:200\$000
" " titulos do («Funding»)	21.393:257\$298	—
" " apolices	—	25.865:000\$000
" " moedas de prata	—	10.328:000\$000
" " " " nickel	—	13.404:800\$000
Conversão de especie	—	103.812:789\$172
	113.231:336\$197	701.866:424\$235
Saldo do exercicio de 1913	168.130:857\$752	143.820:336\$478
	221.362:193\$949	845.686:760\$713

1914 — DESPESA

	Ouro	Papel
Ministerio da Justiça e Negocios Interiores	10.933\$259	22.812:815\$845
Ministerio das Relações Exteriores	2.837:134\$115	475:060\$672
" da Marinha	3.373:910\$334	33.803:802\$784
" " Guerra	205:986\$483	70.196:496\$933
" " Viação e Obras Publicas	8.485:108\$194	148.191:199\$232
" " Agricultura, Industria e Commercio	287:616\$029	9.914:736\$096
Ministerio da Fazenda	64.399:040\$524	155.024:304\$478
	<u>79.599:728\$038</u>	<u>440.418:476\$040</u>
Despesa não escripturada, constante de demonstrações e telegrammas	4.308:491\$069	139.068:325\$683
	<u>83.908:220\$007</u>	<u>579.486:801\$723</u>
Depositos (« Deficit »)	—	34.313:767\$476
	<u>83.908:220\$007</u>	<u>613.800:569\$199</u>
OPERAÇÕES DE CREDITO		
Resgate do papel-moeda	—	7.806:548\$000
" " moedas de prata e nickel do antigo cunho	—	16:797\$200
Conversão de especio	69.487:693\$046	—
	<u>153.095:913\$053</u>	<u>621.123:914\$399</u>
Saldo do exercicio de 1914	68.266:280\$896	224.562:846\$314
	<u>221.362:193\$949</u>	<u>845.686:760\$713</u>

1915 — RECEITA

	Ouro	Papel
Imposto de importação, entrada, etc.	11.308:442\$201	48.864:108\$934
Impostos do consumo	—	31.076:463\$224
" sobre circulação	11:176\$036	17.385:519\$148
" " a renda	832:510\$777	8.322:184\$391
" " loterias	—	798:883\$200
Outras rendas	—	4.613:033\$052
Rendas patrimoniaes	—	193:780\$124
" industriaes	650:588\$320	20.606:773\$123
Extraordinaria	38:983\$023	3.720:861\$068
Renda com applicação especial	7.437:660\$746	4.530:879\$690
" a classificar	481:968\$524	28.604:293\$647
	<u>31.061:360\$827</u>	<u>168.815:781\$601</u>
Recursos — Emissão de titulos do «Funding» de 1914	43.789:400\$040	—
Depositos (Saldo)	925:346\$726	—
	<u>75.776:107\$593</u>	<u>168.815:781\$601</u>
Rendas não escripturadas no Thesouro, constantes de demonstrações e telegrammas	18.223:203\$243	186.058:356\$316
	<u>93.999:310\$836</u>	<u>354.874:140\$917</u>
Operações de credito :		
Emissão de letras do Thesouro	31.806:367\$548	128.579:900\$000
" " papel-moeda	—	160.000:000\$000
" " apolices	—	47.150:800\$000
Conversão de especio	—	22.684:233\$770
	<u>125.805:678\$384</u>	<u>713.289:074\$687</u>
Saldo de 1914, sujeito a alterações	68.266:280\$896	224.562:846\$314
	<u>194.071:959\$280</u>	<u>937.851:921\$001</u>

1915 — DESPESA

	Ouro	Papel
Ministerio da Justiça e Negocios Interiores	8.148\$146	11.544:697\$508
Ministerio das Relações Exteriores	2.098:566\$039	45:000\$000
" da Marinha	149:612\$584	4.671:587\$949
" " Guerra	361\$447	27.079:888\$234
" " Viação e Obras Publicas	8.518:972\$758	32.954:818\$611
" " Agricultura, Industria e Commercio	262:822\$002	3.477:306\$267
Ministerio da Fazenda	63.790:569\$511	52.665:569\$932
	<u>74.829:062\$487</u>	<u>132.438:868\$591</u>
Despesa não escripturada no Thesouro, constante de demonstrações e telegrammas	5.975:591\$666	374.173:120\$143
	<u>80.804:654\$153</u>	<u>506.611:988\$734</u>
Depositos (« Deficit »)	—	16.144:576\$313
Operações de credito :		
Resgate de letras do Thesouro	19.612:594\$036	119.214:500\$000
Conversão de especio	14.559:566\$096	—
Diferença de typo das apolices, a 65 %, dadas em pagamento e em substituição por letras	—	3.885:800\$000
	<u>114.976:814\$285</u>	<u>645.856:955\$047</u>
Saldo de 1915, sujeito a alterações	79.095:111\$995	291.994:965\$954
	<u>194.071:959\$280</u>	<u>937.851:921\$001</u>

No exercicio de 1914, nota-se que a receita propriamente dita foi de 79.902:711\$825, ouro, e 274.117:635\$063, papel, e a despesa de.....: 83.908:220\$007, ouro, e 613.800:569\$199, papel, o que dá um «deficit» de 4.005:508\$182, ouro, e 339.682:934\$136, papel.

No exercicio de 1915, verifica-se a receita de 93.999:310\$836, ouro, e 354.874:140\$917, papel, e a despesa de 80.804:654\$153, ouro, e.....: 522.756:565\$047, papel, apurando-se, em consequencia, um saldo, ouro, de 13.194:656\$683 e um «deficit», papel, de 167.882:424\$130. Convertendo o saldo ouro em papel, ao cambio de 16 d., ou sejam 22.265:983\$152, e subtrahindo esta quantia do «deficit», papel, fica este reduzido á importancia de 145.616:440\$978.

É preciso notar, porém, que nesse «deficit» se acham incluídas as sommas de 30.136:363\$644, ouro, e 155.096:337\$437, papel, de compromissos anteriores a 1915 e que foram satisfeitos no referido exercicio.

Deduzidas essas importancias, aquelle «deficit» diminuirá sensivelmente, si não desaparecer.

Os quadros supramencionados apontam, discrinminadamente as operações de credito feitas pelo Thesouro, afim de conseguir os recursos necessarios á satisfacção dos dispendios além da renda arrecadada.

Os dados que se seguem provêm da apuração feita pela Commissão de Partidas Dobradas.

THE SOURO NACIONAL — Thesouraria Geral — Balanço de Receita e Despesa do 1º trimestre de 1916

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS DE RECEITA	OURO		PAPEL	TÍTULOS DE DESPESA	OURO		PAPEL
Renda da União:				Despesa da União:			
Ordinária	—	—	934:657:369	Ministerio da Justiça	—	2.934:612:229	
Extraordinária	—	—	25:033:136	Ministerio da Viação	—	1.825:750:000	
Com applicação especial	—	—	407:816:155	Ministerio da Fazenda	—	140:458:537	
A classificar	—	—	2.016:411:920	Ministerio da Agricultura	—	10:000:000	
			3.414:761:930	Despesas a classificar	—	13:316:666	4.923:835:402
Depósitos:				Depósitos:			
Caixa Economica do Rio de Janeiro	—	—	1.830:000:000	Bens de Defuntos e Ausentes	—	5:699:371	
Depósitos de diversas origens	—	—	611:774:913	Diversas origens	—	781:517:934	767:237:275
Operações de credito:				Operações de credito:			
Emissão do papel moeda	—	—	33.500:000:000	Conversão de especie	278:550	3.122:038:360	
Emissão de polices	—	—	1.917:000:000	Supprimto do exercicio de 1915	—	17.800:470:000	20.922:50:333
Conversão de especie	1.413:076:554	—	470:000				
Supprimto do exercicio de 1915	7.003:765	1.420:036:319	3.747:558	Bancos e correspondentes:			
			35.421:217:558	Banco do Brasil — c/ vales ouro:			
Bancos e correspondentes:				Recolhidos	4.639:972:355		
Banco do Brasil — c/ do Cambiaes	—	21:7 1:910		Banco do Brasil c/c Movimento:			
Banco do Brasil — c/c Movimento	—	—		Deposilado	—	—	26.800:000:000
Importancias retiradas	—	—	20.776:647:002	Movimento de Fundos:			
Movimento de Fundos:				Remessas feitas a diversas repartições	1.415:420:279	—	41.516:531:105
Remessas recebidas de diversas repartições	—	8.432:943:000	42.333:807:243		6.003:680:184	—	97.930:142:112
		9.993:533:349	101.391:193:396	Saldo para abril	3.821:173:105	—	6.461:051:556
		9.996:353:340	101.391:193:396		9.906:853:349	—	101.391:193:396

EXERCICIO DE 1916 — Thesouro Nacional — 2ª Pagadoria — Balanço da Receita e Despesa do 1º trimestre de 1916

RECEITA				DESPESA			
TITULOS DE RECEITA	OURO	PAPEL		TITULOS DE DESPESA	OURO	PAPEL	
Renda ordinaria:				Ministerio da Justica	1:180\$900	808:205\$392	
31. Impostos sobre vencimentos	177\$135	80:557\$198	—	» do Exterior	—	50:335\$183	
30. Sellos do Estado	—	271\$131	—	» da Guerra	—	172:097\$750	
Por verba	—	701\$343	81:580\$375	» Viação	156:842\$079	5:823:079\$153	
45. Renda de proprios nacionaes	—	—	—	» Agricultura	—	101:039\$269	
Renda Extraordinaria:				» Fazenda	6:083\$166	2:762:348\$136	9:520:135\$193
72. Indemnizações	—	—	392\$359	Saldo que passa para abril	—	—	371:565\$320
			81:982\$331				
Movimento de fundos:							
Supplimentos recebidos da Thesouraria	163:929\$910	—	9:800:000\$000				
Exercicio de 1915:							
Supplimentos recebidos	—	—	9:748\$639				
	161:106\$145	—	9:891:701\$003		161:106\$145	—	9:891:701\$003

Com referencia á receita, a experiencia do trimestre, embora falha pela insuficiencia de communações sobre a productividade das taxas e dos impostos, dá a impressão de que foi orçada com prudencia.

Assim se notam os seguintes resultados:

Rendimento das repartições federaes no periodo de janeiro a março de 1916, comparado com o de igual periodo de 1914 e 1915 e com as três duodecimas partes da receita orçada para o exercicio corrente

DE JANEIRO A MARÇO

DISCRIMINAÇÃO	ANNOS						DIFERENÇAS			
	1914		1915		1916		Entre 1914 e 1916		Entre 1915 e 1916	
	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel
RENTA DOS TRIBUTOS										
Impostos de importação	18.797:935\$149	33.285:450\$179	7.211:023\$327	15.581:015\$233	9.579:423\$352	17.120:121\$395	- 9.018:502\$207	- 13.165:023\$781	+ 2.538:301\$525	+ 1.533:109\$112
Impostos do consumo	—	11.727:897\$535	—	15.090:592\$020	—	25.835:501\$330	—	+ 14.157:637\$104	—	+ 10.701:072\$519
Impostos sobre a circulação	2:050\$568	4.712:453\$10	1:365\$313	6.732:897\$568	—	7.273:597\$003	- 2:050\$333	+ 2.551:135\$856	- 1:365\$313	+ 511:300\$023
Impostos sobre a renda	3:727\$331	681:260\$233	25:345\$352	2.231:651\$195	—	2.918:301\$376	- 3:727\$331	+ 2.257:311\$513	- 25:345\$352	+ 633:950\$711
Impostos sobre loterias	—	273:560\$300	—	283:661\$333	—	498:330\$300	—	- 75:203\$300	—	- 90:301\$333
Outras rendas	—	2.752:316\$213	—	2.076:611\$901	—	2.623:623\$583	—	- 128:723\$350	—	+ 519:931\$572
Rendas patrimoniaes	—	201:267\$030	—	61:023\$335	—	237:305\$166	—	+ 83:533\$083	—	+ 226:785\$301
Rendas das industrias	186:546\$580	12.550:899\$105	89:425\$551	9.525:020\$369	—	4.530:610\$303	- 183:516\$283	- 8.030:270\$302	- 80:425\$551	- 4.971:401\$367
Renda extraordinaria	1.283:959\$833	2.613:169\$851	6:409\$220	2.785:970\$978	—	2.851:236\$787	- 1.283:959\$833	+ 238:033\$003	- 6:409\$220	+ 85:256\$939
Renda com applicação especial	5.116:137\$100	1.493:083\$801	3.210:027\$510	1.132:909\$150	2.452:466\$301	731:337\$316	- 2.663:680\$893	- 733:723\$015	+ 211:538\$364	- 491:516\$13
Renda a classificar	978:002\$235	6.571:468\$739	5:355\$416	1.821:699\$370	—	193:070\$213	- 978:002\$235	- 6.372:398\$193	- 5:355\$416	- 1.622:629\$127
Renda conhecida	26.338:409\$197	76.811:565\$789	9.609:353\$219	57.393:489\$571	12.231:893\$556	64.693:937\$734	- 14.136:519\$311	- 12.174:597\$385	+ 2.027:031\$337	+ 7.276:478\$113
Por falta de comunicação, deixaram de ser computadas as repartições abaixo, cuja renda estimativa é a seguinte:										
De janeiro a março:										
Contabilidade da Marinha	—	—	—	—	—	510:000\$300	—	+ 510:000\$300	—	+ 510:000\$300
Estrada do Ferro Oeste de Minas	—	—	—	—	—	900:000\$300	—	+ 900:000\$300	—	+ 900:000\$300
Pagadorias do Tesouro	—	600:000\$300	—	600:000\$300	—	1.500:000\$000	—	+ 900:000\$300	—	+ 900:000\$300
Correio Geral	—	—	—	—	—	525:000\$300	—	+ 525:000\$300	—	+ 525:000\$300
Correio do Estado do Rio	—	—	—	—	—	138:000\$300	—	+ 138:000\$300	—	+ 138:000\$300
Telegraphos	—	—	—	—	—	2.230:000\$300	—	+ 2.230:000\$300	—	+ 2.230:000\$300
Thesouraria Geral Delegacia em Londres	—	—	—	—	—	1.050:000\$300	—	+ 1.050:000\$300	—	+ 1.050:000\$300
Comissão Fiscal das Obras do Porto	—	—	—	—	—	285:000\$300	+ 285:000\$300	—	+ 285:000\$300	—
De fevereiro a março:										
Estrada do Ferro Central do Brasil	—	—	—	—	—	7.200:000\$300	—	+ 7.200:000\$300	—	+ 7.200:000\$300
De março:										
Contabilidade da Guerra	—	—	—	—	—	410:000\$300	—	+ 410:000\$300	—	+ 410:000\$300
Total	26.368:409\$197	77.414:565\$789	9.609:353\$219	57.993:489\$571	12.513:893\$556	79.542:967\$734	- 13.151:483\$611	+ 2.028:402\$015	+ 2.907:031\$337	+ 21.519:478\$113

	ANNO			DIFERENÇA	
	1914	1915	1916	Entre 1914 e 1915	Entre 1915 e 1916
Ouro	26.338:409\$107	9.609:858\$219	12.516:289\$556	— +3.851:519\$341	+ 2.907:031\$337
Agio do ouro ao cambio de 16 d.	13.115:097\$352	6.601:972\$590	—	—	—
Papel.	77.414:563\$739	57.993:489\$671	15.616:178\$875	— 2.438:933\$177	+ 9.011:133\$237
Total em papel	121.938:023\$115	74.205:320\$180	79.542:967\$784	+ 2.028:402\$315	+ 21.519:478\$113
Total em papel	121.938:023\$115	74.205:320\$180	107.735:939\$215	— 14.222:102\$303	+ 33.500:618\$735

	OURO	PAPEL
Arrocadação de janeiro a março	12.516:889\$556	79.542:967\$734
N. 73. Tres duodecimas partes da contribuição do Estado de S. Paulo cujo recolhimento não foi feito, razão por que deixaram de ser computadas na arrecadação	610:080\$300	—
N. 74. Tres duodecimas partes do « Funding »	10.697:230\$168	—
Total	23.824:253\$222	79.542:967\$734
Tres duodecimas partes da receita orçada para 1916, inclusive a renda com applicação especial	27.670:816\$364	87.204:499\$311
Menos que o Orçamento	- 3.816:360\$112	- 7.748:532\$211
Ouro	3.816:360\$112	
Agio do ouro ao cambio de 12 d	4.770:453\$157	
Papel	7.748:532\$211	
Diferença total em papel	19.335:313\$203	

Com os elementos comprobatorios da tendencia ascendente na arrecadação, ali vão os dados referentes ao 1º trimestre do corrente anno, da cobrança effectuada pela Recebedoria do Rio de Janeiro:

Demonstração da renda arrecadada pela Recebedoria do Districto Federal no 1º trimestre de 1916, comparada com a de igual periodo de 1915

Discriminação das rendas:

RECEITA ORDINARIA			
Imposto de consumo:			
	1915	1915	Diferença para mais ou menos
Taxa sobre fumo	730:551:240	570:187:605	+ 159:363:635
Registro	113:833:000	70:325:000	+ 43:508:000
> > bebidas	835:010:850	8:8:155:000	+ 16:55:850
> > Registro	100:300:000	90:610:000	+ 9:690:000
> > phosphores	481:100:000	1.035:100:000	- 554:000:000
> > Registro	125:100:000	63:765:000	+ 61:605:000
> > sal — Registro	1:810:000	510:000	+ 1:100:000
> > calçados	188:832:900	130:101:700	+ 58:731:200
> > Registro	50:910:000	21:490:000	+ 18:520:000
> > perfumarias	85:100:000	41:553:210	+ 40:824:380
> > Registro	31:030:000	15:035:000	+ 16:005:000
> > especialidades			
pharmacenticas	90:123:730	70:830:850	+ 19:180:100
> > Registro	39:133:000	17:750:000	+ 18:110:000
> > conservas	97:800:000	61:011:500	+ 33:588:500
> > Registro	37:510:000	11:030:000	+ 25:850:000
> > vinagre	33:130:130	13:925:800	+ 11:513:880
> > Registro	1:050:000	550:000	+ 500:000
> > velas	83:515:000	68:000:000	+ 15:515:000
> > Registro	5:930:000	2:130:000	+ 3:800:000
> > bengalas	1:110:150	100:000	+ 1:010:150
> > Registro	3:580:000	1:820:000	+ 1:760:000
> > tecidos	733:000:000	521:217:500	+ 212:853:120
> > Registro	75:110:000	35:050:000	+ 39:160:000
> > espartilhos	1:671:000	—	+ 1:671:000
> > Registro	2:450:000	600:000	+ 2:100:000
> > papel para forrar casas	8:010:000	1:050:000	+ 7:960:000
> > Registro	4:110:000	1:150:000	+ 3:010:000
> > cartas de jogar —			
> > Registro	2:110:000	600:000	+ 1:510:000
> > chapdos	110:195:100	101:465:000	+ 47:770:100
> > Registro	25:530:000	12:295:000	+ 13:285:000
> > discos para gramophones	6:010:000	—	+ 6:010:000
> > Registro	1:500:000	600:000	+ 900:000
> > louças e vidros	8:100:000	200:000	+ 7:900:000
> > Registro	22:700:000	3:820:000	+ 18:910:000
> > ferragens	15:330:000	—	+ 15:330:000
> > Registro	10:000:000	—	+ 10:000:000
	4,372:191:150	3,826:517:115	+ 545:600:035
Imposto sobre a renda:			
Imposto sobre circulação:			
Imposto do selo por verba	213:351:355	253:033:001	- 69:732:003
> sobre bilhetes de loterias	197:950:000	190:200:000	+ 37:750:000
> adhesivo	1,810:135:000	1,591:500:000	+ 261:955:000
> de transporte terrestre	408:253:250	177:720:000	+ 300:528:300
> de transporte marítimo	51:810:150	63:048:250	- 11:238:100
	2,810:830:335	2,938:505:101	+ 527:165:194
Discriminação das rendas:			
Imposto sobre subsídios e vencimentos	50:870:150	25:720:000	+ 15:150:000
> consumo d'agua	420:731:616	710:225:001	- 289:111:805
> de 5 o/o, dividendo de companhias	810:955:123	23:620:000	+ 737:311:093
> 2 o/o sobre sorteio dos clubs	2:610:000	2:330:000	- 280:000
> 1 o/o sobre peculios	11:130:133	6:300:000	+ 5:130:133
> casas de sport	—	4:000:000	- 4:000:000
	1,245:4:23:37	270:735:102	+ 514:913:905

	1915	1915	Diferença para mais ou menos
Outras rendas			
Prêmios de depositos publicos	8:730:000	11:008:131	- 2:278:035
Taxa judiciaria	26:520:136	27:888:143	- 1:331:607
	35:250:532	39:196:271	- 4:209:092
RENDAS PATRIMONIAES			
Renda dos proprios nacionaes	2:130:000	2:070:000	+ 110:000
Das riquezas naturaes e fôrros:			
Fôros de terrenos de marinha	2:771:180	900:000	+ 1:871:180
Dos Laudemios:			
Laudemios	1:750:000	1:638:000	+ 82:000
RENDAS INDUSTRIAES			
Renda do « Diario Official »	261:000	220:500	+ 34:500
	6:938:190	4:837:500	+ 2:100:690
RECEITA EXTRAORDINARIA			
Montepio dos empregados publicos do Ministerio da Fazenda	2:115:118	1:578:385	+ 537:339
Indemnizações	230:513	—	+ 230:513
Imposto de industrias e profissões do Districto Federal	2,592:210:733	2,561:1:77:000	+ 26:073:236
	2,591:032:503	2,559:03:851	+ 21:80:652
RENDA COM APPLICAÇÃO ESPECIAL			
Productos da cobrança da divida activa			
Imposto de consumo d'agua	63:710:318	95:050:989	- 23:331:371
> industrias e profissões	33:711:751	63:032:053	- 29:351:205
> predial	28:132	—	+ 28:132
> de transmissão de propriedade	11:119	1:891:107	- 1:876:388
Concerto do hydrometros	110:000	1:010:000	- 891:000
Multa de registro	300:100	—	+ 300:100
	100:627:119	161:01:715	- 60:388:293
Todas e quaesquer rendas eventuales percebidas em papel			
Multas da divida activa	17:230:785	23:013:311	- 6:632:196
> de impostos lançados	47:189:051	36:313:399	+ 8:166:652
> por infracção de leis e regulamentos	7:912:322	11:661:000	- 3:728:678
Reforma do apolices	208:000	330:000	- 122:000
Fundamento da Guarda Civil	—	915:150	- 915:150
Renda de Depositos Publicos	493:265	1:063:116	- 1:015:579
Venda de impressos	630:000	\$	+ 630:000
Imposto de 1 % sobre leilões de fallencias	53:167	\$	+ 53:167
Inscrição de exames na Escola Naval	\$	500:000	- 500:000
Productos do leilão de animaes no Posto Zootecnico do Pinheiro	\$	10:820:000	- 10:820:000
Indemnização do Correio	\$	2:000	- 2:000
Assentamento de penhas d'agua	\$	11:751	- 11:751
	71:305:973	81:970:365	- 10:664:392
Novas contribuições do Montepio Civil	771:000	929:111	- 157:111
	72:077:007	85:890:476	- 13:813:469
DEPOSITOS			
De diversas origens:			
Procuratorio da Fazenda	2:760:000	7:992:000	- 5:232:000
Multas pertencentes a empregados	3:005:000	7:650:000	- 3:745:000
Multas depositadas para recursos	5:020:780	7:150:000	- 2:129:220
Porcentagens do Juizo Federal	12:558:375	\$	+ 12:558:375
	42:217:355	22:792:000	+ 1:455:355
RECAPITULAÇÃO			
Receita ordinaria	8,503:940:114	6,925:361:882	+ 1,578:578:232
Rendas patrimoniaes	6:938:190	4:837:500	+ 2:100:690
Receita extraordinaria	2,591:032:503	2,533:035:851	+ 26:800:949
Renda com applicação especial	172:705:326	216:915:100	- 74:209:774
Depositos	21:217:355	22:792:000	- 1:574:645
	11,302:772:373	9,767:975:127	+ 1,534:797:246

Consoante a autorização contida no art. 2º, § 4º, alinea 7, da lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914, foi dado, por decreto n. 11.511, de 4 de março de 1915, novo regulamento á arrecadação e fiscalização do imposto de consumo.

Nesse acto foram introduzidas as modificações creadas pela lei citada, n. 2.919, e as aconselhadas pelas exigencias do serviço, bem como foram consolidados muitos actos administrativos constantes do trabalho organizado em 1910, para elucidação do regulamento, então vigente, junto ao decreto n. 5.890, de 10 de fevereiro de 1906.

Entre as medidas adoptadas destacam-se, pela sensível modificação feita no regimen até então em vigor, as concernentes á cobrança do imposto sobre o fumo e seus preparados e aos tecidos e relativos aos agentes fiscaes, creando para estes o concurso e a promoção e extinguindo os da descarga e produção do sal. Além disso foram reduzidos os quadros do pessoal de alguns Estados, sem inconveniencia para o serviço e com economia para o Thesouro.

O regimen da cobrança do imposto sobre o fumo obedeceu á prescripção do art. 2º, § 4º, da lei n. 2.919. Attendendo, apenas, ás reclamações levantadas em torno da citada prescripção, por exigir duas vezes pagamento do imposto sobre o mesmo producto, foi resolvido, até que o Congresso deliberasse a respeito, que ficaria suspenso o pagamento do imposto para fumo desfiado, picado ou migado pelas fabricas, para applical-o ao fabrico de cigarros, nos proprios estabelecimentos.

As enormes fraudes que se têm verificado na arrecadação do imposto sobre tecidos eram devidas em grande parte ao facto das guias selladas só acompanharem os productos até aos depositos das respectivas fabricas:

Com as medidas adoptadas, a fiscalização encontrará agora as mesmas guias em poder dos commerciantes que adquirirem os productos directamente das fabricas ou dos seus depositos, podendo assim certificar-se com mais segurança do pagamento do imposto devido.

Tendo a lei n. 2.919, precitada, tributado novos productos e elevado a taxa de alguns outros, foi adoptado, para cobrança do imposto creado e da differença da taxa elevada, o mesmo regimen até então posto em pratica¹⁹ em todos os casos analogos.

Essa medida occasionou tambem varias reclamações, por entenderem alguns contribuintes que os productos em seu poder, que já houvessem pago imposto, não poderiam estar obrigados ao pagamento da differença de taxa.

Havendo a Camara dos Deputados firmado a verdadeira interpretação da lei nesses diversos casos, tornou-se indispensavel rever o regulamento, o que se deu por decreto n. 11.807, de 9 de dezembro do mesmo anno de 1915, estabelecendo o empacotamento e prévio pagamento do imposto, antes da sahida da fabrica, do fumo desfiado, picado ou migado; o pagamento do imposto sobre o «stock» sómente dos productos ultimamente tributados e mais alguns detalhes de fiscalização aconselhados pelas circunstancias.

Novas reclamações foram então levantadas em torno da medida sobre o pagamento dos «stocks», bem como sobre outras medidas do regulamento, em pontos que escapavam á competencia do Poder Executivo. Sobre todos elles se pronunciou o Congresso, approvando o regulamento, com algumas disposições novas, filhas da experiencia já colhida e do espirito de tolerancia que cumpria adoptar na applicação da lei. Tornando-se preciso providenciar sobre as modificações assim introduzidas pelas leis de orçamento e ainda com o fito de consolidar a legislação sobre os impostos de consumo, tornou-se imprescindivel organizar novo regulamento, concretizando todas as medidas adoptadas, o qual foi baixado com o decreto n. 11.951, de 16 de fevereiro de 1916.

Fica assim explicado o motivo por que dentro de um anno foram expedidos tres regulamentos.

Entre as reclamações apresentadas, algumas não puderam ser acceitas pelos motivos adduzidos pelo Ministro da Fazenda nas respostas dadas aos interessados; outras, entre ellas, as attinentes ao imposto das rendas e fitas de produção nacional e a authentication dos livros da escripta geral dos estabelecimentos industriaes, estão sendo convenientemente estudadas e sobre ellas o Governo se manifestará oportunamente.

Entre as medidas tomadas pelo regulamento em vigor, figura a inspecção permanente da arrecadação e fiscalização nos Estados, e na circumscripção do Districto Federal e municipio de Nictheroy. Aquella está sendo exercida por agentes fiscaes do imposto de consumo e esta por empregados de Fazenda, dos que se têm manifestado mais conhecedores desse ramo do serviço publico.

O resultado de taes inspecções já se vae fazendo sentir em beneficio das rendas publicas.

Cresceu de intensidade a fiscalização nos varios aparelhos arrecadadores; as contas foram tomadas com mais apuro; irregularidades passadas foram verificadas ou estão sendo apuradas, com a presteza

possível no cumprimento das formalidades processuais e o dever de permittir a defesa aos accusados.

Dos algarismos constantes deste trabalho se verifica que continúa a depressão nas receitas aduaneiras. Ora arrecadamos, em 53% da renda total, o producto das alfandegas, e este está reduzido a menos da metade do que era normalmente.

Esses phenomenos, consoante os conselhos de uma sã politica orçamentaria, indicavam a necessidade imperiosa da elaboração de um orçamento verdadeiro, em que todos os gastos e todas as receitas figurassem devidamente computados. Foi o que procurou realizar a lei vigente.

Salvo em um ou outro ponto, susceptível de reparo, e que serão corrigidos em tempo opportuno, a despesa votada é a que se deverá effectuar, exceptuados os capitulos em que nenhuma previsão segura podia existir em consequencia da continua alteração dos preços decorrentes da guerra e da crise de transporte: assim se dá quanto a combustiveis, oleos, peças de machinas, etc.

Assim tambem só agora começam a pesar os onus da liquidação do acervo de compromissos que o Governo teve de saldar, avolumando os gastos do Ministerio da Fazenda.

Com essas observações preliminares, é justo affirmar que a lei actual vale por uma nova economia sobre a anterior.

Comparando o orçamento da despesa para 1915 com o que foi votado para 1916, nota-se o seguinte:

A despesa para 1915 importou em, ouro, 70.999:230\$886 e, papel, 380.035:444\$571.

A fixada para 1916 importou em ouro 84.365:086\$786 e, papel, 409.850:762\$188.

Do confronto entre algumas verbas apura-se a existencia de diferenças para mais e para menos, tanto na especie ouro, como na especie papel.

As diferenças para mais, ouro, provêm de:

No Ministerio da Justiça, augmento da sub-signação — Material — da verba para a Escola Nacional de Bellas Artes, para pensões a alumnos e artistas premiados;

No Ministerio do Exterior, criação de mais alguns logares de consules, bem como reforço de algumas verbas, julgadas insufficientes, e que exigiram supplementação;

No Ministerio da Guerra, votação da verba para commissão de officiaes do Exercito em paiz estrangeiro;

No Ministerio da Fazenda provém o augmento de ter sido incluída a despesa com o pagamento de juros dos emprestimos externos para as obras dos portos do Rio de Janeiro e Pernambuco, despesa essa que era classificada na applicação da renda especial; com a importancia destinada ao pagamento de juros dos titulos, ouro, emitidos para liquidação do « deficit » em exercicios anteriores a 1915 e, finalmente, com a dotação de 2.666:666\$666 para pagamento de impostos e outras despesas devidas no estrangeiro sobre a emissão dos titulos do « Funding-loan » de 1914, devendo accrescentar-se tambem a despesa com a cunhagem na Casa da Moeda, para o que se consignaram 500:000\$000.

Desappareceu, portanto, a applicação da renda especial, classificada no Ministerio da Fazenda, na importancia, ouro, de 16.114:631\$112.

As diferenças para mais, papel, provêm de:

No Ministerio da Justiça, augmento nas verbas: Secretaria do Senado, Secretaria da Camara, Policia do Districto Fedéral, Corpo de Bombeiros e votação da verba — Subvenções — na importancia de 723:000\$000;

No Ministerio da Guerra, augmento de 332:788\$191, attendendo-se a que o anno de 1916 é bissexto, e dali calcular-se a despesa com diarias e etapas á razão de 366 dias;

No Ministerio da Viação, foram feitas estimativas mais exactas e incluíram-se serviços anteriormente custeados por creditos especiaes, votando-se em consequencia as verbas necessarias para combustivel na Estrada de Ferro Central do Brasil, para despesa com o custeio da Estrada de Ferro Itapura a Corumbá e Rede de Viação Cearense, e para augmento do numero de dias no calculo dos empregados diaristas das repartições dos Correios e Telegraphos;

No Ministerio da Agricultura, houve necessidade de reforço de varias verbas insufficientes para os serviços de agricultura pratica nos Estados;

No Ministerio da Fazenda, augmento da verba para pagamento de juros do emprestimo interno para o porto do Rio de Janeiro, de juros de titulos emitidos, creditos supplementares e a criação de duas outras, destinadas a pagamento de domingos e dias feriados aos operarios da União e para pagamento de addidos de todos os ministerios.

Em resumo, caracteriza-se o orçamento pela inclusão da quasi totalidade dos serviços precedentemente pagos mediante creditos especiaes, pela concessão de verbas sufficientes para que os ministerios

possam viver no regimen dos duodecimos mensaes e pelos augmentos decorrentes da liquidação de compromissos anteriores.

A 31 de dezembro de 1915 a divida externa da União elevava-se ao total de £ 108.629.438-2-0 assim discriminada:

Empréstimos:

De 1883	2.713.100- 0-0
» 1888	4.173.100- 0-0
» 1889	17.468.300- 0-0
» 1895	6.925.900- 0-0
» 1898 (« Funding »)	8.368.600- 0-0
» 1901 (« Rescission »)	12.935.480- 0-0
» 1903 (Obras do Porto do Rio de Janeiro)	7.698.100- 0-0
» 1906 (Lloyd)	210.500- 0-0
» 1908	1.839.400- 0-0
» 1908-1909 (Estrada do Ferro Itapura a Corumbá)	3.951.400- 0-0
» 1909 (Obras do Porto do Recife)	1.600.000- 0-0
» 1910	9.767.500- 0-0
» 1910 (Estrada do Ferro de Goyaz)	3.938.580- 0-0
» 1910 (Lloyd)	1.000.000- 0-0
» 1911 (Obras do Porto do Rio de Janeiro)	4.042.900- 0-0
» 1911 (Viação Bahiana)	2.400.000- 0-0
» 1911 (Viação Cearense)	2.400.000- 0-0
» 1913	11.000.000- 0-0
» 1914 (« Funding »)	6.196.578- 2-0
	<u>108.629.438- 2-0</u>

A 31 de dezembro de 1914 o total da divida externa importava em 104.481.728-14-0
 tendo augmentado em 1915 do 4.147.709- 8-0

a saber:

Emissão de títulos do « Funding » de 1914:

Para pagamento de juros dos seguintes empréstimos:

De 1883	122.089-10-0
» 1888	187.789-10-0
» 1889	698.732- 0-0
» 1895	340.295- 0-0
» 1901 (« Rescission »)	517.419- 4-0
» 1906 (Lloyd)	40.525- 0-0
» 1908	91.970- 0-0
» 1908-1909 (Estrada do Ferro Itapura a Corumbá)	197.570- 0-0
» 1909 (Obras do Porto do Recife)	40.000- 0-0
» 1910	390.700- 0-0
» 1910 (Estrada do Ferro de Goyaz)	157.543- 4-0
» 1910 (Lloyd)	40.000- 0-0
» 1911 (Obras do Porto do Rio de Janeiro)	161.716- 0-0
» 1911 (Viação Bahiana)	96.000- 0-0
» 1911 (Viação Cearense)	96.000- 0-0
» 1913 (« Funding »)	550.000- 0-0
	<u>3.704.349- 8-0</u>

Para pagamento de garantia de juros 500.000
4.204.349- 8-0

Abatendo-se a importancia do resgate, em 1915, de títulos do empréstimo de 1893 (« Funding ») 56.640- 0-0
4.147.709- 8-0

De conformidade com o contracto de 19 de outubro de 1914, foram emitidos, até 31 de dezembro de

1915, títulos do « Funding » no valor de £ 6.196.578-2-0 para os seguintes pagamentos:

Juros dos empréstimos:

De 1883	183.134- 5-0
» 1888	281.684- 5-0
» 1889	1.018.098- 0-0
» 1895	519.442-10-0
» 1901 (« Rescission »)	776.128-16-0
» 1906 (Lloyd)	15.787-10-0
» 1908	137.955- 0-0
» 1909 (Obras do Porto do Recife)	80.000- 0-0
» 1910	586.050- 0-0
» 1910 (Lloyd)	60.000- 0-0
» 1910 (Estrada do Ferro de Goyaz)	536.314-16-0
» 1911 (Obras do Porto do Rio de Janeiro)	244.928- 0-0
» 1911 (Rêdo de Viação Cearense)	144.000- 0-0
» 1911 (Rêdo de Viação Bahiana)	144.000- 0-0
» 1913	825.000- 0-0
» 1908-1909 (Estrada do Ferro Itapura a Corumbá)	296.355- 0-0
	<u>5.578.878- 2-0</u>

Pagamento de garantia de juros:

A Estrada do Ferro Noroeste do Brasil	86.815-13- 1
» » » » de S. Paulo ao Rio Grande	413.181- 6-11
Resgate de títulos sorteados do empréstimo de 1911	117.700- 0- 0
	<u>6.196.578- 2- 0</u>

De janeiro a março deste anno foram ainda emitidos títulos do « Funding » no valor de 1.311.650- 7- 0

A saber:

Para pagamento dos juros de empréstimos:

De 1895	173.147-10-0
» 1909 (Obras do Porto do Recife)	40.000- 0- 0
» 1910	195.350- 0- 0
» 1888	98.894-15- 0
» 1889	340.366- 0- 0
» 1913	275.000- 0- 0
» 1906 (Lloyd)	5.262-10- 0
» 1910 (Lloyd)	20.000- 0- 0
» 1910	78.771-12- 0
» 1911	80.858- 0- 0
	<u>1.311.650- 7- 0</u>

O total da divida externa a 31 de março ultimo importava em 109.941.088- 9- 0
 sendo:

Divida até 31 de dezembro ultimo	108.629.438- 2- 0
» de janeiro a março deste anno	1.311.650- 7- 0
	<u>109.941.088- 9- 0</u>

A 31 de dezembro de 1915 a divida interna da União elevava-se a 781.904.300\$, assim discriminada:

Apólices geraes de 5%	515.026.000\$000
» » » » 4%	119.600\$000
	<u>515.145.600\$000</u>

Empréstimo interno para as Obras do Porto do Rio de Janeiro:

Decreto n. 4.865, de 16 de junho de 1903. 17.300:000\$000

Emissão de apolices para a construção e aquisição das Estradas do Ferro:

Decreto n. 7.314, de 4 de fevereiro de 1900 20.000:000\$300

Decreto n. 7.872, de 23 de fevereiro de 1910 6.000:000\$000

Decreto n. 8.027, de 26 de maio de 1910 2.032:000\$000

Decreto n. 8.038, de 16 de julho de 1910 1.932:000\$300

Decreto n. 8.154, de 18 de agosto de 1910 19.930:000\$000

Decreto n. 8.286, de 6 de outubro de 1910 1.161:000\$000

Decreto n. 8.633, de 29 de março de 1911 20.930:000\$300

Decreto n. 9.345, de 24 de janeiro de 1912 49.938:000\$300

Decreto n. 9.935, de 18 de dezembro de 1912 50:000\$000

Decreto n. 10.135, de 25 de março de 1913 49.930:000\$300

Decreto n. 11.038, de 26 de agosto de 1914 20.000:000\$000

Decreto n. 11.642, de 23 de julho de 1915 13.938:000\$000 215.157:000\$000

Emissão de apolices para as Obras da Baixada do Rio de Janeiro:

Decreto n. 9.438, de 22 de novembro de 1911 4.937:000\$300

Decreto n. 10.282, de 18 de junho de 1913 4.937:000\$300

Decreto n. 11.431, de 21 de julho de 1915 2.231:000\$000 12.235:000\$000

Emissão de apolices para pagamento de reclamações bolivianas:

Decreto n. 7.736, de 16 de dezembro de 1909 1.621:000\$000

Emissão de apolices para o pagamento de despesas do Lloyd Brasileiro:

Decreto n. 10.397, de 13 de agosto de 1913 554:000\$000

Emissão de apolices para pagamento de despesas dos diversos ministerios:

Decreto n. 9.528, de 24 de abril de 1912 17.742:000\$000

Emissão de apolices para pagamento de sentenças judiciais:

Decreto n. 11.516, de 4 de março de 1915 597:000\$000

Emissão de apolices para o pagamento de compromissos do Thesouro anteriores a 1915:

Decretos ns. 11.694 e 11.699, de 23 de agosto e 15 de setembro de 1915. 1.499:700\$000

Comparados os totaes da divida interna a 31 de dezembro

de 1914. 758.672:000\$000

e a 31 de dezembro de 1915 781.991:000\$000

verifica-se a diferença de 23.231:700\$000

Para mais em 1915, que provém das seguintes emissões:

Para pagamento de sentenças judiciais 597:000\$000

» construção de estradas do ferro 18.174:000\$000

» as obras do saneamento da baixada do Estado do Rio de Janeiro. 2.378:000\$000

» pagamento de despesas do Lloyd 554:000\$000

» " " compromissos do Thesouro anteriores a 1915 1.499:700\$000

» pagamento de reclamações bolivianas 29:000\$000

23.231:700\$000

De janeiro a março deste anno foram emitidas apolices no valor de 26.820:800\$, sendo:

Para pagamento de construção de estradas de ferro. 1.661:000\$000

» " " obras de saneamento da baixada do Estado do Rio de Janeiro 135:000\$000

» pagamento de sentenças judiciais 81:000\$000

» " " compromissos do Thesouro anteriores a 1915 e consolidação da divida constituída em letras do Thesouro. 24.963:800\$000

» pagamento de despesas do Lloyd Brasileiro 37:000\$000

26.820:800\$000

Com essas emissões a divida interna elevou-se a 31 de março ultimo á quantia de 808.725:100\$, sendo:

Até 31 de dezembro de 1915 781.991:300\$000

De janeiro a março de 1916 26.820:800\$000

808.725:100\$000

Pelo decreto n. 11.642, de 21 de julho de 1915, foi o Governo autorizado a emittir mais 20.000.000\$ em apolices de 1:000\$, juros de 5%, para o pagamento de construção de estradas de ferro.

Por conta dessa emissão foram emittidas, até 31 de março findo, apolices no valor de 15.599:000\$000.

Pelos decretos ns. 11.694 e 11.699, de 23 de agosto e 15 de setembro de 1915, foi o Governo autorizado a emittir apolices de 5% de juro, para o pagamento de compromissos anteriores a 1915 e consolidação da divida em letras do Thesouro.

Foram emittidas, até 31 de março ultimo, apolices no valor de 26.403:500\$, por conta dessa autorização.

No quadro seguinte está incluída a historia do papel-moeda do Brasil, desde 1889 até 31 de março ultimo.

Movimento do papel-moeda em circulação de 30

DATA	EMISSIONES						
	DO GOVERNO	AUXILIO AOS BANCOS	TROCO DE BONUS	ENCAMPAÇÃO DOS BANCOS	TOTAL DA EMISSÃO	DO GOVERNO	"FUNDING LOAN"
30 de novembro de 1889	—	—	—	—	—	—	—
31 " dezembro " 1889	—	19.400:000\$000	—	—	19.400:600\$000	3.275:000\$000	—
31 " " " 1890	—	500:000\$000	—	—	500:000\$000	25.000:000\$000	—
31 " " " 1891	—	—	—	—	—	3.470:016\$500	—
31 " " " 1892	1:489\$000	49.956:000\$000	—	—	49.957:489\$000	—	—
31 " " " 1893	6.000:000\$000	70.000:000\$000	—	—	76.000:000\$000	5.329:783\$500	—
31 " " " 1894	77.000:000\$000	5.000:000\$000	—	—	82.000:000\$000	—	—
31 " " " 1895	—	—	—	—	—	30.000:000\$000	—
31 " " " 1896	—	—	35.000:000\$000	—	35.000:000\$000	2.600\$000	—
31 " " " 1897	—	—	44.979:600\$000	310.714:370\$000	385.693:970\$000	2.314:476\$000	—
31 " " " 1898	35.000:000\$000	—	18:600\$000	—	35.018:600\$000	9.950:427\$500	—
31 " " " 1899	—	—	—	—	—	1.130:000\$000	45.000:000\$000
31 " " " 1900	—	—	1:000\$000	—	1:000\$000	7.000:000\$000	27.000:000\$000
31 " " " 1901	—	—	600\$000	—	600\$000	—	19.000:000\$000
31 " " " 1902	—	—	200\$000	—	200\$000	3.000:000\$000	—
31 " " " 1903	—	—	—	—	—	—	—
31 " " " 1904	—	—	—	—	—	—	—
31 " " " 1905	—	—	—	—	—	3.000:000\$000	—
31 " " " 1906	—	—	—	—	—	4.000:000\$000	—
31 " " " 1907	—	—	—	—	—	18.000:000\$000	—
31 " " " 1908	—	—	—	—	—	2.000:000\$000	—
31 " " " 1909	—	—	—	—	—	200:000\$000	—
31 " " " 1910	—	—	—	—	—	—	—
31 " " " 1911	—	—	—	—	—	—	—
31 " " " 1912	—	—	—	—	—	—	—
31 " " " 1913	—	—	—	—	—	—	—
31 " " " 1914	136.000:000\$000	96.500:000\$000	—	—	232.500:000\$000	2.679:072\$000	—
31 " " " 1915	156.500:000\$000	3.500:000\$000	—	—	160.000:000\$000	—	—
Janeiro a março de 1916	33.500:000\$000	—	—	—	—	—	—
Somma	444.001:489\$000	244.656:000\$000	80.000:000\$000	340.714:370\$000	1.109.571:859\$000	120.351:375\$500	91.000:000\$000

de novembro de 1889 a 31 de março de 1916

RESGATES

IMPORTANCIA
EM CIRCULAÇÃO

EMPRESAS AOS BANCOS	JUROS DOS EMPRESTIMOS AOS BANCOS	DESCONTO DE NOTAS	MOEDA CAB- SIDÁRIA	NOTAS QUE PERDERAM O VALOR	TROCO DE BRONZE	TROCO DE NICKEL	TROCO DE PRATA	TOTAL DOS RESGATES	IMPORTANCIA EM CIRCULAÇÃO
—	—	—	—	—	—	—	—	—	179.364:995\$000
—	—	4:456\$000	15\$000	—	—	—	—	3.279:457\$000	195.485:538\$000
—	—	33:897\$800	127\$610	—	18:665\$500	—	367:874\$500	25.420:565\$500	170.564:972\$500
—	—	70:091\$320	193\$180	1.207:011\$000	31:825\$000	—	405:157\$000	5.184:294\$000	165.380:678\$500
—	—	50:008\$860	46\$140	—	55:933\$500	—	120:214\$500	226:203\$000	215.111:964\$500
—	—	9:275\$800	31\$200	—	17:123\$500	—	11:000\$000	5.367:214\$000	285.744:750\$500
—	—	2:533\$650	53\$350	368:545\$000	15:014\$000	—	—	386:098\$500	367.953:652\$000
—	—	93\$900	3\$100	—	7:002\$000	—	26\$000	30.007:125\$000	337.351:527\$000
—	—	—	—	699:903\$500	8:000\$000	—	—	710:503\$500	371.641:023\$500
—	—	—	—	—	61:911\$000	—	—	2.376:387\$000	751.958:606\$500
—	—	46:356\$000	—	—	15:000\$000	—	—	10.011:783\$500	779.965:423\$000
—	—	92:270\$300	—	—	16:000\$000	—	—	46.238:270\$000	733.727:153\$000
—	—	91:434\$000	—	—	2:000\$000	—	—	34.096:434\$000	699.631:719\$000
—	—	9:711\$000	—	157:550\$000	14:000\$000	—	—	19.181:261\$000	680.451:653\$000
—	—	23:805\$900	26\$500	—	97:741\$000	1.792:899\$600	—	4.914:474\$000	675.536:784\$000
—	—	33:962\$700	30\$600	—	1:500\$000	522:348\$700	—	557:842\$000	674.978:942\$000
—	—	121:686\$000	30\$100	—	17:000\$000	1.091:902\$000	8:415\$000	1.239:034\$000	673.739:908\$000
—	—	285:060\$350	95\$900	190:165\$000	—	771:977\$700	—	4.247:299\$250	669.492:608\$750
—	—	218:528\$500	41\$350	—	17:479\$000	385:529\$500	78:070\$000	4.699:648\$250	661.792:960\$500
—	—	189:701\$050	36\$450	—	3:706\$000	1.006:456\$500	2.061:333\$500	21.261:233\$500	643.531:727\$000
—	—	35:160\$540	104\$850	1.973:615\$000	20:203\$700	774:764\$500	4.045:026\$410	8.848:875\$000	634.682:852\$000
—	—	36:064\$590	6\$500	402:200\$000	18:575\$040	1.213:394\$700	4.659:879\$170	6.230:120\$000	628.452:732\$000
—	—	5:843\$205	—	—	18:142\$775	739:558\$500	6.683:932\$020	7.447:476\$500	621.005:255\$500
—	—	—	2\$500	2.721:308\$000	7:749\$000	958:993\$000	4.797:577\$000	8.485:629\$500	612.519:626\$000
—	—	—	—	—	12:728\$000	1.395:024\$000	4.086:349\$000	5.494:101\$000	607.025:525\$000
—	—	—	—	—	4:006\$000	1.259:963\$000	4.273:252\$500	5.537:224\$500	601.488:303\$500
7.396:518\$	36:931\$000	—	—	—	2:610\$000	626:625\$000	840:499\$000	11.492:285\$000	822.496:018\$500
—	—	—	35\$000	—	1:717\$000	261:465\$000	143:274\$000	406:491\$000	982.089:527\$500
—	—	—	7\$000	—	151\$000	10:800\$000	—	—	1.015.578:569\$500
7.396:518\$	36:931\$000	1.362:943\$755	894\$430	7.420:297\$500	485:783\$015	12.811:701\$700	32.581:879\$600	273.358:284\$500	

A exposição seguinte trata da aplicação dada às emissões feitas em virtude das leis ns. 2.863 e 2.986, de 4 e 29 de agosto de 1914 e 1915 e das medidas financeiras que ellas contêm.

Lei n. 2.863:

Emissão autorizada.	250.000:000\$000
Importancia emitida para liquidação de compromissos do Thesouro Nacional	150.000:000\$000
Importancia de papel-moeda incinerado por conta desta emissão.	10.022:551\$000
Importancia a amortizar	139.977:449\$000

As incinerações de papel-moeda foram suspensas em virtude do decreto n. 2.895, de 15 de dezembro de 1914.

Importancia emitida para empréstimos a bancos	100.000:000\$000
Amortizações realizadas pelos bancos, até 31 de março de 1916.	85.901:801\$073
Saldo a debito dos bancos, na mesma data	14.098:198\$927

Este debito acha-se garantido com a caução de effeitos commerciaes, no valor nominal de réis 27.193:691\$998.

Os juros pagos pelos bancos, até 31 de março, elevavam-se a 3.961:837\$954.

Lei n. 2.896:

A lei n. 2.986, de 28 de agosto de 1915, autorizou o Poder Executivo a emitir papel-moeda até o maximo de	350.000:000\$000
O decreto n. 11.693, de 28 de agosto de 1915, autorizou a emissão parcial de	150.000:000\$000
O decreto n. 11.897, de 18 de janeiro de 1916, autorizou, para auxilios á lavoura, á industria e ao commercio, a emissão de	11.000:000\$000
O decreto n. 11.983, de 10 de março de 1916, autorizou a emissão parcial de	40.000:000\$000
deixando o saldo de	201.000:000\$000
	149.000:000\$000

Emissão realizada:

Para auxilios á lavoura, á industria e ao commercio	11.000:000\$000
Para os outros fins da lei n. 2.986	165.000:000\$000
havendo um saldo a emitir de	25.000:000\$000
Emissão autorizada	201.000:000\$000

Para ulterior resgate do papel-moeda emitido foram depositadas na Caixa de Amortização cautelas de apolices representativas de 165.000 apolices de 1.000\$, o que dá a somma de 165.000:000\$000.

A emissão de 165.000:000\$ de papel-moeda foi applicada da seguinte fórma:

Liquidação de compromissos.	9.413:817\$957
Pagamento de fracções de capital e de juros de letras.	85:593\$926
Empréstimos ao Banco do Brasil.	30.000:000\$000
Depositado no Banco do Brasil para supprimentos a delegacias fiscaes	36.500:000\$000
Importancia recebida pela Thesouraria Geral do Thesouro para supprir a deficiencia da receita	89.000:588\$117
	165.000:000\$000

Liquidação de compromissos:

Foi paga, até 31 de março, a importancia total do : . .	18.745:712\$957
---	-----------------

Sendo:

em apolices, ao preço de 85 %, do valor nominal de 10.978:700\$, ou o liquido de.	9.331:895\$000
em moeda corrente	9.413:817\$957
	18.745:712\$957

Resgate de letras no Thesouro:

Foram resgatadas, mediante substituição por apolices, letras no valor nominal de	12.733:400\$000
sommando-se-lhe os respectivos juros, na importancia de	474:313\$926
teremos o total de	13.212:713\$926

que foi pago em apolices ao preço de 85 %, do valor nominal de 14.893:200\$, que, deduzindo o premio de 15%, dá a importancia liquida de	12.659:220\$000
em apolices ao par	467:900\$000
em moeda corrente.	85:593\$926
	13.212:713\$926

Premios de apolices:

Importaram em.	3.880:785\$000
------------------------	----------------

Assim demonstrados:

15 % de 10.978:700\$ de apolices para liquidação de compromissos	1.646:805\$000
15 % de 14.893:200\$ de apolices para resgate de letras	2.233:980\$000
	3.880:785\$000

Continúa suspenso, nos termos da lei, o troco por moeda-ouro das notas da Caixa de Conversão.

O saldo actual dos bilhetes conversiveis em circulação é de 94.559:930\$000.

Vae em seguida o quadro da média mensal

das cotações officiaes do cambio, a 90^d/_v, sobre Londres, de janeiro de 1915 a março de 1916.

1915	
Janeiro	13 7/8
Fevereiro	12 3/4
Março	13 1/61
Abril	12 43/61
Maio	12 9/32
Junho	12 27/61
Julho	12 53/61
Agosto	12 5/16
Setembro	12 3/32
Outubro	12 1/4
Novembro	12 1/4
Dezembro	12 3/32
1916	
Janeiro	11 9/16
Fevereiro	11 43/61
Março	11 47/61

Continúa o Banco do Brasil sob a presidencia do Dr. Homero Baptista, cujos valiosos esforços julgo inutil encarecer, por serem a natural continuação de uma longa vida toda dedicada ao serviço publico.

Na leitura attenta do relatorio que, sobre as operações desse estabelecimento, no anno de 1915, foi minuciosamente elaborado pelo seu presidente, adquire-se a certeza do empenho com que a directoria procura consolidar gradualmente as verbas do activo deste instituto de credito, bem como dos relevantes serviços pelo mesmo prestados ao commercio, á industria e ao Governo, o que foi feito com grande esforço, attendendo-se aos exiguos recursos de que dispunha, num momento em que a crise economico-financeira ainda se mantinha intensa, como acontecia no anno proximo passado.

Procurando attender de algum modo a essa situação precaria do Banco, o Congresso Nacional incluiu no decreto n. 2.986, de 28 de agosto desse mesmo anno, autorização ao Governo para o fim de auxiliar este estabelecimento de credito.

Em virtude dessa autorização foi firmado o contracto de um emprestimo de 50.000:000\$, concedido pelo Thesouro Nacional ao Banco, a juros de 3% ao anno, de accôrdo com o decreto citado, o qual, por circumstancias varias, só pôde tornar-se effectivo no dia 11 de novembro do referido anno. Desse emprestimo já o Banco se utilizou da quantia de 30.000:000\$, sendo em 1915, 25.000:000\$ e neste anno, 5.000:000\$000.

Ligado como está o Thesouro Nacional ao Banco, do qual é o Governo Federal accionista de metade do capital e maior credor, tem este grande

interesse em vel-o prestigiado e occupando o logar que lhe compete como primeiro instituto de credito nacional e, nesse sentido, têm sido dadas as minhas instrucções, as quaes folgo em affirmar que têm sido cumpridas sem discrepancia.

Assim é que, no exercicio de 1915, foram realizadas por intermedio do Banco todas as remessas que o Governo teve necessidade de fazer aos seus banqueiros na Europa para o serviço da Divida Externa e outros compromissos, as quaes avultaram na importante cifra de £ 5.186.578-0-0, serviço esse executado pela matriz e suas agencias.

Coube tambem ao Banco servir de intermediario em operações de credito que teve o Governo necessidade de fazer, assumindo em algumas a responsabilidade directa. Estas operações, todas de prazo curto, foram liquidadas dentro do exercicio.

Resgatou o Banco, no exercicio de 1915, a importante somma de 147.455:000\$140 (£ 9.220.997), valor de certificados-ouro anteriormente emittidos por conta do Thesouro Nacional para pagamento do imposto em ouro nas alfandegas da União, da qual, deduzindo-se o valor da emissão nesse mesmo periodo, £ 5.118.388, se verifica que houve por parte do Banco uma amortização de sua responsabilidade, nessa conta, de £ 4.102.609 ou sejam 82.000:000\$000

Todos estes serviços, que seriam relevantes em qualquer occasião, se tornam dignos de maior nota, attendendo-se ao momento em que foram executados, pelas difficuldades que assoberbavam o Banco, assim como pelo auxilio prestado ao Thesouro numa situação em que o numerario era francamente escasso.

Serviço que reputo tambem de alta importancia e que está de accôrdo com os intuitos do Governo e do Congresso Nacional é o que o Banco tem procurado realizar, e deliberadamente o está fazendo, com a criação de agencias nos Estados da Republica, pois dellas depende a melhora do intercambio estadual, bem como das transferencias de fundos e da movimentação do nosso meio circulante, dando margem á utilização mais ampla dos cheques bancarios.

Destas agencias já estão funcionando dez, devendo, dentro de prazo que não será muito remoto, ser creadas outras tantas.

Assim conjugados os interesses publicos e os do Banco, auxiliados por um regimen severo de reconstituição de parte a parte, julgo que dentro em pouco terá o nosso primeiro instituto de credito entrado em uma situação de franca prosperidade.

Noticias detalhadas sobre o Lloyd Brasileiro constarão do Relatorio do Ministerio da Fazenda.

Por emquanto, basta salientar que foi este o

elemento regulador nos transportes ao longo do nosso littoral e no serviço internacional para o Prata e para a America do Norte.

Novos desenvolvimentos estão sendo estudados.

Do ponto de vista financeiro a renda dos seus serviços está resumida na seguinte exposição:

Exploração da Navegação			
CREDITO			
Paquetes:			
Receita de vapores	36.350:212\$617		
Menos:			
Custeio de vapores	20.832:617\$389		
Serviço de desinfecção	4:271\$151		
Telegrapho sem fio	167:122\$850		
Serviço de estiva	88:766\$372		
Bonificações	63:835\$176		
Afretamento	2.327:217\$329	23.493:412\$291	6.866:300\$354
Pequenas embarcações:			
Receita	796:452\$610		
Menos:			
Custeio	702:186\$469	94:266\$141	
Barca d'agua, c/ exploração		5:082\$522	6:968:149\$017
Diques e officinas:			
Diques, c/ de exploração		1.088:822\$030	
Receita de officinas	2.284:856\$064		
Menos:			
Custeio de officinas	2.198:314\$141	86:541\$023	1.175:363\$053
Diversas:			
Alugueis		3:371\$360	
Multas		5:915\$010	
Diferenças de cambio		10:145\$230	
Juros de titulos diversos		1:302\$560	
Diferenças em carvão		120:808\$718	150:512\$178
Total			8.292:055\$448
DEBITO			
Despesas geraes, inclusive vencimento do pessoal	1.138:314\$071		
Juros, descontos e commissões	6.870\$770		
Material encostado	163:231\$267		
Inspectoria de Machinas	5:571\$259		
Administração	39:834\$000		
Material desarmado	30:115\$268		
Custeio de agencias	719:433\$056		
Faltas e avarias	26:190\$410		
Seguros diversos	27:069\$300		
Fundos de seguros em New-York	18:871\$120		
Custas judiciais	2:272\$756		
Eventuais	269:568\$104		
Descontos em titulos do Governo	189:956\$180	2.637:239\$355	

Exploração do tráfego:			
Custeio	991:851\$728		
Receita	569:082\$630	425:769\$098	3.063:058\$153
Menos:			5.228:996\$905
Naufragio do « Orion »			880:000\$000
Mais:			4.348:996\$905
Subvenção			4.393:782\$913
Saldo demonstrado			8.742:779\$938

De accôrdo com o que ficou resolvido na Conferencia Financeira Pan-Americana de Washington, reuniu-se no Rio de Janeiro a secção brasileira da Alta Commissão Internacional de uniformização de leis sobre intercambio, commercio e arbitramento internacional.

Dessa Commissão fizeram parte os Srs. Ministro da Fazenda, presidente, Dr. Amaro Cavalcanti, vice-presidente e Drs. Homero Baptista, Inglez de Souza, Rodrigo Octavio, J. F. de Paula e Silva, J. C. Rodrigues, Alberto de Faria e J. P. Wileman, membros, e Raoul Dunlop, secretario.

Depois de estudado o assumpto, a Commissão apresentou o seu relatorio, com indicações sobre:

A instituição de um padrão monetario — ouro; Letras de Cambio, Papeis Commerciaes e Conhecimentos de Caixa; Uniformidade da classificação das mercadorias e dos regulamentos aduaneiros; Uniformidade das Leis sobre caixeiros-viajantes; Instrumentos officiaes e commerciaes utilizados para a arrecadação e fiscalização das rendas aduaneiras; Marcas de fabrica; Patentes de invenção e Direitos autoraes; Arbitramento na solução de contendas commerciaes.

Mais tarde, a Delegação Brasileira, presidida pelo Sr. Ministro da Fazenda, e constituída pelos Srs. Drs. Inglez de Souza, Custodio de A. Magalhães, Paula e Silva e o Sr. Raoul Dunlop, como secretario geral, partiu para Buenos-Aires, afim de tomar parte no Congresso Financeiro Pan-Americano. Opportunamente, serão publicadas as actas dos trabalhos da Conferencia.

A Commissão Brasileira recebeu as mais captivantes demonstrações de gentileza, não só dos Governos Argentino e Uruguayo, como tambem das Delegações de todos os paizes americanos que alli se fizeram representar, attensões que folgo em agradecer neste momento.

É excusado salientar a importancia politica e financeira dessa reunião, que, de futuro, trará ac-

Brasil e ao nosso Continente resultados muito apreciáveis.

Dos algarismos orçamentarios, entretanto, decorre a convicção da necessidade urgente da criação de novos recursos.

No actual periodo de alta de combustiveis, de lubrificantes, de machinas, etc., ha uma proporcionalidade a firmar com os fretes cobrados, sob pena de pagar, por impostos accrescidos, todo o Brasil, a economia artificial que beneficiaria a zonas limitadas do nosso Paiz.

Generos ha de grande commercio e que produzem lucros avultados, que não contribuem para a despesa publica. Não é justa semelhante isenção quando todos os brasileiros têm de contribuir para vencer as difficuldades da hora presente.

Reduções indefensaveis foram feitas em certos tributos, como os dos cigarros, e conviria com urgencia reparar esse inconveniente.

Dessa revisão resultará podermos cumprir as estipulações orçamentarias dentro dos recursos do Paiz, sem lançar mão de operação de credito.

É bem de ver que essa conclusão se não refere aos pagamentos effectuados em titulos do «Funding». Para estes, a situação depende da terminação da guerra europea.

Pelos quadros publicados no ultimo «Relatorio» do Ministerio da Fazenda se verifica que a média arrecadada nas alfandegas, de impostos de importação, no quadriennio anterior á guerra, e reduzido o ouro a papel, se eleva a cerca de réis 325.000:000\$000. Em 1914, a arrecadação foi de 181.676:000\$, seja um «deficit» de 143.325:000\$, e, em 1915, foi apenas de 157.000:000\$ ou sejam réis 168.000:000\$ abaixo da citada média. Sómente ahi, e admittindo o cambio de 12 «pence», são quasi

oito e meio milhões de libras esterlinas, isto é, mais do que o necessario para reassumirmos os encargos em especie, suspensos pelo contracto do «Funding».

Essa conclusão é verdadeira, ainda mesmo levando em conta o phenomeno previsivel de que, após o restabelecimento de relações commerciaes desimpedidas, não será logo attingido o nivel anterior ás hostilidades.

Mas é necessário considerar a hypothese contraria: a prolongação das hostilidades além do prazo no qual vigora nosso accôrdo externo.

Quer em um caso, quer em outro, uma unica politica: intensificar as normas actuaes de restricção de despesas, de revisão reductora de compromissos, de eliminação de todos os gastos addiaveis, de fomento a nossas fontes de receita, de criação de tributos sobre riqueza ainda isenta de encargos, de distribuição equitativa destes ultimos, e de abstenção de novos empreendimentos onerosos.

Essa politica deve ser seguida sem sentimentalismo e com a virilidade que o momento historico reclama imperiosamente, e que o Brasil está nas condições de poder exigir de seus filhos.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

São estas as informações que ora me cabe apresentar-vos. Outras e mais detalhadas constarão dos relatorios dos Srs. Ministros.

Congratulando-me comvosco pela vossa reunião, podeis estar certos de que continuareis a contar com a minha mais dedicada cooperação para o completo desempenho de vossas elevadas funcções.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1916.

WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES,

PRESIDENTE DA REPUBLICA.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Guerra

Exp. diente de 26 de abril de 1916

Ao Supremo Tribunal Militar enviando, para os devidos fins, cópia dos decretos de 19 do corrente, pronovento e reformando d'vários officiaes.

— Ao Sr. commandante da 6ª região militar de larando, em solução ao seu officio em que faz ponderações relativamente á execução do aviso do 24 do mez undo, mandando transformar em regional a enformaria militar de Florianopolis, que essa referencia é por enquanto conservada no caracter em que se acha, dando-se a necessaria verba para seu custeio no orçamento vigente.

— Ao Sr. commandante da Escola Militar, mandando receber no Gabinete do ministro

da Guerra uma estação radiotelegraphica, systema Rouzet, typo A. R. 13, ultimamente adquirida para instrução dos officiaes da mesma escola.

— Ao Sr. chefe do Departamento do Pessoal da Guerra:

Declarando:

Que passa a servir no 3º batalhão de artilharia o 1º tenente do 8º regimento Carlos de Oliveira Duro;

Que são postos á disposição do commandante da 1ª região o 1º tenente Eduardo Sá de Siqueira Montes e o 2º tenente Angelo Augusto Neta, para auxiliarem o serviço de engenharia da mesma região.

Nomeação o major pharmaceutico Alfredo Dias Ribeiro ajudante do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.

Transferido, na arma de artilharia, os 1º tenentes Manoel Severiano Ferreira Marques do 5º regimento para o 6º e Honorato Augusto Duquet Leitão do 6º para o 5º; e os 2º tenentes Eduardo Jara e do 1º regimento para o 6º e Carlos de Andrade Neves do 6º para o 1º.

Ministerio da Guerra — V. 537 — Rio de Janeiro, 26 de abril de 1916.

Sr. chefe do Departamento do Pessoal da Guerra. O capitão ajudante do 1º regimento de infantaria João Manoel de Souza Castro consulta si seria conveniente:

1º, usarem as praças no capote actual as divisas de panno preto, como se faz no fardamento kiki;

2º, ser ao bonet actual tambem adaptada a capa mescla;

3º, ser o distinctivo da arma bronzado e determinadas suas dimensões e bem assim lisos os botões que prendem a fular para as praças, por ser mais economico.

4º, ser para o terceiro uniforme das praças, inclusive os sargentos ajudantes, adaptada ao bonet mais uma capa, que poderá ser de côr igual á da tunica, conforme a arma;

5º, usar os sargentos ajudantes no bonet o emblema da Republica, como os officiaes.

Em solução a essa consulta, sobre a qual interpoz parecer o Director de Administração

da Guerra, em officio n. 151, de 19 do corrente, de-laro-vos, para a publicação em boletim do Exército, qu :

devem ser usados no capote actual de panno kaki as divias de panno preto semelhantes ás adoptadas para lardamento da quolla c' e a quo se refere a tabella n. 1 em vigor ;

tern- e desnecessario mandar adaptar a cara mescla ao boret do novo modelo ;

devem ser prezados os distinctivos da arma usados pelas raças de pret nos bonets do modelo ultimamente adoptado. bem como os botões que prendem as respectivas jugulares, tendo estes distinctivos e botões as mesmas dimensões e caracteristicas e nstantes das especificações do plano de uniformes que baixou com o decreto n. 7.201, de 23 de novembro de 1908, que revogou nesta parte o dispositivo do appovado pelo do n. 1.729 A, de 11 de junho de 1894 ;

deve ser adoptado o actual kopi do 2º uniforme para o 3º das praças, sargentos ajudantes inclusive, uma vez que foi tomada essa deliberacão em relação aos officiaes ;

os sargentos ajudantes devem usar tambem o emblema da sua arma no bonet de que se trata tal qual as demais praças de pret, attendendo a que o decreto n. 11.399 de 19 de janeiro ultimo em sua alinea g attribue o uso do emblema da Republica privativamente aos officiaes.

Saude e fraternidade.—José Caetano de Faria.

Requerimentos despatchados

Francisco Ferreira Soares, pedindo certidão.—Certifique-se na forma da lei.

Arthur Pinto de Almeida e Jacktho Rames, cabo de e quadra, pedindo asyamento.—Não podem ser attendidos, visto não satisfizerem as exigencias das instrucções de 21 de abril de 1887.

Antonio Henrique Cardim, capitão, e Eurico do Carvalho Silva, pedindo entrega de documentos.—Entreguem-se, mediante recbo.

Manoel José de Sant'Anna, cabo de e quadra.—Não pôde ser attendido, em vista da informação da Escola Militar.

Archimínio Pinto Armando, major, pedindo transacção da matricula de seu filho Ardeyrio.—Não pôde ser attendido nos termos em que pede.

Carlos Luiz de Lima Bastos, 1º tenente, pedindo contagem do tempo pelo dobro.—Não ha disposição da lei que autorize, e mesmo pela informação da G. 3 o requerente não estava em serviço de campanha.

Aureliano Simões de Oliveira, pedindo pagamento.—Passe-se titulo.

José Laurencio dos Santos, pedindo ficar sem effeito sua exclusão do Exército.—Indefido.

Cyrol de Andrade, 2º tenente, pedindo rectificação de idade.—Não pôde ser attendido, em vista dos documentos existentes.

Belmiro Antonio da Silva, pedindo equiparação de diaria.—Não pôde ser attendido em vista das disposições orçamentarias.

Antonio Alves de Magalhães, alumno, pedindo frequentar aulas.—Não pôde ser attendido.

Jóo Baptista da Silva Pereira, pedindo relevação de pagamento.—Não pôde ser attendido.

Amancio José dos Santos, 1º tenente, pedindo alteração no Almanak Militar.—Não pôde ser attendido, de accordo com o final do despacho de 29 de maio, publicado no Boletim do Exército n. 434, de 25 de junho, tudo do 1915.

Luiz de Argollo Meade, 1º tenente medico, pedindo contagem do tempo.—Indefido, em vista da informação do Serviço de Saude da 8ª região.

Jesé Januario Garcia, asyado, pedindo ir a S. João d'El-Rey.—Como pede, correndo por conta propria as despesas de transporte.

Euclydes Antunes Maciel, 1º sargento e Francellino de Meilo, soldado, pedindo passagens.—Pro em o que allegam.

Gabirino Joaquim Diniz, alumno, pedindo matricula da 2ª aula de mecanica.—Não pôde ser attendido, por não haver di posição do lei que autoriza.

Hygino de Barros Lima, soldado, pedi do dispensa.—Requeira após o periodo de instrução.

Waldemar de Araujo Matta, 1º tenente da Armada, pedindo matricula de seu irmão Oswaldo como interao semi-contribuinte.—O regulamento em vigor não estabeleceu a classe de semi contribuinte.

Agou Cardoso Pereira, 3º sargento veterinario, pedindo exclusão do Exército.—Como pede.

Americo Corrêa da Moraes, sargento ajudante e Ernani Augusto Corrêa, 1º tenente, polin o rasparem o bigodes.—Como pedem, em vista dos attestados medicos.

João Peixoto de Vasconcellos Castro, 2º tenente, pedindo passag. n.—Concedo para cescosto dentro deste anno.

Horacio Pereira de Santiago, capitão pharmaceutico, pedindo rectificação de tempo de serviço.—Como pede, contando-se-lhe pelo dobro, para os effeitos da reforma, o periodo de 4 de abril a 30 de outubro de 1895, em que serviu nas forças em operação no Estado do Rio Grande do Sul.

Joaquim Victoriano da Cunha e Jonas Fernandes dos Santos, pedindo pagamentos.—Devidos, nos termos da informação.

Augusto Feliciano Pereira Pinto, capitão, pedindo differença de gratificação.—Não pôde ser attendido, visto se ter dado a accumulacão allegada, segundo informação do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Jorge Braga da Silva, capitão, pedindo as cidades do Rio e Nitheroy por menagem.—Concedo esta Capital.

Commissão de Promoções

ACTA DA 15ª SESSÃO SOB A PRESIDENCIA DO SR. GENERAL DE DIVISÃO BENTO MANOEL RIBEIRO CARNEIRO MONTEIRO

Aos quatorze dias do mez de abril de mil novecentos e dezesseis, presentes na sala da commissão no Departamento Central, o Sr. presidente da Commissão de Promoções do Exército, general de divisão Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro e os seguintes membros da commissão: Srs. general de divisão Gabino Besouro, generaes de brigada Luiz Barbedo, Celestino Alves Bastos e Fernando Setembrino de Carvalho e o coronel Alexandre Henriques Vieira Leal, secretario, foi aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior, feita mesma approvada sem discussão.

Tomado a commissão conhecimento das vagas existentes nos quadros dos officiaes de cavallaria e infantaria organizou a seguinte proposta de promoção a fim de submeter ao Sr. ministro.

Proposta n. 14

Cavallaria.—Com o fallecimento do capitão Antonio Lessa Pereira da Silva a 8, como mo publicou o boletim do D. G. de 10, e com a reforma do capitão Alfredo Pereira do Carvalho, por decreto de 12, tudo do corrente, abriam-se duas vagas deste posto que, por ter sido a ultima preenchida por antiguidade, como em, por estudos aos 1ºs tenentes Olympio Bandeira Teixeira e Augusto de Araujo Dóvil, aos quaes cabe classificacão no quadro suplementar e no 2º esquadrão do 5º regimento, respectivamente.

Das promoções resultam duas vagas do posto de 1º tenente que, por ter sido a ultima preenchida por antiguidade, competem, por estudos, aos 2ºs tenentes Cero Percito Ferreira e Lincoln da Rocha Marinho, transferidos da infantaria por decreto de 29 do cezembro do anno findo.

Infantaria.—Com o fallecimento do 2º tenente Alfredo Augusto Correia a 6, conforme publicou o boletim do D. G. de 10, tudo do corrente, abriu-se uma vaga deste posto que compete ao aspirante a offical Edgard do Oliveira.

Não mais havendo a tratar o Sr. presidente encerra a sessão, lavrando eu o coronel Alexandre Henriques Vieira Leal, es a acta que vae assignada p los Srs. generaes presentes.—General Bento Ribeiro, presidente.—General G. Besouro.—General Luiz Barbedo.—General Celestino Alves Bastos.—General Setembrino de Carvalho.

Co. fere.—Coronel Alexandre Leal.

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Contabilidade

PRIMEIRA SECÇÃO

Expediente de 13 de abril de 1916

Sr. ministro da Fazenda :

Dignei-vos ordenar as necessarias providencias a fim de que seja entregue pelo Thesouro Nacional, como adiantamento ao engenheiro José Cupertino Coelho Cintra, da Inspectoria Federal das Estradas, por conta do consignação.—Eventuales, da verba 11ª, art. 87 da vigenta lei orçamentaria, a quantia de 1:000\$, destinada a occorrer ás despesas com o reconhecimento do variantes para melhorar o traçado da Estrada de Ferro de Therezopolis, a effectuar-se no corrente anno (aviso n. 1.261).

Dignei-vos ordenar que, no Thesouro Nacional, seja paga a inclusa com a, no valor de 160:7.052\$, do Dr. Antonio Nogueira Penido, relativa a materias fornecidas em 1913, para a Estrada de Ferro Itapira a Corumbi.

A despesa deverá correr por conta do credito aberto pelo decreto n. 11.973, de 23 do fevereiro ultimo (aviso n. 1.261).

Dignei-vos ordenar que, no Thesouro Nacional, seja paga a Otto Raelier & Comp. a quantia de 80:512\$, do saldo do trabalhos executados até 31 de dezembro de 1914, na Estrada de Ferro Oeste de Minas, correndo a despesa por conta do credito aberto pelo decreto n. 11.865, de 5 de janeiro ultimo (aviso n. 1.263).

Dia 14

Sr. ministro da Fazenda:

Dignei-vos ordenar que, no Thesouro Nacional, sejam pagas as inclusas contas, no total de 112:559\$24, provenientes da fornecimento feitos no anno de 1912 á Estrada de Ferro Central do Brazil, visto ter soffido o exame de que trata o paragrapho unico do decreto n. 2.911, de 30 de dezembro de 1914.

A despesa deverá ser escripturada no credito aberto pelo decreto n. 11.402, da mesma data, cabendo-me scientificar-vos que as referidas contas fazem parte das incluidas na parte do credito de 1.074:27.324, constante da relação enviada ao Tribunal de Contas por aviso n. 140, de 14 de junho de 1915 (aviso n. 1.264).

Dia 17

Sr. ministro da Fazenda:

Dignei-vos ordenar que, no Thesouro Nacional, seja paga a inclusa conta no valor de 2.000\$ de Leandro Martins & Comp., relativa ao aluguel, no mez de março do corrente anno, do predio em que funciona a Inspectoria Feiral das Estradas.

A despesa deverá ser escripturada na consignação - Aluguel de casa para o escriptorio da Inspectoria, etc., da verba 11ª, art. 87 da vigente lei orçamentaria (aviso n. 1.772).

Dignei-vos ordenar que, no Thesouro Nacional, sejam pagas as inclusas contas no total de 36.350\$860, de fornecimentos feitos à Estrada do Ferro Central do Brazil, no anno da 1914, corrente a despesa por conta do credito aserto pelo decreto n. 11.918, de 23 de janeiro ultimo (aviso n. 1.273).

Dignei-vos ordenar que, no Thesouro Nacional, seja paga a quantia de 153, em que importa a inclusa conta da sociedade anônima Casa Leuzinger, de fornecimento feito à Inspectoria Geral da Iluminação, em março proximo pasado.

A despesa deverá ser escripturada na consignação - Material - expediente - livros, jornaes, etc., verba 10ª, art. 87 da lei orçamentaria (aviso n. 1.278).

SEGUNDA SECÇÃO

Expediente de 1 de maio de 1916.

A Directoria da Despesa Publica do Thesouro Nacional foi devolvido o processo de montepio de D. Leonor Sampaio Miranda (officio n. 210) e remittido, devidamente arquivado, o titulo de pensão de D. Emerita Worlock (officio n. 211).

Dia 2

A mesma directoria foram encaminhadas, devidamente apostillados, os titulos de pensão das seguintes pensionistas: D. Adalica Brito de Araujo Coutinho (officio n. 212); D. Laura Joaquina Fernaudes (officio n. 213); D. Antonietta Branca Brandão da Graça (officio n. 214) e D. Maria Amonclata Leiteira do Nascimento (officio n. 215).

Ao Ministerio da Fazenda foi enviado o processo de restituição de quotas de montepio de Gaspar Lopes da Costa (avisos ns. 60, 61 e 62).

Requerimentos despachados

Veronica Moura, pedindo os favores do montepio instituido pelo seu finado marido Brazilio Moura, administrador dos Correios do Estado do Paraná. — Deferido.

Delfina Fernandes Torres, pedindo para si e filhos os favores do montepio, na qualidade de viuva de João Alves Torres Guimarães, guarda-fio de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos. — Aposente nova certidão, em manuscrito, dobito de Herminio e nova justificação produzida em juizo, nos termos do decreto n. 3.607, de 10 de fevereiro de 1866, com emendas ou rasuras, e da qual deve constar pertencer-lhe os nomes de Delfina Julia Fernandes e Delfina Alves Torres Guimarães, bem como ao seu finado marido o de João Alves Torres; si o seu casamento com o contribuinte foi, ou não, em primeiras nupcias para elle e si os filhos Artur do Ocaso porcem, ou não, qualquer quantia dos cofres publicos e, finalmente, figurar Herminio com o seu verdadeiro nome e não com o de Herminio, como se lê na apresentação.

Directoria Geral dos Correios

Requerimentos despachados

Dia 24

Arthur Azavedo Maia, esta'eta interino da Directoria Geral, solicitando 60 dias de licença para seu tratamento fora desta Capital. — Sim, como se informa.

Dia 25

Francisco Carlos Conceiro, servente da agencia postal de Nova Friburgo, do Estado do Rio de Janeiro, solicitando quatro mezes de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde. — Sim, como se informa.

Dia 26

Jorge Alcorq. — Sim, mediante, porém, as formalidades legais.

Luiz Moraes Junior. — Como requer.

Francisca Ferreira da Costa. — Como requer.

Araldo Braga & Comp. — Como pedem.

Leandro Ruch Pereira. — Como requer.

J. L. Costa & Comp. — Deferido.

João José Pereira Guimarães. — Como pede.

Dia 28

Aristides Mariano de Carvalho. — Já tendo sido feita a indemnização a Repartição Geral dos Telegraphos, indeferido.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

Directoria Geral de Industria e Commercio

SEGUNDA SEC

Por portaria de 28 de abril ultimo foram concedidos ao bacharel Gonçalo Marinho, director de secção desta secretaria do Estado, seis mezes de licença, para tratamento de sua saúde, em prorrogação a que lhe foi concedida por portaria de 4 de outubro proximo findo.

— Por portarias de 2 do corrente mez foram exonerados, de accordo com a informação prestada pelo director da Escola de Aprendizes Artifices do Estado do Pará, Antonio Ferreira dos Santos do cargo de mestre da officina do sapataria, Affonso Horacio Moreira do cargo de mestre da officina do marcenaria e Benevenuto de Moraes Ribeiro do cargo de mestre da officina de alfaiataria.

— Por portaria da mesma data foram concedidos a Avelino de Siqueira, director da Escola de Aprendizes Artifices da Estado de Mato Grosso, tres mezes de licença, para tratamento de sua saúde, em prorrogação a que lhe foi concedida por portaria de 12 de janeiro do corrente anno.

Directoria Geral de Contabilidade

PRIMEIRA SECÇÃO

Expediente de 23 de abril de 1916

Ao Sr. ministro dos Negocios da Fazenda, pedindo providencias para que sejam pagas:

A importancia de 1.220\$, de que é credor o Diario Mercantil (aviso n. 1.270);

A importancia de 140\$ de que é credor José Rizzo, paga por intermedio da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado de Goyaz (aviso n. 1.267);

A importancia de 536\$930, de que é credor Fidélis Guimarães (aviso n. 1.263);

A importancia de 320\$, de que é credora D. Benita de Souza Soares, paga por inter-

medio da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional, no Estado do Maranhão (aviso numero 1.239);

A Moreno Borillo & Comp. o Carneiro Leão & Comp. as contas, na importancia total de 1.672\$900, provenientes de fornecimentos feitos à Escola de Agricultura anexa ao Posto Zootecnico Federal em Pihiero, no anno proximo passado (aviso n. 1.271);

A folha de salarios a que fez jus o extrabalhador desta Secretaria do Estado Roldão Antonio Pacheco, no periodo do 1 a 9 de janeiro do corrente anno (aviso n. 1.272);

Aos encadernadores da Imprensa Nacional João Moraes Proença e Domingos Militão, em serviço de sua especialidade na ta Secretaria de Estado, a quantia de 40\$ a cada um, que resolveu abonar-lhes, por uma só vez, a titulo de auxilio para attender às despesas de transporte até a praia Vermelha, do accordo com as inclusas folhas (aviso n. 1.273);

A quantia de 200\$ de ajuda de custo que resolvei conceder ao ajudante de inspector agricola Bento Ferreira, para attender às despesas de viagem que fez no anno proximo passado, quando foi transferido da Inspectoria Agricola em Minas Geraes para a do Estado do Rio de Janeiro (aviso n. 1.274);

A ajuda de custo que resolvei conceder ao continuo, addido, do Serviço de Agricultura Pratica José Vieira de Mello, nomeado para exercer o cargo de continuo-porteiro da Estação Geral de Experimentação do Estado da Bahia (aviso n. 1.275);

A importancia de 179\$445, de que é credora a Sociedade Anonyma da Gaz de Rio de Janeiro (aviso n. 1.276).

— Sr. Plinio Alves de Araujo, inspector Agricola no Estado de Pernambuco:

Tendo resolvido designar-vos para auxiliar os serviços de que foi incumbido o engenheiro Antonio Ribeiro de Castro Sobrinho, de dirigir os trabalhos de construção de estradas de rodagem que interessam os estabelecimentos deste ministerio no Estado de Pernambuco, assim vos declaro para os fins convenientes (aviso n. 1.280).

— Sr. Antonio Teixeira Chagas Queirga, preposto, addido, da Directoria do Serviço do Povoamento:

Tendo resolvido designar-vos para auxiliar os serviços de que foi incumbido o engenheiro Antonio Ribeiro de Castro Sobrinho, de dirigir os trabalhos de construção de estradas de rodagem que interessam aos estabelecimentos deste ministerio no Estado de Pernambuco, assim vos declaro para os fins convenientes (aviso n. 1.281).

— Sr. director geral de Sanidade Publica:

Tendo o 2º official desta directoria geral Faustino de Lima Meirelles solicitado uma licença de tres mezes, para tratamento de saúde, peço-vos as necessarias providencias afim de que o mesmo seja submettido a inspecção de saúde (officio n. 1.263).

— Sr. director da Despesa Publica:

Comunico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, por portaria desta data, concedeu ao 3º official da Secretaria da Estado Arnaldo Carneiro da Rocha tres mezes de licença, para tratamento de sua saúde, na forma da lei (officio n. 1.264).

Comunico-vos, para os fins convenientes, que os instructores agricolas Arthur Gama de Avellar e Arthur da Cunha Barros (antigos professores ambulantes) fizeram já aos seus vencimentos integrais no mez de março ultimo (officio n. 1.265).

— Sr. director da Imprensa Nacional:

Comunico-vos, para os devidos fins, que os encadernadores dessa repartição João de Moraes Proença e Domingo Militão, em serviço nesta Secretaria do Estado, compareceram a esta directoria geral, sem interrupção, do dia 1 do corrente até a presente data (officio n. 1.263).

— Sr. director geral do Thesouro Nacional:

Solicito vos as providencias no sentido de serem restituídas aos Srs. J. L. Costa & Comp. e Luiz Macedo as caucões de 300\$ cada uma feitas, ellos mesmos para garantia da execução do contracto de fornecimento de artigos do grupo I — Papalária (objectos de escriptura e de desenho), por já se achar terminado o prazo dos contractos e terem os contracantes cumprido todas as disposições dos mesmos.

Junto vos remetto os conhecimentos do Thesouro Nacional ns. 154 e 158, de 12 e 13 de março de 1915, referentes ás alludidas caucões (officio n. 1.277).

Solicito vossas providencias no sentido de ser restituída a Villas Boas & Comp. a caução de 500\$ feita para garantia da execução do contracto de impressão do Anuario do Observatorio e Taboas de Marés para o corrente anno, por já se achar em cumprimento o alludido trabalho e terem sido cumpridas todas as disposições e alludido contracto.

Os interessados apresentarão a essa repartição o conhecimento do deposito feito no Thesouro Nacional, referente á citada caução (officio n. 1.278).

— Sr. Paulo de Campos Porto, naturalista viajante, addido, do Jardim Botânico:

Tendo o Sr. ministro mandado adiantar-vos pelo aviso n. 1.037, de 4 do corrente mez, a quantia de 40 \$, por conta da verba 5.º titulo «Material» consignação «Acquisição de plantas, despesas miudas, etc.», art. 74 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, para attender a despesas de proprio pagamento, por terdes sido commissonado para herborizar no norte do Estado de São Paulo, em proveito do Jardim Botânico no corrente anno, assim vos communico para os devidos effeitos, recommendando-vos a attenção para o disposto nas letras a e f, § 2º n. XV art. 10 do regulamento anexo ao decreto n. 11.436, de 13 de janeiro de 1915, o mais disposições em vigor, especialmente o regulamento do selo aprovado pelo decreto n. 3.564, de 22 de janeiro de 1900, modificado pela lei n. 2.919 de 31 de dezembro de 1914 e as Circulares ns. 2.165 de 12 de setembro de 1910, 7 de 26 de agosto de 1911, 41 de 27 de março de 1912 e 2.800 de 7 de dezembro de 1914 (officio n. 1.279).

— Sr. engenheiro Antonio de Castro Sobrinho:

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. ministro resolveu designar o inspector agrcola Plinio Alves de Araujo e o preposto, addido, da Directoria do Serviço de Povoamento, Antonio Teixeira Chaves Queiroga, para auxiliarem os serviços de que fostes incumbido, tendo arbitrado ao ultimo a diaria de 75000.

Outrosim, communico-vos que, para pagamento dessa diaria e da que vos compete, na razão de 15\$, a contar de 15 do corrente, foi mandado distribuir á Delegacia da Pernambuco o credito de 5.800\$ por conta da verba 6.º, titulo «Material», consignação «Paradiarias, etc.», art. 74 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916 (officio n. 1.282).

— Sr. director do Serviço de Agricultura Prática:

Communico vos, para os devidos effeitos, que o Sr. ministro resolveu designar o inspector agrcola Plinio Alves de Araujo para auxiliar o engenheiro Antonio Ribeiro de Castro Sobrinho na commissão que foi incumbida de dirigir os trabalhos da construção de estrada de rodagem que interessam aos estabelecimentos deste ministerio no Estado de Pernambuco (officio n. 1.283).

— Sr. director do serviço de Povoamento: Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. ministro resolveu encarregar o engenheiro Antonio Ribeiro de Castro Sobrinho, inspector addido desse serviço, dos trabalhos de construção de estradas de rodagem que interessam aos estabelecimentos deste ministerio no Estado de Pernambuco e para auxiliar os mesmos trabalhos o preposto, addido, Antonio Teixeira Chaves Queiroga (officio n. 1.284).

— Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Pará:

Confirmo o telegrama que vos expedi em 27 de março ultimo, com o bido nos seguintes termos:

«Peço devolver esta directoria ge al aviso n. 231 de 21 de janeiro que se destina Delegacia Parana e por equívoco fíi endoreado a essa delegacia. Dito aviso trata pagamento ajuda de custo 250\$ mandada abonar pharmaceutico Nucleo Apucarana Manoel Pires da Carvalho» (officio n. 1.285).

— Sr. J. Santiago Cardwell Quinn, ex-director da Estação Experimental para a Cultura da Manicoba, no Estado de Minas Geraes:

Tendo o Sr. Canto Ventura de Souza, ex-servente da Estação Experimental para a Cultura da Manicoba no Estado de Minas Geraes, requerido a este ministerio pagamento dos salarios que deixou de receber no anno de 1914, e constando das folhas que enviastes com os officios ns. 34, de 14 de março, 36 de 1 de maio e 43, de 3 de junho de 1914, ter sido o mesmo pago da seus salarios relativos aos mezes de março, abril e maio, peço vos informais si fez elle jus aos dos mezes de janeiro e fevereiro.

Peço-vos, outrosim, inormais da data em que foi o requerer e dispensa-lo e qual a importancia total que lhe é devida (officio numero 1.286).

— Sr. director do Serviço de Meteorologia e Astronomia:

Em referencia ao vosso officio n. 35, de 19 de janeiro ultimo, peço-vos esclarecimentos sobre a divergencia entre a cassificação da d'sza feita no citado officio e na conta que o acompanhava e bem assim sobre a imputação da de peza (30%) referente ao transporte de uma viga metálica para o Observatorio do Morro de S. Januario a consignação «Custeio, etc.» (officio n. 1.287).

— Sr. director do Posto Zootechnico de Lages:

Communico vos que o Sr. ministro providenciou junto ao Ministerio da Fazenda no sentido de ser a Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional nesse Estado habilitada com o credito de 571\$143, por conta da verba 18.º, titulo «Material», consignação «Para supprir, etc.», art. 78 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, para occorrer ao pagamento da gratificação a que fez jus o ajudante de agroscologia e bromatologia, Robert Ledent, por vos ter substituido no periodo de 24 de junho a 6 de outubro do anno proximo findo (officio n. 1.288).

— Sr. delegado fiscal em Santa Catharina:

Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro providenciou junto ao Ministerio da Fazenda no sentido de ser distribuidos a essa delegacia fiscal, por conta da verba 18.º, titulo «Material», consignação «Para supprir, etc.», art. 78 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, o credito de 571\$143, para occorrer ao pagamento da gratificação a que fez jus o ajudante de agroscologia e bromatologia do Posto Zootechnico de Lages, Robert Ledent, por ter substituido o respectivo director, no periodo de 24 de junho a 6 de

outubro do anno proximo findo (officio n. 1.289).

— Sr. director do Museu Commercial do Rio de Janeiro:

Em referencia ao vosso officio numero 1314, de 30 de janeiro de 1914, communico-vos que o Sr. ministro julgou deferir o pedido de indemnização das despesas feitas por esse estabelecimento com os trabalhos de separação dos premios conferidos aos expositores do Brazil pelo jury da Exposição Internacional de Turim em 1911, por ter em occasião oportuna posto á disposição do museu o auxilio de 15:000\$ e por haver o Congresso Nacional, posteriormente, concedido a subvenção de 30:000\$, com a obrigação de prestar elle os serviços que fossem exigidos pelo Governo (officio n. 1.290).

DIÁRIO DOS TRIBUNAES

EDITAES

Juizo Federal da Segunda Vara

De segunda praça com o prazo de oito dias e abatimento de 10 %, para venda e arrematação dos predios e terrenos abaixo descritos

O Dr. Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, juiz federal da 2ª Vara da Capital Federal, etc..

Faz saber aos que o presente edital de segunda praça, com o prazo de oito dias e rem, que o porteiro dos auditorios deste Juizo trará a publico preço de venda e arrematação, a quem mais der e maior lance offercer acima da quantia de 129:420\$, no dia 4 do maio proximo, ás 13 horas, após a audiença deste Juizo, ás portas do edificio do Supremo Tribunal Federal, á Avenida Rio Branco n. 241, onde funciona este Juizo, o predio e terrenos penhorados pelo Crédito Foncier do Brazil et de l'Amérique du Sud, no executivo hypothecario que move contra D. Sylvia de Magalhães e cojas descrições são as seguintes: Um palacete no centro de terreno, com tanto de dous pavimentos, á rua Dr. March n. 352, municipio de S. Gonçalo, tendo de frente 13m e de fundos 19m; sua construção é de pedra, cal e tijolos, com terraço dos lados no pavimento terreo e no sobrado, uma varanda de cada lado, segura sobre pilastras de tijolos revestidas de cimento, tendo na frente do pavimento terreo e ao centro, porta de cada lado tres janellas; do lado direito cinco janellas e portas, e do esquerdo porta e quatro janellas que dão para o terraço; no sobrado cinco janellas de frente; de um lado tres portas e janella e ao centro quatro, que dão para as varandas. O pavimento terreo é dividido da seguinte fórma: sala de espera, capella, sala de trabalho, cinco quartos, despensa, banheiro e privadas, tendo ao centro um vestibulo. O sobrado é dividido em sala de visita, de jantar, cinco quartos, sala de costuras, copa, cozinha, banheiro e privadas. Dá acesso ao predio uma escada de pedra marmore, sendo o mesmo, quer de lado, frente ou fundos, defendido por passeio de cimento. O predio acima descrito está edificado em um terreno formando um rectangulo com 154 metros e 150 metros de fundos, uma caixa de agua, banheiro com chuveiro e imersão; tem no mesmo terreno dous grandes reservatorios; o terreno é fechado na frente com cerca de espinheiros e arame farpado; pelos lados o terreno é cercado, confronta pelos lados fundos com a executada; foi avaliado em 150 000\$000.

Um terreno, que foi desmembrado do terreno do predio n. 352 da rua Dr. March, município de S. Gonçalo, tendo de frente 18 metros, do lado direito 33 metros, confrontando com a encruada do lado esquerdo, 169m,30, confrontando com José Teixeira Primo e em continuação 170 metros, com Manoel Januario da Silva, n. linha dos fundos a 6 as vertes 230 metros com o mesmo Silva. Com o terreno acima descrito diversas construccões, a saber: predio assobradado, feição de chalet, á rua Dr. March n. 436, tendo de frente 6m,10 e de fundos 17m,25; sua construcção é de pedra, cal e tijolos, tendo duas janellas de frente, duas portas e quatro janellas de um lado, dividido em duas salas, cinco quartos, sala e cozinha; foi avaliado em 2:000\$; predio assobradado, feição de chalet, á rua Dr. March n. 438, tendo de frente 3m,70 e de fundos 17m, com uma varanda ao lado, sua construcção é de pedra, cal e tijolos, tendo duas janellas de frente, ao lado duas portas, que dão para a varanda, dividido em tres salas, tres quartos, cozinha e uma sala; foi avaliado em 2:000\$; predio assobradado á rua Dr. March n. 452, tendo de frente 7m,05 e de fundos 8m,05; sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas na frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, terreno nos fundos fechado, com tanque de lavagem; foi avaliado em 4:000\$; predio assobradado á rua Dr. March n. 451, tendo de frente 6m,98 e de fundos 8m,35, sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas na frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, terreno nos fundos fechado, com tanque de lavagem; foi avaliado em 4:000\$; predio assobradado á rua Dr. March n. 451, tendo de frente 6m,98 e de fundos 8m,35, sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas na frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, terreno nos fundos fechado, com tanque de lavagem; foi avaliado em 4:000\$; predio assobradado á rua Dr. March n. 458, tendo de frente 6m,82 e de fundos 8m,35, sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e tanque de lavagem; foi avaliado em 4:000\$; predio assobradado á rua Dr. March n. 462, tendo de frente 6m,05 e de fundos 8m,03, sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e tanque de lavagem; foi avaliado em 4:000\$; predio assobradado á rua Dr. March n. 460, tendo de frente 6m,35, sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e tanque de lavagem; foi avaliado em 4:000\$; predio assobradado á rua Dr. March n. 466, tendo de frente 6m,5 e de fundos 8m,65, sua construcção é de pedra, cal e tijolos, dividido em duas salas e dois quartos, com puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e tanque de lavagem; foi avaliado em 4:000\$; predio assobradado á rua Doutor March n. 468, tendo de frente 6m,68 e de fundos 8m,65, sua construcção é

de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e tanque de lavagem; foi avaliado em 4:000\$; predio assobradado á rua Doutor March n. 470, tendo de frente 7m, e de fundos 8m,65; sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente dividido em duas salas e dois quartos; um puchado que serve de cozinha, tendo quintal murado e tanque de lavagem; foi avaliado em 4:000\$; predio terreno com frente para o terreno descrito e fundos para a rua Doutor March sem numero, tendo de frente 7m,25 e de fundos 8m,82, sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente e dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, quintal murado e privada; foi avaliado em 3:500\$; predio terreno com frente para o terreno descrito e fundos para a rua Dr. March, sem numero, tendo de frente 7m,75 e de fundos 8m,82, sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, quintal murado, tendo privada; foi avaliado em 3:500\$; predio terreno com frente para o terreno descrito e fundos para a rua Dr. March sem numero, tendo de frente 7m,77 e de fundos 8m,82; sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e privada; foi avaliado em 3:500\$; predio terreno com frente para a rua Dr. March sem numero, tendo de frente 6m,67 e de fundos 8m,82; sua construcção é de pedra, cal e tijolos; com portas, duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos; um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e privada; foi avaliado em 3:500\$; predio terreno com frente para o terreno descrito e fundos para a rua Dr. March sem numero, tendo de frente 6m,58 e de fundos 8m,82; sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos; um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e privada; foi avaliado em 3:500\$; predio terreno com frente para o terreno descrito e fundos para a rua Dr. March sem numero, tendo de frente 6m,58 e de fundos 8m,82; sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos; um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e privada; foi avaliado em 3:500\$; predio terreno com frente para a rua Dr. March sem numero, tendo de frente 7m,70 e de fundos 8m,82; sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com duas janellas e porta na frente; dividido em duas salas e dois quartos; um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e privada; foi avaliado em 3:500\$; predio terreno com frente para o terreno descrito e fundos para a rua Dr. March sem numero, tendo de frente 6m,80 e de fundos 8m,82; sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e privada; foi avaliado em 3:500\$; predio terreno com frente para o terreno descrito e fundos para a rua Dr. March sem numero, tendo de frente 6m,84 centímetros e de fundos 8m,82 centímetros; sua construcção é de pedra, cal e tijolos com porta e duas janellas de frente, dividido em duas salas e dois quartos; um puchado nos fundos que serve de cozinha, tendo quintal murado e

privada; foi avaliado em tres contos e quinhentos mil réis; predio terreno com frente para o terreno descrito e fundos para a rua Dr. March sem numero, tendo de frente 6m,95 e de fundos 8m,82; sua construcção é de pedra, cal e tijolos; com porta e janella na frente, dividido em duas salas e dois quartos, um puchado que serve de cozinha, tendo quintal murado e privada; foi avaliado em 3:500\$; predio terreno no morro do terreno já descrito, tendo de frente 6m,50 e de fundos 6m,48; sua construcção é de pedra, cal e tijolos, com porta e janella de frente; duas janellas de um lado, dividido em sala e dois quartos, puchado nos fundos que serve de cozinha; foi avaliado em 2:000\$000. Um grupo de nove pequenas casinhas denominado es alagem, no terreno já descrito, tendo de frente 30m,40 e de fundos 3m,60; sua construcção é sobre pilares e paredes de frontal do tijolo, umas só com porta e outras com porta e janella, divididas em commodos cada uma; esta estalagem precisa ser demolida e foi avaliada em 200\$; um grupo de seis pequenas casinhas denominadas estalagem, no terreno descrito, tendo de frente 22m,85 e de fundos 8m,35, sua construcção é sobre pilares e paredes de frontal do tijolo, sendo cinco com porta e janella e uma só com porta, divididas em commodos cada uma; foi avaliado em 4:000\$; um grupo com cinco pequenas casinhas denominadas estalagem, no terreno descrito, tendo de frente 21 metros e 50 centímetros de fundos por seis metros e 25; sua construcção é sobre pilares e paredes de frontal do tijolo, sendo uma em ruínas e as quatro com porta e janella, cada uma, dividido em commodos; foi avaliado em 4:000\$000. Bemfeitorias: duas grandes caixas d'agua no terreno descrito, avaliadas em 6:000\$000. Importa a presente avaliação em 143:800\$000. E quem os mesmos predios, terra e bemfeitorias quizer lançar, compareça naquella dia, hora e lugar acima designado. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou o juiz passar o presente edital e mais dous do equal teor que serão publicados pela imprensa e afixados no local do costume, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 17 de abril de 1916. Eu, Cyro de Sales Abreu, escrivão juramentado, o escrevi. Eu, (homotério José) Pereira Guimarães, escrivão, que subscrevi. — Antonio J. Pires de C. e Albuquerque.

Juiz de Direito da Sexta Vara Civil

Fallencia de Nuno Castellões & Comp.

AVISO AOS CREDITORES

Scientifico aos credores da fallencia de Nuno Castellões & Comp. que de ordem do Exmo. Sr. Dr. Juiz do feito a requerimento do syndico Felizardo Villela Rodrigues Morgado, foi designado o dia 4 de maio proximo, ás 13 horas, na sala das audiências do Forum, á rua Menezes Vieira n. 152, antiga dos Inválidos, para ter lugar a primeira assembleia.

Rio: 4 de abril de 1916. — O escrivão, João de Souza Pinto Junior.

Juiz de Direito da Sexta Vara Civil

Fallencia de Nuno Castellões & Comp.

AVISO AOS CREDITORES

Scientifico aos credores da fallencia de Nuno Castellões & Comp. que, a re-

querimento do syndico Felizardo Villela Rodrigues Morgado, foi designado o dia 10 do corrente, ás 13 horas, na sala das audiências do Fórum, á rua Menezes Vieira n. 122, para ter logar a 1ª sessão, ficando, assim, adiada a que foi marcada para o dia 4 do corrente.

Rio, 1 de maio de 1916. — O escrivão, João de Souza Pinto Junior.

Juizo de Direito da Sexta Vara Cível

Fallencia de Nuno Castellões & Comp.

AVISO AOS CREDITORES

Scientifico aos credores da fallencia de Nuno Castellões & Comp. que as relações com declarações e documentos, apresentadas pelo syndico, se acham no cartorio deste juizo, durante cinco dias, á disposição dos interessados que quizerem examinal-as. Durante esse prazo, os creditos incluídos naquellas relações poderão ser impugnados quanto á sua legitimidade, importancia ou classificação. Os credores sociaes poderão reclamar contra a inclusão ou classificação dos credores particulares dos socios. A impugnação será dirigida ao juiz por meio de requerimento instruído com documentos, justificações ou outras provas, tudo nos termos do art. 83 § 4º da lei n. 2.024, de 1908.

Rio, 1 de maio de 1916. — O escrivão, João de Souza Pinto Junior.

NOTICIARIO

Sob a presidencia do Sr. Antonio Azeredo, vice-presidente do Senado, secretariado pelos Srs. Pedro Augusto Borges, 1º secretario do Senado; Antonio José da Costa Ribeiro, 1º secretario da Camara dos Deputados; José Maria Metello, 2º secretario do Senado, e Alfredo Octavio Mavignier, 3º secretario da Camara dos Deputados, realizou-se hontem, ás 13 horas, no edificio do Senado Federal, a sessão solenne da instalação da 2ª sessão ordinaria da 9ª legislatura do Congresso Nacional da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Annunciada a chegada do Sr. secretario da Presidencia da Republica, portador da mensagem dirigida pelo Chefe do Estado ao Congresso Nacional, o Sr. presidente convidou os Srs. 2º e 3º secretarios a recebê-lo á porta do recinto.

Logo após a entrega da mensagem, o Sr. secretario do Sr. Presidente da Republica retirou-se, com as mesmas formalidades.

Em seguida, os Srs. 1º, 2º, 3º e 4º secretarios leram, successivamente, a mensagem, declarando o Sr. presidente

que o Congresso Nacional tomaria na mais alta consideração a exposição constante da mensagem que acabava de ser lida e que estava installado o Congresso Nacional em 2ª sessão da 9ª legislatura.

Na tribuna destinada aos diplomatas estavam o introductor diplomatico, ministro Hippolyto de Araujo, o embaixador de Portugal e os dous secretarios da legação, o ministro argentino e o addido militar, o ministro do Chile e seu secretario, o ministro do Japão e secretario, o encarregado de negocios do Uruguay, o encarregado de negocios de Cuba, os primeiros secretarios das legações italiana e franceza, o ministro e o consul geral da Bolivia.

Prestou as devidas honras o 52º batalhão de caçadores, commandado pelo tenente-coronel Jansen Junior.

O serviço para hoje na Brigada Policial é o seguinte:

Superior de dia, capitão Domingos Arthur Machado Filho.

Official de dia á brigada, alferes José Candido da Nobrega e Silva.

Medico de dia ao hospital, tenente Dr. João da Cruz Abreu.

Interno de dia, alferes honorario Pedro Chagas.

Dia á pharmacia, alferes pharmaceutico Alberto Mallet Soares e pratico Camerino Nascimento de Lima.

Musica de promptidão, a banda da brigada.

Auxiliar do official de dia á brigada, sargento Heliodoro.

Rondam: No 1º districto, alferes Ernesto de Souza Reis.

As patrulhas, tenente Faustino José Alves e alferes Francellino Escobar.

Os 19º e 20º districtos, alferes José Joaquim dos Santos e na Saude, alferes João Baptista Coelho.

Promptidão: na cavallaria, tenente Daniel de Hollanda Cavalcanti e no 1º batalhão, tenente graduado Aristides de Miranda Chaves.

Guardas: Na Caixa de Amortização, alferes Joaquim de Souza Martins;

Na Caixa de Conversão, alferes Antonio Luiz Cordeiro;

No Thesouro, alferes José Quirino de Oliveira;

Na Casa da Moeda, alferes Ramiro Duarte do Amaral Lage.

Dia aos corpos: No 1º batalhão, tenente Antonio Bernardino da Silva Junior;

No 2º batalhão, capitão Izidro Gomes de Sá;

No 3º batalhão, tenente Sylvio Carneiro de Souza;

No 4º batalhão, tenente José Leopoldo Velloso;

No regimento de cavallaria, capitão Odorico Teixeira Neves;

No quartel do Meyer, alferes Themistocles Soldo de Barros Falcão;

No quartel da Saude, alferes Ildefonso Coimbra.

Uniforme, 3º.

EDITAES E AVISO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Directoria Geral de Saude Publica

De ordem do Sr. Dr. director geral faço publico, para sciencia dos interessados, que nos dias 9 e 11 do mez corrente, se procederá respectivamente ás vistoras sanitarias nos prechos abaixo onumerados e ás horas neste indicadas.

D a 9 do maio:

Predio á lajeira do Seminario n. 83, ás 11 1/2 horas.

Dia 11 de maio:

Predio á lajeira da Misericordia n. 23, ás 11 1/2 horas.

Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, Rio de Janeiro, 2 de maio de 1916.

— O secretario interino, Dr. Mauricio de Abreu.

Policia do Districto Federal

GABINETE DE IDENTIFICACÃO E DE E-STATISTICA

De ordem do Exmo. Sr. chefe de Policia do Districto Federal, fica sem effeito de folha corrida a carteira do identidado n. 28 582, com edida por este gabinete, de accordo com o regulamento em vigor, ao cidadão José Pereira Sutelio, visto já ter sido o mesmo processado como incurso no art. 306 do Código Penal.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1916. — O director, *Bigard Simões Correa*.

Policia do Districto Federal

GABINETE DE IDENTIFICACÃO E DE E-STATISTICA

De ordem do Exmo. Sr. chefe de Policia do Districto Federal, fica sem effeito de folha corrida a carteira do identidado n. 25 231, concedida por este gabinete, de accordo com o regulamento em vigor, ao cidadão Anibal Chaves, que está sendo processado pelo 6º districto policial, como incurso no art. 297 do Código Penal.

Em 2 de maio de 1916. — Pelo director, *Heitor Bracet*.

Ministerio da Fazenda

Alfandega do Rio de Janeiro

Tendo sido annullada a concorrência effectuada para o fornecimento de uma barca vigia, conforme o edital de 17 de março ultimo, faço publico, de ordem do Sr. inspector e de conformidade com o despacho do Exmo. Sr. ministro da fazenda, communicado pela ordem da Directoria do Gabinete n. 216 de 15 de aquelle mez, que fica aberta nova concorrência com o prazo de 15 dias, que terminará em 11 do mez vindouro, para apresentação de novas propostas, que serão recebidas até o referido dia 11 na secretaria desta Alfandega, onde serão abertas ás 12 horas, obedecendo ás condições do edital anterior: terá de comprimento entre perpendiculares oitenta pés; boca móvel, vinte e dous pés; pontal a meio, oito pés. Será construída toda de peroba pregada a metal e cavilhada a cobre. O fundo depois de calafetado será betumado com breu e coberto com algodão, forrado com folha de latão de 18 onças presa com pregos de latão de 3/4. Terá convés com escotilhas para o porão, onde serão installados dous tanques de ferro galvanizados com capacidade para receber 7.000 litros de agua, paídes e com-

partimentos para provisões e sobressalentes. No convés serão feitas acomodações para alojar seis officiaes aduaneiros e 20 marinheiros no minimo sala de jantar, W. C., cozinha, fogão e dispensa. Terá m-stro com appparelho de cabo de arame, deus páos de sorriola com escadas de quebra peito. A cobertura será de tajuá de madeira coberta com lona e sustenta-la por balaustre de ferro. Terá a prda um turco de ferro com appparelho para a suspensão das ancoras e dous turcos por bordo para suspender escaler. Terá em um bordo uma escada de poraló com patamar e do outro bordo uma outra de quebra pto. Terá uma banheira com os competentes reservatorios de agua para a mesma.

Nas propostas os interessados deverão indicar o preço e o prazo em que se obrigam a fornecer a esna barca-vigia.

Para melhores esclarecimentos os interessados poderão se dirigir á Guarda-moria, que lhes dará as necessarias explicações.

Alfandega do Rio de Janeiro, 26 de abril de 1916. — *Alfredo Pinto de Araújo Corrêa*, 4º escriptuario.

Alfandega do Rio de Janeiro

EDITAL DE PRAÇA N. 42.

PRIMEIRA MESA

De ordem do Sr. inspector, se faz publico que, nos dias 1, 5 e 10 de maio proximo, ao meio-dia, serão vendidas, respectivamente, em 1ª, 2ª e 3ª praças, de accordo com as disposições do titulo VI, da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas, livres de direitos, a quem melhor vantagem offerecer, no estado em que se acham, as mercadorias adiante mencionadas, sendo permitido aos donos retirar-as até a véspera do leilão, mediante prova do pagamento dos direitos.

ARMAZEM N. 18 DO CAES DO PORTO

Lote n. 1

PGU: Tres engradados ns. 1 a 3, pesando bruto 165 kilos, contendo 120 kilos de ferramentas manuaes.

Idem: Uma caixa n. 4, pesando bruto oito kilos, contendo cinco kilos de prospectos annuncios. (*Vandick*, Nova York, 16 de junho de 1914.)

Lote n. 2

DU: Uma caixa sem numero, pesando bruto 69 kilos, contendo 69 kilos de feijão.

Sem marca: Um sacco sem numero, pesando bruto 69 kilos, contendo 69 kilos de feijão.

C dentro de um triangulo — contra-marca EM: Um sacco sem numero, pesando bruto 69 kilos, contendo 69 kilos de feijão. (*Amazon*, Buenos Aires, 17 de junho de 1914.)

Lote n. 3

Sem marca: Uma caixa de papelão sem numero, pesando bruto tres kilos, contendo 250 grammas de flores artificiaes de panno. (*Arlanza*, Buenos Aires, 14 de outubro de 1914.)

Lote n. 4

F. P. Silva: Uma caixa sem numero, pesando bruto 13 kilos, contendo obras de ferro fundido simples, 10 kilos. (*Zellandia*, Buenos Aires, 14 de outubro de 1914.)

Sem marca: Uma bacia sem numero, usada. (*Orcoma*, Liverpool, 22 de outubro de 1914.)

Durval Falcão: Um pacote sem numero, pesando bruto 11 kilos, contendo amostras sem valor. (*Alcantara*, Liverpool, 25 de novembro de 1914.)

Lote n. 5

Francisco da Motta: Quatro amarrados sem numero, pesando bruto 37 kilos, contendo cinco cadeiras de vime com braços e tres cadeiras de vime de balanço. (*Amazon*, Buenos Aires, 11 de agosto de 1915.)

Lote n. 6

João Barcellos: Um carrinho sem numero, para criança, usado, pesando seis kilos. (*Gelria*, Buenos Aires, 11 de agosto de 1915.)

Lote n. 7

LRH: Uma caixa n. 811, pesando 35 kilos, contendo utensilios manuaes usados.

Sem marca: Uma mala sem numero, pesando bruto 24 kilos, contendo roupas usadas.

Idem: Uma mala sem numero, pesando bruto 16 kilos, contendo roupas usadas. (*P. Satrustegue*, Rio da Prata, 16 de agosto de 1915.)

Lote n. 8

M. Latiff: Uma mala sem numero, pesando bruto 23 kilos, contendo 14 kilos de roupas e objectos usados. (*Divona*, Bordeaux, 25 de agosto de 1915.)

Lote n. 9

Manoel Antonio: Uma mala sem numero, pesando bruto 32 kilos, contendo roupas usadas. (Vapor ignorado.)

Lote n. 10

J dentro de dous triangulos: Uma caixa sem numero, pesando bruto 24 kilos, contendo uma groza de caixas de perfumaria (pó de arroz), pesando bruto 18 kilos. (*Oronsa*, Liverpool, 27 de agosto de 1915.)

Lote n. 11

Sem marca: Cinco cadeiras sem numero, para viagem, usadas. (Vapor ignorado.)

Lote n. 12

J. Opic: Um pacote sem numero, pesando bruto quatro kilos, contendo seis pares de meias não especificadas, curtas, de mais de 20 centimetros; 80 grammas de gravatas de seda. (*Frisia*, Buenos Ayres, 8 de setembro de 1915.)

Lote n. 13

Edw. F. Feely: Um pacote sem numero, pesando bruto 9 kilos; contendo 9 kilos de estampas annuncios. (Vapor ignorado.)

Lote n. 14

Mc. Millian Findley: Um pacote sem numero, pesando bruto 1 kilo, contendo papelão em folhas.

Oscar de Almeida Gama: Uma caixa sem numero, pesando bruto 7 kilos; contendo 6 kilos de cimento romano. (*Amazon*, Liverpool, 11 de maio de 1915.)

Lote n. 15

W dentro de um triangulo — contra-marca LB: Uma caixa n. 24, pesando bruto 124 kilos, contendo 45 peças de filó de algodão liso, medindo 150 metros e pesando liquido 67 kilos. (*Amazon*, Liverpool, 11 de maio de 1915.)

Lote n. 16

Julio Alvès Moreira: Um pacote sem numero; pesando bruto 1.530 grammas; contendo producto chimico não especificado (loção); pesando bruto 1 kilo. (Vapor ignorado.)

Lote n. 17

CR: Uma caixa n. 4, pesando bruto 27 kilos, contendo leite condensado em latas; pesando bruto 20 kilos e meio. (Vapor ignorado.)

Lote n. 18

Directoria Geral dos Telegraphos de Buenos Aires: Uma caixa n. 4, pesando bruto 25 kilos, contendo isoladores de porcellana; pesando bruto 15 kilos; catalogos para distribuição gratuita; pesando bruto 3.500 grammas; obras de ferro batido simples; pesando bruto 2 kilos. (*Indiana*, Rio da Prata, 5 de agosto de 1915.)

Lote n. 19

BD dentro de um losango: Uma caixa n. 1, pesando bruto 48 kilos, contendo 119 thermometros communs.

Idem: Uma caixa n. 3; pesando bruto 46 kilos; contendo 145 thermometros communs.

Idem: Uma caixa n. 3, pesando bruto 50 kilos; contendo 1 kilo de obras de cobre simples; 6 thermometros communs; 3 appparelhos physicos.

Idem: Uma caixa n. 4, pesando bruto 14 kilos, contendo 2 thermometros não especificados. (*Verdi*, Nova York, 27 de julho de 1915.)

Lote n. 20

Hard Rand & Comp.: Um pacote sem numero; pesando bruto 10 kilos, contendo 10 kilos de livros impressos.

AVB: Uma caixa n. 26.572; pesando bruto 5 kilos; contendo oleo de residuo de petroleo; pesando bruto 1.200 grammas.

Januario Loureiro: Uma caixa numero 1.657, pesando bruto 19 kilos, contendo 6 kilos de amostras de papelão. (*Verdi*, Nova York, 27 de julho de 1915.)

Lote n. 21

JV: Duas caixas ns. 9 e 10, pesando bruto 56 e 54 kilos; contendo vaselina branca; pesando liquido 85 kilos (44 e 41 kilos). (*Verdi*, Nova York, 27 de julho de 1915.)

Lote n. 22

Casa Pratt: Uma caixa n. 797; pesando bruto 41 kilos; contendo 32 kilos peso bruto, de estampas para distribuição gratuita. (*Vasari*, Nova York, 13 de abril de 1915.)

Lote n. 23

Mr. E. M. Lage: Um pacote n. 1, pesando bruto 1 kilo, contendo roupa feita de casemira de lã singela, simples; pesando liquido 600 grammas. (*Aranguaya*, Buenos Aires, 14 de abril de 1915.)

Lote n. 24

PV: Uma caixa n. 1; pesando bruto 175 kilos, contendo chá da India, pesando liquido 110 kilos. (Darro, Liverpool, 17 de abril de 1915.)

Lote n. 25

PV: Uma caixa n. 2; pesando bruto 135 kilos, contendo chá da India, pesando liquido 80 kilos. (Darro, Liverpool, 17 de abril de 1915.)

Lote n. 26

PV: Uma caixa n. 3; pesando bruto 142 kilos, contendo chá da India, pesando liquido 88 kilos. (Darro, Liverpool, 17 de abril de 1915.)

Lote n. 27

BMC: Uma caixa n. 137; pesando bruto 99 kilos, contendo roupa feita do tecido de renda de algodão, enfeitada, pesando liquido 27.503 grammas. (Ortega, Liverpool, 6 de maio de 1915.)

Lote n. 28

Mr. David Mebracker: Um pacote n. 1; pesando bruto 900 grammas, contendo roupa feita de brim de algodão, lisa, pesando liquido 800 grammas. (Demerara, Liverpool, 18 de junho de 1915.)

Lote n. 29

WC: Uma caixa n. 1; pesando bruto 75 kilos, contendo 60 vidros de pilulas medicinaes; pesando liquido 840 grammas; 36 vidros de xarope medicinal, pesando liquido 23.500 grammas. (Sequana, Bordeaux, 13 de junho de 1915.)

Lote n. 30

MN: Uma caixa n. 6.966; pesando bruto 68 kilos, contendo roupa feita de tecido de algodão branco, da base de 10 X 10, de 31 a 40 grammas, enfeitada; pesando liquido 2.250 grammas; nove duzias e meia de camisas de algodão, enfeitada; roupa feita de tecido de algodão branco, da base de 10 X 10 até 49 grammas, enfeitada, pesando liquido 800 grammas; obras impressas de uma só côr, pesando bruto um kilo. (Sequana, Bordeaux, 13 de junho de 1915.)

- ARMAZEM N. 17 DO CAES DO PORTO

Lote n. 31

EIB: Tres caixas ns. 3.898 a 3.900, pesando bruto, respectivamente, 204, 205 e 66 kilos, no total de 475 kilos, contendo livros para leitura, pesando bruto 384 kilos. (Garonna, Bordeaux, 29 de maio de 1915.)

Lote n. 32

Sem marca: Seis tubos de ferro fundido simples, sem numero, pesando bruto 180 kilos. (Garonna, Bordeaux, 29 de maio de 1915.)

MG: Uma caixa n. 4.882, pesando bruto nove kilos, contendo amostras de retalhos de fazenda, sem valor. (Garonna, Bordeaux, 29 de maio de 1915.)

Lote n. 33

Dr. Paulino Wernéck: Um engradado n. 1, pesando bruto 245 kilos, contendo uma carrocinha com duas rodas para gary (obras de ferro batido galvanizado, pesando bruto 175 kilos).

Idem: um engradado n. 4, pesando bruto 167 kilos, contendo uma carrocinha com duas rodas para gary (obras

de ferro batido galvanizado, pesando bruto 130 kilos).

Idem: Quatro engradados ns. 7 a 10, pesando bruto 290 kilos, contendo obras de ferro batido galvanizado (baldes para gary), pesando bruto 222 kilos.

Idem: Dois engradados ns. 5 e 6, pesando bruto 132 kilos, contendo obras de ferro batido zincado (baldes para gary), pesando bruto 130 kilos.

Idem: Um engradado n. 3, pesando bruto 28 kilos, contendo obras de ferro batido zincado (baldes para gary), pesando bruto 17 kilos.

Idem: Um engradado n. 2, pesando bruto 51 kilos, contendo obras de ferro batido zincado (baldes para gary), pesando bruto 36 kilos.

Idem: Um engradado n. 11, pesando bruto 191 kilos, contendo obras de ferro batido zincado (baldes para gary), pesando bruto 170 kilos. (Tocantins, Buenos Ayres, 1 de junho de 1914.)

Lote n. 34

Dr. Jorge Street: Uma caixa n. 200, pesando bruto 13 kilos, contendo livros impressos, pesando sete kilos. (Demerara, Liverpool, 2 de setembro de 1915.)

Lote n. 35

ABC: Quatro caixas sem numero, contendo 45 garrafas com vinho não especificado de mais de 14 até 24 grãos, pesando bruto 55 kilos. (Sequana, Bordeaux, 17 de setembro de 1915.)

Lote n. 36

BOE — contramarca FF: Uma caixa n. 16, pesando bruto sete kilos, contendo obras de borracha não classificadas, pesando bruto 500 grammas; obras não classificadas de ferro batido, simples, pesando bruto 3.500 grammas. (Sequana, Bordeaux, 17 de setembro de 1915.)

Lote n. 37

GC: Cem caixas sem numero, pesando bruto 1.818 kilos, contendo 1.160 garrafas com vinho, não especificadas, de 14 até 24 grãos, pesando bruto 1.270 kilos. (Sequana, Bordeaux, 17 de setembro de 1915.)

Lote n. 38

LO: Uma caixa n. 4.650, pesando bruto 165 kilos, contendo oito duzias de camisas de algodão lisas, com peito de linho; quinze duzias e meia de camisas de algodão, não classificadas, lisas. (Sequana, Bordeaux, 17 de setembro de 1915.)

Lote n. 39

LO: Uma caixa n. 4.651, pesando bruto 185 kilos, contendo 16 duzias e meia de ceroulas de linho; 25 duzias de ceroulas de algodão, não especificadas. (Sequana, Bordeaux, 17 de setembro de 1915.)

Lote n. 40

MPC: Vinte e duas caixas ns. 1 a 22, pesando bruto 530 kilos, contendo palitos de madeira, pesando bruto nos envoltorios 300 kilos. (Sequana, Bordeaux, 17 de setembro de 1915.)

Lote n. 41

Losango TMR, contramarca WB&L: Uma caixa n. 8, contendo 51 kilos de

obras impressas de uma só côr. (Amazoa, Liverpool, 30 de setembro de 1915.)

Lote n. 42

Sem marca: Dez tubos de ferro batido, simples, sem numero, pesando bruto 1.070 kilos. (Hollandia, Amsterdam, 13 de outubro de 1914.)

Lote n. 43

CGC: Uma caixa n. 2, pesando bruto 10 kilos, contendo sardinhas em conserva, pesando bruto nas latas, 7.500 grammas. (Aragon, Southampton, 21 de janeiro de 1914.)

JC: Uma caixa n. 20, pesando bruto cinco kilos, vazia, sem valor. (Aragon, Southampton, 17 de março de 1914.)

Lote n. 44

MF: Um pacote n. 6.716, pesando bruto 19 kilos, contendo estampas, para annuncio de cinema, pesando bruto 19 kilos. (Alcantara, Liverpool, 2 de fevereiro de 1915.)

Lote n. 45

JRC: Oitenta e quatro volumes sem numero, peças de ferro batido, simples, pesando bruto 5.376 kilos. (Ville du Havre, Liverpool, 18 de novembro de 1912.)

Lote n. 46

NB: Uma caixa n. 175; pesando bruto 19 kilos, contendo obras impressas, de mais de uma côr, pesando bruto 13.500 grammas. (Araguaya, Southampton, 18 de agosto de 1914.)

Lote n. 47

A. de LO: Uma caixa n. 1; pesando bruto 30 kilos, contendo latas com esmeril liquido. (Aranza, Southampton, 24 de março de 1914.)

Lote n. 48

PATCO: Uma caixa n. 2, pesando bruto 54 kilos, contendo annuncios em papel, para distribuição gratuita, pesando bruto 44 kilos. (Highland Laird, Nova York, 3 de agosto de 1914.)

Lote n. 49

Berta Leur: Uma caixa sem numero, pesando bruto 70 kilos, contendo bolacha de qualquer qualidade, pesando bruto 41 kilos. (Blücher, Buenos Aires, 24 de março de 1914.)

Lote n. 50

ALICB, dentro de dous triangulos e de um quadrilatero: Uma caixa n. 6, pesando bruto 134 kilos, contendo cartazes annuncios para distribuição gratuita, pesando bruto 106 kilos; obras impressas de mais de uma côr, pesando bruto quatro kilos. (Asturias, Southampton, 4 de março de 1914.)

Lote n. 51

COD: Uma caixa n. 6, pesando bruto 304 kilos, contendo papel para impressão, pesando bruto 235 kilos. (Highland Harris, Nova York, 24 de dezembro de 1914.)

Lote n. 52

Livraria Araujo: Uma caixa sem numero, pesando bruto 243 kilos, contendo livros de leitura, pesando bruto 177 ki-

los. (Erlangen, Hamburgo; 15 de junho de 1914.)

Lote n. 53

CG: Duas cestas de vime, sem numero; quebradas, pesando bruto cinco kilos, sem valor.

EL: Uma caixa n. 3.806; pesando bruto 168 kilos, contendo 142 chapéus de lascaras de pinho simples. (Balaton, Genova; 7 de abril de 1914.)

Lote n. 54

NJ: Uma caixa n. 20.125 bis, pesando bruto 69 kilos; contendo amostras de vermuth em vidros, pesando bruto 50 kilos. (Balaton, Genova; 7 de abril de 1914.)

Lote n. 55

RCV: Uma caixa n. 8.582, contendo uma mesa de madeira fina com obra de talhe, para chá; uma poltrona de madeira fina com braços e obra de talhe, estofada; com forro de seda; duas columnas de madeira fina; com obra de talhe; uma estatueta de madeira fina.

Idem: Uma caixa n. 8.583, pesando bruto 83 kilos, contendo duas cadeiras de braços de madeira fina, com obra de talhe, assento estofado, forrado de tecido de seda; uma conversadeira, idem, idem, idem.

Idem: Uma caixa n. 8.584, pesando bruto 83 kilos, contendo um sofá pequeno, com braços de madeira fina, com obra de talhe, assento estofado, com forro de seda.

Idem: Uma caixa n. 8.585, pesando bruto 73 kilos, contendo duas cadeiras com braços, de madeira fina e obra de talhe, com assento estofado de seda. (Balatona, Genova, 7 de abril de 1914.)

Lote n. 56

Casa Garibaldi: Uma caixa sem numero, contendo laminas de vidro branco, polido, sem aço, inutilizado, sem valor. (Verdi, Liverpool, 5 de dezembro de 1914.)

Lote n. 57

HC: Uma caixa n. 34, pesando bruto quatro kilos, vazia, sem valor. (L. P. Holmblad, Copenhagen, 19 de março de 1915.)

Adalberto F. Barros: Uma caixa sem numero, desmanhada, pesando bruto 350 grammas, sem valor. (Thamar, Londres, 5 de março de 1915.)

JB: Uma barrica vazia, pesando bruto seis kilos. (Horace, Nova York, 18 de outubro de 1913.)

Idem: Um barril n. 8, desmanchado, contendo oxydo de chumbo (zarcão), pesando bruto 40 kilos. (Duna, 9 de março de 1914.)

Lote n. 58

Gymnasio S. Joaquim: Uma quartola n. 2, contendo vinagre, pesando bruto 142 kilos e liquido 95 kilos. (Duna, 9 de março de 1914.)

Lote n. 59

MS dentro de uma estrella: Uma caixa sem numero, pesando bruto 21 kilos, contendo catalogos para distribuição gratuita, pesando bruto 17 kilos.

SSMC dentro de um losango: Um barril sem numero vazio, pesando bruto 14 kilos. (Itapaba, Bahia, 5 de outubro de 1914.)

T. Cância P: Uma quartela sem numero, vazia, pesando bruto 47 kilos.

PB: Dez garrações quebrados e vazios, sem valor.

Idem: Dois ditos, pesando bruto 70 kilos, contendo vinagre commum, pesando liquido 50 kilos. (Febo, Genova, 20 de fevereiro de 1915.)

MM: Uma caixa sem numero, vazia, sem valor, pesando seis kilos.

Marcolino Mariano: Um amarrado sem numero, de nove caixas, pesando bruto 27 kilos, com quadros com molduras quebradas sem valor. (Valdivia, 13 de fevereiro de 1913.)

Illidio Felix: Um pacote sem numero, pesando bruto um kilo, contendo manuscritos sem valor. (Desna, Liverpool, 12 de dezembro de 1914.)

Lote n. 60

WRCJSFR dentro de um losango: Um rôlo sem numero, de chumbo em lençol, pesando bruto 29 kilos. (Gibraltar, de Antuerpia, 2 de setembro de 1913.)

Lote n. 61

Steinberg Meyer & Comp.: Um pacote sem numero, contendo catalogos para distribuição gratuita, pesando bruto quatro kilos. (Hollandia, Amsterdam, 26 de março de 1915.)

Alberto B. Paes Leme: Uma caixa sem numero, pesando bruto 42 kilos, contendo amostras de granito (pedra), em fragmentos, pesando bruto 36 kilos, sem valor. (Amazon, Southampton, 1 de abril de 1914.)

Elpenor Leivas: Um pacote sem numero, pesando bruto quatro kilos, contendo quatro chapéus de palha de arroz. (Avon, Southampton, 16 de julho de 1914.)

Lote n. 62

MA: Uma caixa n. 8.524, pesando bruto 17 kilos, contendo tecido de baré de seda, medindo 185 metros e meio, pesando liquido cinco kilos.

Idem: Uma caixa n. 8.523, pesando bruto 19 kilos, contendo tecido de gaze de seda, pesando liquido cinco kilos, medindo 103 metros e meio. (Avon, Southampton, 16 de julho de 1914.)

Lote n. 63

P dentro de um losango — contra-marca A: Uma caixa n. 23.498, contendo 91 kilos de varefas de ferro forradas de panno para espartilhos; 24 kilos de obras de cobre simples não classificadas. (Byron, Nova York, 13 de agosto de 1915.)

Lote n. 64

Casa Pratt: Uma caixa n. 2.237, contendo 13 kilos de obras não classificadas, de madeira ordinaria, envernizada. (Vestris, Nova York, 25 de agosto de 1915.)

Lote n. 65

FH dentro de um losango: Uma caixa n. 101, contendo 29 espartilhos de algodão. (Vestris, Nova York, 25 de agosto de 1915.)

Lote n. 66

AB: Uma caixa n. 7.012, contendo 11 kilos de miudezas, deterioradas pela agua salgada. (Pampa, Marselha, 10 de agosto de 1915.)

Lote n. 67

FJH: Uma caixa sem numero, vazia, sem valor.

JFGC: Uma caixa n. 488, contendo 67 kilos de cartão branco, cortado, para collocação de retratos. (Leão XIII, Bilbao, 7 de agosto de 1915.)

Lote n. 68

LY: Uma caixa n. 2.617, contendo 35 kilos de linha de algodão. (León XIII, Bilbao, 7 de agosto de 1915.)

Lote n. 69

Dr. G: Uma caixa n. 207, contendo 20 kilos de aparelhos e instrumentos physicos, não classificados. (Principe Umberto, Genova, 11 de agosto de 1915.)

Lote n. 70

CC: Uma caixa n. 7, contendo 31 kilos de estampas annuncios. (Garona, 14 de agosto de 1915.)

Lote n. 71

KC: Uma caixa n. 21, contendo 880 grammas de galões de seda; 1.950 grammas de galões de algodão. (Garona, Bordeaux, 14 de agosto de 1915.)

Lote n. 72

KM: Uma caixa n. 2.365, contendo 69 kilos de tecido de seda e algodão em partes iguaes, não especificados. (Garona, Bordeaux, 14 de agosto de 1915.)

Lote n. 73

Irmão: Cincuenta caixas ns. 1 a 50, contendo 916 kilos (bruto nas garrafas) de cognac. (Garona, Bordeaux, 14 de agosto de 1915.)

Lote n. 74

G. H. Parilage: Um encapado sem numero, contendo uma veneziana de madeira. (Araguaya, Liverpool, 9 de junho de 1915.)

Lote n. 75

PHF: Uma caixa n. 100, contendo roupa feita de qualquer tecido de lã, pesando liquido 18 kilos. (Araguaya, Liverpool, 9 de junho de 1915.)

Lote n. 76

Quiry: Um pacote sem numero, contendo 900 grammas de roupas feitas de tecido de lã. (Araguaya, Liverpool, 9 de junho de 1915.)

Lote n. 77

ASC: Uma caixa sem numero, contendo 8 garrafas de vinho, não especificado, até 14 grãos, pesando bruto 11 kilos. (Camcens, Liverpool, 7 de junho de 1915.)

Lote n. 78

CMB: Um amarrado n. 27, contendo 12 torradôres pequenos de ferro, pesando 15 kilos. (Camcens, Liverpool, 7 de junho de 1915.)

Lote n. 79

FPC: Uma caixa n. 530, contendo perfumarias: pesando bruto 85 kilos e 700 grammas; 816 sabonetes. (Amiral V. Jorouse, 12 de junho de 1915.)

Lote n. 80

FMU, dentro de um losango: Uma caixa n. 4, contendo caixas de papelão, pequenas, para botica, e semelhantes, pesando bruto seis kilos. (Kromborg, Nova York, 16 de junho de 1915.)

Lote n. 81

Au Petit Marché: Uma caixa sem numero, pesando bruto 16 kilos, contendo quatro pequenas machinas para as quatro operações fundamentais de arithmetica. (Sork, Nova York, 22 de julho de 1915.)

Lote n. 82

AGC: Um encajado sem numero, pesando bruto 33 kilos, contendo casaca de canella. (S. Paulo, Nova York, 26 de julho de 1915.)

Lote n. 83

Casa Edison, dentro de um triangulo, contramarca FF: cinco amarrados ns. 2 a 6, de cinco caixas cada um, pesando bruto 275 kilos, contendo papel para apanhar moscas com o peso de 225 kilos nas caixinhas de papelão. (S. Paulo, Nova York, 26 de julho de 1915.)

Lote n. 84

S, dentro de um losango: Um rolo n. 3, de arame farpado, pesando bruto 40 kilos. (Itapacy, Porto Alegre, 15 de julho de 1915.)

Lote n. 85

AG: Quatro rolos sem numero, de arame flexivel, para construçao, pesando 81 kilos. (Itapacy, Porto Alegre, 15 de julho de 1915.)

Lote n. 86

CZC, contramarca Adriano dentro de um quadrilatero: Uma caixa sem numero, contendo 12 garrafas de vinho até 14 grãos, pesando bruto nas garrafas 16 kilos. (A. V. Joyeuse, 21 de 1915.)

Lote n. 8

DC, dentro de um losango, contramarca LB: Uma caixa n. 1, pesando bruto 55 kilos, contendo dois kilos, peso liquido de roupa feita de casemira de lã, simples; 1.600 grammas peso liquido de roupa feita, de brim de linho, simples; 12 camisas de algodão simples; duas duzias de collarinhos de linho; 1.500 grammas, peso bruto de impressos de uma só cor; 3.500 grammas de envelopes; 5.800 grammas, peso liquido de tecido de algodão, phantasia, estampado de mais de 100 grammas, por metro quadrado, medindo 75 metros; um kilo de amostras, sem valor. (Darro, Liverpool, 8 de julho de 1915.)

Lote n. 88

EA: Uma caixa n. 15, pesando bruto dois kilos, contendo 40 grammas de véos de seda; 200 grammas, peso liquido, de roupa feita de tecido de linho enfeitado; 35 grammas de flores artificiaes; 250 grammas de perfumarias em envoltorios ordinarios (duas caixinhas de pó de arroz). (Darro, Liverpool, 8 de julho de 1915.)

Lote n. 89

G, dentro de um coração: Tres caixas ns. 4.841, 4.843 e 4.845, pesando bruto 710 kilos, contendo 458 kilos e

meio, peso liquido, de filé de algodão liso, pesando mais de quatro kilos cada 100 metros quadrados. (Darro, Liverpool, 8 de julho de 1915.)

Lote n. 90

LB: Quatro caixas sem numero, contendo 192 litros e meio de vinho espumoso, champagne, pesando bruto 216 kilos. (Darro, Liverpool, 8 de julho de 1915.)

P. Nelson, London British Bank: Um pacote sem numero, contendo 180 grammas de flanela em obra. (Darro, Liverpool, 8 de julho de 1915.)

Lote n. 91

BOL: Uma caixa n. 15, pesando bruto quatro kilos, contendo seis vidros de saes granulados, pesando liquido legal 500 grammas; um frasco com 500 grammas, peso liquido, de fermento. (Flandre, Bordeaux, 12 de julho de 1915.)

Lote n. 92

SL: Uma caixa n. 8.056, pesando bruto 88 kilos, contendo 54 lentes para relógio; 4.510 grammas, peso bruto, de vidros para oculos; uma caixa com objectos physicos (mosruario) com vidros para rectificação da vista; 47 duzias de oculos e pinces com armação de metal ordinario.

Idem: Uma caixa n. 8.057, pesando bruto 163 kilos, contendo 504 areometros de vidro (42 duzias); 84 lentes montadas em metal para relógio (42 duzias); 300 grammas, peso bruto, de armações para oculos de metal ordinario (seis duzias); 225 duzias e meia de oculos com armação de metal ordinario; tres caixas com objectos physicos (vidros para rectificação da vista); 5.800 grammas de jogos (dominó) de madeira e osso; 2.120 grammas de cordões de seda, peso liquido; seis hygrometros em armação de madeira; 12 conta-fios. (Flandre, Bordeaux, 12 de julho de 1915.)

Lote n. 9

VM, contramarca VC: Uma caixa n. 6.251, pesando bruto 120 kilos, contendo 37 kilos, peso liquido, de lençoes de linho até 24 fios; oito kilos, peso liquido, de fronhas de linho até 36 fios; 8 kilos, peso liquido de tecido de linho até 24 fios; 10 kilos, peso liquido de toalhas e guardanapos de linho adamasado; 7 kilos peso liquido, de colchas de algodão, 6 colchas; 12 kilos, peso liquido, de roupa feita de tecido de algodão tinto, da base de 10 X 10, simples, pesando mais de 60 grammas por metro quadrado; 2.200 grammas, peso liquido, de roupa feita de tecido de algodão brapco, base 10 X 10, simples, pesando mais de 49 grammas por metro quadrado; 4 duzias de pares de meias de algodão, não especificados, compridas, de mais de 20 centimetros no pé. (Flandre, Bordeaux, 12 de julho de 1915.)

Lote n. 94

FB contra-marca M: Uma caixa n. 204, pesando bruto 128 kilos, contendo pello de lebre, pesando bruto 82 kilos.

LB: Uma caixa n. 182, vasia. (Tubantia, Amsterdam, 29 de junho de 1915.)

Lote n. 95

Agencia Geral das Cooperativas Agricolas: Uma caixa sem numero, pesando bruto 2 kilos; contendo amostras de café, sem valor. (Vasari, Nova York, 30 de junho de 1915.)

Lote n. 96

BM: Uma caixa n. 4.050, pesando 16 kilos, contendo 30 vidros de perfumaria n. 1; pesando bruto 9.400 grammas; 6 vidros de perfumaria n. 2, pesando bruto 1.650 grammas. (Avon, Liverpool, 7 de julho de 1915.)

Lote n. 97

BM: Uma caixa n. 4.051, pesando bruto 15 kilos, contendo 22 vidros de perfumaria n. 1; pesando bruto 7 kilos; 6 vidros de perfumaria n. 2, pesando bruto 1.650 grammas. (Avon, Liverpool, 7 de julho de 1915.)

VISOS

Na véspera e no acto do leilão, as mercadorias que tiverem de ser arrematadas estarão á disposição dos Srs. pretendentes que as queiram examinar, bastando para isso se dirigirem ao fiel do armazem.

O arrematante entrará com o signal de 20 % em dinheiro, no acto de assignar o termo, recebendo um conhecimento extrahido do talão.

Alfandega do Rio de Janeiro, 22 de abril de 1916. — O escripturario, Adriano Ferreira.

Inspectoria de Seguros

Tendo a sociedade anonyma de auxilios mutuos e peculios sobre a vida Mutua Rio Branco, com sede nesta Capital, autorizada pelo decreto n. 10.442, de 18 de setembro de 1913, requerido o levantamento do deposito de 50.000\$, feito em garantia das suas operações no Thesouro Nacional, em virtude de ter cessado de funcionar, de ordem do Sr. Inspector de Seguros se faz sciente pelo presente a todos os interessados que, quaesquer reclamações que tenham de ser feitas contra o mesmo levantamento, deverão ser apresentadas nesta Capital á Inspectoria de Seguros, dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data da publicação do presente edital.

Inspectoria de Seguros, 25 de fevereiro de 1916. — Aristoteles Vergne Guimarães, 2º escripturario.

Ministerio da Marinha

Inspectoria de Marinha

De ordem do Sr. contra almirante, Inspector de Marinha, ouvido o Sr. professor Waldemiro da Silveira a comparecer nesta repartição, dentro do oito dias, a contar desta data, a objecto do serviço.

Inspectoria de Marinha, 26 de abril de 1916. — Albuquerque Serejo, capitão de mar e guerra, sub-inspector.

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Directoria Geral dos Correios

SUB-DIRECTORIA DO TRAFEGO

De ordem do Sr. sub-director do trafego, convido os remetentes ou os destinatarios abaixo, da correspondencia que contem valores, cabidos em rúgo no quarto trimestre de 1915, a comparecerem na Thesouraria desta repartição, afim de lhes ser entregue, dentro do prazo de um anno, preenchidas as formalidades regulamentares e após o pagamento da multa respectiva.

Numero do registro — Proccendencia — Destinatario — Remettente — Destino

N. 351 A — Avenida Rio Branco — Arminio Motta — Ignorado — Friburgo.
N. 3.544 A — Avenida Rio Branco — Antonio Carlos Prates — Fonseca — Rancho Novo.
N. 5.895 — Frei Caneca — Cissara Marques da Silva — Ignorado — Curitiba.

N. 585 A — Avenida Rio Branco — Candida Maria Conceição — Claudionor S. Godinho — Barra Pirahy.

N. 2.724 A — Avenida Rio Branco — Ernesto Augusto Ribeiro — Irma Paula — Casa de Detenção.

N. 277 — Arsenal de Marinha — Francisco Machado — Manoel Braz dos Santos — Bahia.

N. 1.434 A — Avenida Rio Branco — Ignacio Cavalcante — Hermes — Capital.

N. 198 A — Avenida Rio Branco — José Maria Saboia Doria — Irma Paula — Casa de Detenção.

N. 995 — Frei Caneca — João Pereira — Marcelino Conceição — Paty de Uba.

N. 1.685 A — Avenida Rio Branco — Luiz Rabello — Hydarnes Widal — Capital.

N. 12 A — Arsenal de Marinha — Laura Maria Conceição — Ignorado — Penodo.

N. 4.631 A — Avenida Rio Branco — Maria Augusta Cruz Costa — Irma Francisca — Campanha.

N. 435 A — Arsenal de Marinha — Maria Francisca Nascimento — Francisco F. Santa Anna — Garanhuns.

N. 223 — Arsenal de Marinha — M. Francezina Jesus — Manoel Corrêa — Aracaju.

N. 85 — Rua da Passagem — Mari Paulino Albuquerque — Luiz Paulino — Recife.

N. 318 — S. Cristovão — Manoel Garcia — Ambrosina Araújo — Pirahy.

N. 23.544 — 7ª secção — Manoel Fernandes — Irma Paula — Casa de Detenção.

N. 3.902 — Avenida Rio Branco — Theophilo A. de Oliveira — Esmeraldino — Parahyba do Sul.

N. 1.386 — Estacio — Breathe Rito — José Prado — Nova York.

N. 3.7.177 — 7ª secção — Cirilaco Baroni — Ignorado — Italia.

N. 15.855 — 7ª secção — Maria Antonia Gazonia — Prospero Mitichieri — R. Argentina.

N. 74.582 — 7ª secção — Rudolf Scheiner — Ignorado — Maresilha.

N. 357.781 — 7ª secção — Maria Jarollina — França — Adolina da Silva — Funchal.

N. 355.288 — 7ª secção — Charles Salanne — Ninnetto — Paris.

N. 79.343 — 7ª secção — Jennis Ralph — Ignorado — Paris.

N. 21.059 — 7ª secção — Lady Elyellin — Mashili Gumbt — S. Paulo.

N. 7.196 — Praça Quinze de Novembro — Sabina Barval — Sabustiano Arnaldo — Belém — Pará.

N. 15.559 — 7ª secção — Lucinda fazareth — Borges Gentil — Belém do Pará.

N. 6.437 — 7ª secção — Maria Thacca Jesus — Miguel F. Rocha — Caruarú.

N. 286 — Thesouraria — Ernestica Fidalis — Idessocia — Campos.

N. 5.225 — Frei Caneca — Antonio Rodrigues — Machado Camara & Comp. — Guaratinguetá.

N. 254 — Ag. Paq. Bahia — Geolinda Hego Junior, Ignorado — Bello Horizonte.

N. 183 — S. Francisco Xavier — Isaltina Ludovina Conceição — Manoel Sant'Anna — Petropolis.

N. 326 — Thesouraria — Beatriz Ferreira Costa — Vicente Ferreira — Recife.

N. 566 — Ag. Paq. Bahia — Alberto Silva Gomes — Ignorado — Posta Restante.

N. 1.929 — Thesouraria — Antonieta Garcia — H. Gattino — S. Paulo.

N. 562 — Ag. Paq. Bahia — João Porolra — Ignorado — Ceará.

N. 557 — Ag. Paq. Bahia — José Silva Portugal — Ignorado — S. Paulo.

N. 10.508 — Thesouraria — Rosas Cavalho — Ignorado — Capital.

N. 529 — Ag. Paq. Pará — Thereza Cavalcante — Ignorado — Recife.

N. 574 — Ag. Paq. Pará — Maria Luiza Gomes — Ignorado — Capital.

N. 164 — Ag. Paq. Bahia — Maria Antonia S. opes — Ignorado — Ceará.

N. 1.650 — Estacio de Sá — Laurinda Francollina — Maria Clarice Nazaria — Natal.

N. 421 — Ag. Paq. Bahia — Luiz de Souza Castro — Ignorado — S. Paulo.

N. 255 — Ag. Paq. Bahia — Luiz Alves Silva — Ignorado — Bello Horizonte.

N. 1.341 — Praça Duque — Jorge Marques — Mathilde — Belém — Pará.

N. 517 — Ag. Paq. Bahia — J. Alves Silva — Ignorado — Mandós.

Capital — José Suarez — Modesta — Illespanha.

Praça Municipal — Francisco Victorio Jesus — Joanna P. S. — Macold.

Capital — Maria da Conceição — Manoel Joaquim Santos — Aracaju.

Botafogo — Faustina Maria Henriqueta — Acorina B. Carmo — Petropolis.

Capital — Alfredo Carvalho — Alieta — Rio Grande.

Praça Municipal — Joaquina Rosa Almeida — Alice Costa — Capital.

Primeira secção da Sub-directoria do Trafego, 13 de julho de 1915. — O secretario, Severino Neiva.

Directoria Geral dos Correios

Pelo presente edital, fica intimado a comparecer, no prazo de 30 dias, na 1ª secção desta Sub-Directoria de Contabilidade, o ex-funcionario desta Directoria geral, Euclides de Medeiros Guimarães Rôxo, afim de recolher aos cofres desta repartição a importancia de 10\$ (dez mil réis), relativa a responsabilidade que lhe foi imposta por portaria do Sr. director geral, n. 26, de 12 de janeiro ultimo.

Directoria Geral dos Correios, Sub-Directoria de Contabilidade, em 8 de abril de 1916. — O sub-director, Eugenio Augusto Wandeck.

Directoria Geral dos Correios

SUB-DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Pelo presente, fica intimado a comparecer na 1ª secção da Sub-directoria de Contabilidade da Directoria Geral dos Correios, no prazo de 30 dias, o commandante do reboador Quatro, de propriedade do Sr. Manoel Quadros, entrado no porto desta Capital, em 13 de novembro do anno proximo pa-

sado, afim de recolher aos cofres publicos a importancia de 200\$, relativa a responsabilidade que lhe foi imposta, por portaria n. 596, de 25 de novembro do anno proximo passado, do sub-director do Trafego desta directoria.

Sub-directoria de Contabilidade da Directoria Geral dos Correios, 12 de abril de 1916. — O sub-director, Eugenio Augusto Wandeck.

Directoria Geral dos Correios

Pelo presente edital, fica intimado a comparecer na 1ª secção desta sub-directoria de Contabilidade, no prazo de 30 dias, o ex-praticante de 1ª classe desta directoria geral, Francisco Marcondes Homem de Mello, afim de recolher aos cofres desta repartição a importancia de 190\$ (cento e noventa mil réis), proveniente da responsabilidade que lhe foi imposta por portarias ns. 826 de 21 de maio de 1913 e 992 de 26 de janeiro ultimo, do Sr. director geral.

Directoria Geral dos Correios, Sub-directoria de Contabilidade, 15 de abril de 1916. — O sub-director, Eugenio Augusto Wandeck.

Estrada de Ferro Central do Brazil

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE SOBRESALENTES DIVERSOS PARA CARROS, PARA A 4ª DIVISÃO, EM 1916

(Alteração do edital de 15 de março de 1916).

De ordem da directoria, faço publico que, ás 12 horas do dia 5 do proximo mez de maio, na intendencia desta estrada, na estação Maritima, serão recebidas propostas para o fornecimento de sobresalentes diversos para carros, conforme o catalogo da The Adams & Westlake Co, de accordo com a discriminação seguinte:

300 fechaduras para carro, compreendendo: caixas (Locks), para portas externas c/1 1/4 de esp. n. da fig. 425, n. da pag. 70.

500 maçanetas (Knobs) com inicias E. F. C. B., pag. 220 e n. da fig. 800.

1.000 espelhos (Escutcheers) com inicias E. F. C. B., pag. 229 e n. da fig. 843.

200 chapas testas (Locks and latch heapers), pag. 91 e n. da figura 296.

300 chapas testas (Locks and latch heapers), pag. 79 e fig. n. 425.

300 chaves de metal (Keys), para fechaduras, pag. 79 e fig. 425.

Fechaduras para compartimentos, compreendendo:

200 caixas (Locks) para portas de compartimento de carro de 1ª de expresso, fig. 296, pag. 91.

300 maçanetas (Knobs) com inicias E. F. C. B., pag. 220, fig. 800.

500 espelhos (Escutcheers), com inicias E. F. C. B., pag. 229, fig. 843.

200 trincos (Night latches), fig. 439, pag. 92.

200 chaves de metal (Keys), para fechaduras, fig. 296, pag. 91.

50 fechaduras completas, com iniciais E. F. C. B., pag. 164, fig. 191.

24 fechos para lavatorios, fig. 76, pag. 201.

48 fechos para portas de carros-correios, fig. 68, pag. 200.

12 fechos para armario, fig. 78, pag. 201.

36 cadeados, fig. 20, pag. 262.

200 corrediças de metal 3" X 3 1/2", com iniciais E. F. C. B., fig. 3, pag. 266.

200 dobradiças de metal 3 1/4" X 2 1/2", com iniciais E. F. C. B., fig. 3, pag. 266.

200 dobradiças de metal 3" X 2", com iniciais E. F. C. B., fig. 3, pag. 266.

100 dobradiças com molas, fig. 103, pag. 276.

100 fixadores para portas, fig. 10, pag. 295.

100 fixadores para portas, fig. 11, pag. 295.

200 indicadores (occupado e vazio), fig. 111, pag. 328.

20 collecções de numeração de 1 a 30, fig. 38, pag. 333.

3.000 trincos para venezianas, com iniciais E. F. C. B., fig. 82, pagina 346.

1.000 trincos para venezianas, com iniciais E. F. C. B., fig. 1, pag. 396.

1.000 trincos para venezianas, com iniciais E. F. C. B., fig. 5, pag. 396.

1.000 trincos para caixilhos, com iniciais E. F. C. B., fig. 81, pagina 346.

3.000 apoio para trincos de venezianas, fig. 2, pag. 353.

200 puchadores de venezianas, figura 22, pag. 358.

200 puchadores de venezianas, figura 195, pag. 389.

200 puchadores de venezianas, figura 196, pag. 389.

200 puchadores de venezianas, figura 193, pag. 389.

200 puchadores de venezianas, figura 194, pag. 389.

200 puchadores de venezianas, figura 290, pag. 372.

300 conchas para caixilhos, fig. 401, pag. 380.

300 conchas para venezianas, figura 26, pag. 359.

300 punhos para venezianas, figura 163, pag. 368.

3.000 molas de latão para caixilhos, fig. 23, pag. 382.

5.000 molas para venezianas, fig. 27, pag. 382.

3.000 molas de metal, fig. 25, pag. 382.

3.000 molas de metal, fig. 29, pag. 382.

200 molas de aço para cama (sem armação), fig. 2, pag. 639.

500 metros de tela de arame de latão malha n. 80, com 24 de largura, pag. 422.

500 metros de tela de arame de latão malha n. 60, com 21 de largura, pag. 422.

1.000 descansos para braços de bancos (1/2" á direita e 1/2" á esquerda), fig. 65, pag. 526.

100 saboneteiras com parafusos de fixação, fig. 1, pag. 551.

200 torneiras de latão, fig. 9, pagina 561.

50 valvulas completas para bacias, fig. 11, pag. 574.

500 supportes de rolo para toalhas (1/2" de cada forinato), fig. 3, pag. 594.

50 nichos de ferro galvanizado para agua, com torneiras, fig. 1, pag. 557.

200 vasos de ferro esmaltado para W. C., fig. 21, pag. 618.

100 bacias de metal branco para lavatorios, com 14 de diametro, fig. 4, pag. 624.

500 cabides de metal, fig. 70, pag. 738.

1.000 parafusos de metal para bancos, fig. 15, pag. 534.

1.000 parafusos de metal para bancos, fig. 20, pag. 534.

5.000 botões para fixação de cortinas, fig. 9, pag. 680.

1.000 arruelas de metal para bancos, fig. 3, pag. 534.

1.000 arruelas de metal para bancos, fig. 2, pag. 534.

72 dobradiças de metal 2 1/2" X 1 1/2", fig. 84, pag. 273.

72 dobradiças de metal 3" X 1 1/2", fig. 84, pag. 273.

72 dobradiças de metal 3 1/2" X 1 1/2", fig. 84, pag. 273.

72 dobradiças de metal 3 1/2" X 2", fig. 84, pag. 273.

72 dobradiças de metal 3 3/4" X 2", fig. 84, pag. 273.

200 aldrabas, fig. 304, pag. 60.

300 fechos de metal 4", 6" e 8" (partes iguaes), fig. 92, pag. 206.

300 metros de tela de arame de ferro malha n. 40, com 30 de largura, pag. 422.

200 fixadores para caixilhos de carro, fig. 307, pag. 1.

200 puchadores de venezianas, figura 17, pag. 358.

A concorrência versará apenas sobre o preço em dollars para o material entregue no Cães do Porto, dentro dos vagões da estrada, correndo, somente, os direitos aduaneiros por conta da estrada, cabendo a preferencia de direito ao autor da proposta que apresentar a somma total mais baixa, por minima que seja a differencia entre ella e qualquer outra.

A entrega será feita dentro do corrente anno.

As propostas que devem estar devidamente selladas, datadas e assignadas, com indicação das respectivas residencias, serão entregues, em duas vias, em envolvero fechado, com a declaração por fóra do assumpto e do nome do proponente.

Esse envolvero deve ser acompanhado de um outro, em separado, contendo todos os documentos que possam provar a idoneidade do proponente, comprehendendo-se, entre elles, os recibos de quitação da ultima collecta dos impostos a que estiver sujeito.

No acto da entrega da proposta, o proponente deverá exhibir o recibo da caução de 200\$, previamente feita na thesouraria dessa estrada, para garantir a assignatura do contracto, caução que reverterá para os cofres da mesma estrada si o proponente preferido recusar-se a assignar o respectivo contracto, dentro do prazo de seis dias, contados da data do convite que fór expedido para esse fim.

O contracto só se tornará effectivo depois de approvedo definitivamente

pelo Ministerio da Viação e Obras Públicas e registrado pelo Tribuna de Contas.

A questão da idoneidade dos proponentes será julgada e examinada previamente, antes de abertas as propostas. As propostas cujos autores não tiverem sido considerados idoneos não serão abertas.

Depois de julgada a idoneidade dos proponentes, serão annunciados o dia e hora para abertura e leitura das propostas que, antes de qualquer decisão, serão publicadas.

A estrada reserva-se o direito de annullar a concorrência, caso os preços pedidos sejam muitos altos, declarando antes de abertas as propostas quaes os preços maximos acima dos quaes não aceita nenhuma.

As propostas não poderão conter sino uma fórmula de completa submissão a todas as clausulas desta edital e o preço em dollars, para o material que o proponente offerecer, entregue no Cães do Porto, dentro dos vagões da estrada.

Não se tomarão em consideração quaesquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem as propostas que contiverem apenas o offerecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.

No caso de absoluta igualdade entre duas propostas, fica a estrada com o direito de decidir a quem cabe a preferencia.

Os concorrentes ficam sujeitos ao cumprimento do artigo 26 das instrucções para o serviço de concorrência e deverão comparecer na referida intendência, onde lhes serão prestados esclarecimentos em ordem a facilitar a satisfação desta exigência.

Toda e qualquer proposta que não estiver inteiramente de accordo com este edital será rejeitada.

Secretaria da Estrada do Ferro Central do Brazil, 12 de abril de 1916. — O secretario, José Ricardo de Albuquerque.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos

Adolpho Simonsen, presidente da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos:

Faz saber, de ordem da Camara Syndical, que, por decreto de 12 do mez corrente, foi exonerado a seu pedido, do cargo de corretor de fundos publicos desta praça, o Sr. Leonidas Moreira, e pelo presente são chamados, quaesquer interessados em transacções em que houvesse intervindo o referido corretor, a virem liquidar-as no prazo de seis mezes, conforme preceitua o art. 14 do decreto n. 2.475, de 13 de março de 1897, incorrendo nas disposições da lei os que no referido prazo não fizerem valer os seus direitos. E eu, servindo de secretario da camara, o subscrevi. — Julio Costa Pereira.

Secretaria da Camara Syndical, da Capital Federal, em 13 de abril de 1916. — A. Simonsen, syndico.

Rio de Janeiro — Imprensa Nacional